SIRLEI DE FÁTIMA NASS

LEGIÃO PARANAENSE DO EXPEDICIONÁRIO: INDAGAÇÕES SOBRE A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS FEBIANOS PARANAENSE (1943-1951)

CURITIBA
2005

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

SIRLEI DE FÁTIMA NASS

LEGIÃO PARANAENSE DO EXPEDICIONÁRIO: INDAGAÇÕES SOBRE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS FEBIANO PARANAENSES (1943-1951)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, pelo Curso de Pós–Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

CURITIBA
2005

TERMO DE APROVAÇÃO

SIRLEI DE FÁTIMA NASS

LEGIÃO PARANAENSE DO EXPEDICIONÁRIO: INDAGAÇÕES SOBRE A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS FEBIANOS PARANAENSE (1943-1951)

Dissertação aprovada como requisito Parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira
Departamento de História, UFPR

Profª. Dr.ª Roseli Terezinha Boschilia
Departamento de História, UFPR

Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz
Departamento de História, UEL

CURITIBA, 17 de maio de 2005.

DEDICO

Aos meus filhos
Cristiane, Claudia e Paulo Roberto,
por existirem e serem a razão do meu viver.

Ao meu esposo Newton
por apoiar as minhas aspirações.

Aos meus pais Avany e Paulo,
pelo amor e apoio incondicional
na minha vida.

Aos meus avós
Conceição e Avelino,
por estarem comigo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Dennison de Oliveira, pelo acompanhamento e atenção dedicados a este trabalho. Igualmente a banca examinadora de qualificação, composta pela Profª. Dr.ª Roseli Boschila e pelo Prof. Dr. Francisco Ferraz, que contribuíram com questões fundamentais para a finalização deste trabalho.

Ao programa de bolsas da CAPES, que possibilitou maior dedicação ao curso durante o período de sua realização.

Aos funcionários do Museu do Expedicionário, Biblioteca Pública do Paraná, Arquivo Público do Paraná, por reconhecerem o valor de uma pesquisa, fazem disponíveis dados e informações.

De forma muito especial agradeço a Luci e a Dóris, que muito mais que apoio técnico, sempre demonstraram amizade, carinho e solidariedade em vários momentos deste trabalho.

Muitas pessoas fizeram parte desta caminhada e tornaram-se amigas: Rosemar, Alexandre Fabiano, André Egg, Cristina Cremonese, Consuelo Schlichta, Eulália Santos, Fábio Poletto, Fernando Gelatti, Ilton Martins, Vilma Fonseca, Paulo Reis, Renato Carneiro a quem eu agradeço a amizade.

Contei também desde início dessa trajetória com os amigos Denise e Jocelito, Anne e Daniel, Viviane e Fátima, Cleri, Arlete, Reni, Débora e Cecília, Giliane e Maria Aurora, Janine, Laura, Sueli, Verônica, Andréa e Gustavo, Viviane e Caetano, Ximena e Sebastian, Ederson e Cândida, Marcos e Thais, Liz Andréa e Luís; Geni e Maurílio, Lorena e Casiana e a doce Maria Eduarda, com quem compartilho uma amizade fraterna e apreço maternal.

Agradeço ao amigos do Grupo de Estudos de Representações Políticas e Imaginário: Andréa, Ederson, Lorena, Marcos, Viviane e Ximena que propiciaram reflexões importantes sobre o papel e a atuação do historiador na sociedade.

O meu agradecimento especial aos meus queridos: Newton e Paulo Roberto, Cristiane e Rodrigo, Claudia e Thomas, Avany e Paulo, Amauri e Cléia, Acyr e Neiva, Márcio e Kelim, Avalaci, Onice, Marize e Luis Alberto, obrigada pelo carinho, pela a amizade e apoio.

De forma muito especial gostaria agradecer a amizade preciosa da Lorena, da Viviane e da Andréa as quais participaram de todas as minhas angústias, alegrias e esperança e com infinita paciência e muito carinho sempre me incentivaram e ajudaram a continuar, jamais desistir. A vocês, minhas amigas, muito obrigada por tudo.

Agradeço a Deus, a quem tudo devo, a quem tudo peço, a quem só agradeço por tudo que recebo, por tudo que faço, a quem eu procuro e sempre encontro na fé, na esperança, na amizade, no carinho e no amor.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS..... viii
LISTA DE FIGURAS ix
LISTA DE QUADROS..... x
RESUMO..... xi
ABSTRACT..... xii
INTRODUÇÃO..... 13
1 POR QUE O BRASIL FOI À GUERRA?..... 28
1.1 E O BRASIL FOI À GUERRA..... 28
1.2 A CONSTITUIÇÃO DA FEB..... 34
1.2.1 O Processo de Seleção..... 38
1.2.2 O Treinamento de Guerra..... 41
1.3 A FEB EM COMBATE..... 43
2 O FIM DA GUERRA..... 51
2.1 MISSÃO CUMPRIDA 51
2.2 A DESMOBILIZAÇÃO DA FEB..... 55
2.3 A FEB E A REDEMOCRATIZAÇÃO..... 58
2.4 A VIAGEM DE VOLTA..... 62
2.5 FESTAS E ACLAMAÇÕES..... 67
3 A VOLTA AO BRASIL..... 72
3.1 A PROBLEMÁTICA VOLTA À REALIDADE..... 72
3.1.1 A Reintegração Social e Profissional dos Ex-combatentes..... 77
3.1.2 A Passagem para a Vida Civil..... 81
3.1.3 A Retomada das Relações Sociais..... 82
3.1.4 A Reintegração Profissional..... 86
3.2 A Legião Brasileira de Assistência –LBA 88
3.2.1 O Núcleo Paranaense da LBA..... 89
3.2.2 A CRIFA..... 91
3.3 AS ASSOCIAÇÕES DE EX-COMBATENTES..... 92
3.3.1 A Associação dos Ex-Combatentes do Brasil..... 94
3.3.2 A Associação Paranaense – Legião Paranaense do Expedicionário..... 96
3.3.3 A Atuação Política da Associação..... 100
3.4 A CASA DO EXPEDICIONÁRIO..... 107

3.4.1 Comemorações e Cerimônias..... 118
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 124
FONTES DOCUMENTAIS..... 132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 133
ANEXOS..... 144
ANEXO 1 1ª DIRETORIA LPE..... 144
ANEXO 2 2ª DIRETORIA LPE..... 145
ANEXO 3 3ª DIRETORIA LPE..... 146
ANEXO 4 4ª DIRETORIA LPE..... 147
ANEXO 5 5ª DIRETORIA LPE..... 148
ESTATUTO DA LPE..... 149

LISTA DE ABREVIATURAS

FEB	- Força Expedicionária Brasileira
DIE	- Divisão Infantaria Expedicionária
LPE	- Legião Paranaense Expedicionário
EM FEB/I	- Estado Maior da Força Expedicionária Brasileira no Interior
EUA	- Estados Unidos da América
FAB	- Força Aérea Brasileira
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	- União Democrática Nacional
PRP	- Partido de Representação Popular
DIP	- Departamento de Imprensa e Propaganda
TOI	- Teatro Operações Itália
TO	- Teatro de Operação
AECB	- Associação Ex-Combatentes do Brasil

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 01 – O povo na rua..... 32
FIGURA 02 – Desfile da tropa..... 36
FIGURA 03 – Instrução Militar..... 42
FIGURA 04 – Soldados em Monte Castelo..... 49
FIGURA 05 – Assinatura da Rendição..... 53
FIGURA 06 – Comemorações fim da Guerra..... 54
FIGURA 07 – A volta das tropas..... 64
FIGURA 08 – Desembarque..... 66
FIGURA 09 – Museu..... 114
FIGURA 10 – Fachada..... 115
FIGURA 11 – Interior do Museu..... 116
FIGURA 12 – Praça em frente ao Museu..... 118

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Perfil da diretoria..... 111
QUADRO 02 - Paranaenses – posto e graduação..... 112
QUADRO 03 - Profissões 113

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de reintegração social do ex-combatente febiano paranaense entre 1943-1951. Cerca de 1548 soldados e 8 enfermeiras paranaenses foram enviados para a frente de combate na Campanha da Itália entre 1944-1945. Após o final da guerra passam pelo processo de desmobilização e dissolução da FEB. Poucos meses após sua chegada iniciam sua luta por reconhecimento histórico de sua participação na guerra e inserção social da sua memória, em função das dificuldades encontrados no processo de reintegração social e profissional. Para tanto organizam a sua associação de ex-combatentes a Legião Paranaense do Expedicionário(1946) e a Casa do Expedicionário (1951). Além da solidariedade e companheirismo, organizam sua luta por concessão de direitos e benefícios e seu cumprimento, bem como contra o isolamento e esquecimento por parte das autoridades governamentais e da sociedade da sua história e memória.

PALAVRAS-CHAVE
Força Expedicionária Brasileira – ex-combatentes – memória –história.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyse the process social reintegration of ex-soldiers febianos of Paraná from 1943 till 1951. Approximately 1548 soldiers and 8 nurses of Paraná were sent to the battle front in Italy, between 1944 and1945. At the end of the Second World War the Brazilian Expeditionary Force suffered a process of demobilization and dissolution. Few months after their arrival at Brazil, they began their struggle with the historical recognition of their participation of the War and their social insertion of their remembrance. Because of the difficulties they had in this process of social and professional reintegration, they organized associations of ex-soldiers. In Paraná they formed the Expeditionary Legion of Paraná, (1946) and the Expeditionary House (1951). Moreover of the solidarity they organized themselves to ensure their rights and benefices and they fought, against the isolation and forgetting of their story and remembrance by the Brazilian government and the society.

KEYWORDS
Brazilian Expeditionary Force; ex-combatants; story; remembrance;

INTRODUÇÃO

> No caso da Segunda Guerra Mundial, o peso da memória e seus silêncios, e o da historiografia, e das suas omissões, é muito intenso. Seria inteiramente fundamental que se recuperasse a memória e a história dos soldados da FEB, dos aviadores da FAB, brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial na Europa. É preciso falar desta experiência, da dor e do sofrimento, dos mortos e dos sobreviventes. Esta postura nada tem de nacionalista. A memória dos pracinhas brasileiros, que deve ser preservada e contada, é parte da memória da população do país. [1]

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo investigar o processo de reintegração social do ex-combatente paranaense entre 1943/51, por intermédio da história e memória da Força Expedicionária Brasileira (1943/45) que participou, na Segunda Guerra Mundial (1939/45).

Os primeiros contatos com o tema da história e memória da Força Expedicionária Brasileira, doravante FEB, iniciaram durante a graduação em História, resultando no trabalho de final de curso, no qual procuramos analisar a política do Estado Novo e do Exército na formação da FEB, e o silêncio e a omissão sobre a sua memória. [2] Quanto ao interesse pelo processo de reintegração do expedicionário paranaense, está no fato da Academia até então não apresentar trabalhos que abordassem o tema proposto. Do mesmo modo à algumas particularidades da associação paranaense, que a destaca das outras entidades de ex-combatentes, qual seja a sua trajetória mais autônoma e um perfil político mais conservador desde a sua fundação.

Embora a inserção política partidária, o clientelismo e as relações com a polícia política não sejam o principal objetivo da pesquisa, mas algo importante porque pouco ou nada sabemos sobre esses temas na Legião Paranaense do Expedicionário, de agora em diante LPE, é evidente que estas variantes definiram o processo de reintegração do expedicionário, desde a fundação da LPE (1946) e da Casa do Expedicionário (1951), através da busca por reconhecimentos sociais e pela inserção da sua memória na memória coletiva.

---

[1] CYTRYNOWICZ, R. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Editora da USP, 2000. p. 2.3

[2] NASS. S de F. **O Estado Novo, o Exército e a FEB:** a luta pelos caminhos da história e da memória(1937-1951). Curitiba, 2001. Monografia. (Graduação em História), Universidade Federal do Paraná.

As questões que norteiam a pesquisa preocupam-se com o processo de convocação e seleção para a participação no confronto, com a sua participação na guerra, o que aconteceu aos ex-combatentes paranaenses após seu retorno ao país, como reagiram ao processo de desmobilização, como e quando viveram as festas e comemorações ao retornarem ao país, quais foram as políticas dos Governos Federal e Estadual e das Forças Armadas em relação aos expedicionários, como se organizaram e se expressaram publicamente, quais comemorações e cerimônias que instituíram, o que representaram e ainda representam na historia brasileira.

A partir destes questionamentos buscou-se analisar as ações dos expedicionários na constituição de sua história e memória individual e coletiva, e as representações políticas e sociais que repercutiram nas suas vidas material, simbólica e socialmente entre a convocação para a guerra em 1943 e a fundação da Casa do Expedicionário em 1951. Os veteranos da Segunda Guerra Mundial, os brasileiros que compuseram a I Divisão Infantaria Expedicionária, doravante DIE, o grupo de Caça da Força Aérea Brasileira e as mulheres do Corpo Voluntário de Enfermeiras não são lembrados e valorizados pela História produzida nas Universidades brasileiras, como os historiadores que identificam-se com o tema gostariam que fossem.

Até onde se sabe o interesse de estudos acadêmicos pela experiência da FEB iniciou no circuito Rio/São Paulo, especificamente nos programas de pós-graduação na década de 1970 com o trabalho de Maria de Lourdes Ferreira LINS (1972). Em meados da década de 1980 vamos ter o trabalho do ex-combatente febiano Francisco CABRAL (1982). Somente nos anos 90, quase cinqüenta anos após o fim da guerra, o tema da participação do Brasil no II Conflito começou ganhar destaque nos estudos acadêmicos, com os autores Luís Felipe da Silva NEVES (1992), Alfredo Oscar SALUM (1996) e Patrícia da Silva RIBEIRO (1999).[3]

---

[3] LINS, M de L. F. **A Força Expedicionária Brasileira:** uma tentativa de interpretação. São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo. (publicada em 1975 pela Editora Unidas de São Paulo); CABRAL, F**. Um Batalhão no Monte Castelo**. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo; NEVES, L. F. da S**. A Força Expedicionária Brasileira**: uma perspectiva histórica**.** Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro; SALUM, A. O. **Zé Carioca vai à Guerra.** São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica; RIBEIRO, P. da S. **As batalhas da memória**: uma história da memória dos ex-combatentes brasileiros**.** Niterói, 1999. Dissertação (Mestrado em História): Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

A atividade historiográfica nacional demonstrou que são poucos os estudos elaborados sobre ou relacionados ao processo de desmobilização, regresso e reintegração dos ex-combatentes da FEB por parte dos historiadores. Um dos trabalhos que abordam, em alguns tópicos, o regresso e o processo de desmobilização da FEB quarenta anos após o fim da guerra, é de origem militar, do tenente-coronel João Felipe Sampaio BARBOSA (1985). Outro trabalho sobre o mesmo tema, quase seis décadas do fim do Grande Conflito é a tese do historiador Francisco César Alves FERRAZ (2002).[4]

A ausência de estudos voltados para a história e a memória da participação paranaense é ainda mais acentuada. As pesquisas sobre a experiência dos veteranos de guerra paranaenses são bastante restritas na Academia. Os trabalhos encontrados são recentes e privilegiam enfoques histórico sobre os *lugares de memória e são* de Maria do Carmo AMARAL (2001) e Carmen Lúcia RIGONI (2003).[5] Cabe ainda destacar os trabalhos de pesquisa de Dennison de OLIVEIRA (2000), cujo grupo de estudo dedica-se a uma Nova História Militar Brasileira. O grupo procede análises de diversas fontes documentais relativas a participação do Brasil na guerra, e desenvolvem artigos e projetos interdisciplinar, todos disponibilizados em uma *home page.*[6]

Como analisou Francisco Ferraz, nas quase seis décadas que separam o fim da guerra aos dias atuais, o tema da participação na Campanha Italiana teve pequena relevância na disciplina de História e nos livros didáticos. Segundo Ferraz

---

[4]BARBOSA, J. F. S. Regresso e desmobilização da FEB: problemas e conseqüências. **A Defesa Nacional.** Rio de Janeiro, ano 71, n.º 719, maio/jun. 1985. p.29; FERRAZ, F. C. A. **A Guerra que não acabou:** a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000**)**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

[5] AMARAL, M. do C. **O Museu do Expedicionário:** um lugar de memórias**.** Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR; ; RIGONI, C. L. **"La Forza di Spedizione Brasiliana" (FEB) – Memória e História na Monumentalistica Italiana.** Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes Universidade Federal do Paraná.

[6] OLIVEIRA, D. História e Memória entre ex-combatentes: o caso da Força Expedicionária Brasileira (1943-200); Cultura e poder nas cerimônias militares das Forças Armadas Brasileiras; o caso de Monte Castelo, ambos os artigos disponível em : www.geocities.com./academiamontese, consultados em 10/05/2003; MAXIMIANO, C. C., & OLIVEIRA, D. Raça e Forças Armadas: O caso da Campanha da Itália (1944/45). **Revista de Estudos de História,** São Paulo, v.8, nº 1, p.157-184, 2001. OLIVEIRA, D. & LINDSTRON. M. C. (orgs.) **O Museu do Expedicionário e a sala de aula** – um espaço único de ensino aprendizagem. Curitiba, outubro – 2001, digitado ; OLIVEIRA, D. Poder Militar e identidade de grupo na Segunda Guerra Mundial: a experiência histórica da Psiquiatria Militar Brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, PR: Ed. da UFPR, v.18, n. 35, jul./dez. 2001. Segundo Dennison Oliveira atualmente a *home page* disponível é: www.academiamontese.rg3.net.

em 1946 os livros didáticos continham até três páginas com exercícios e mapas. No final da década de 90, a média escrita sobre o tema é de um parágrafo.[7]

As afirmações sobre os silêncios, as ausências e as omissões sobre a memória da FEB não se dão de forma inocente ou acidental. Em boa medida, tem relação com o próprio estatuto da história militar no Brasil. A expressão "história militar" designa, geralmente, o estudo da ação dos generais na condução das batalhas, das opções que foram ou deixaram de ser tomadas por aqueles que detinham poder decisório no curso dos combates. A história militar se dedica ao estudo dos sistemas de armas empregadas em cada conflito e das tecnologias disponíveis às lideranças militares. Engloba as dimensões institucionais, intelectuais e ideológicas afetadas pela compreensão do desenrolar dos conflitos armados. Contempla igualmente o estudo das instituições militares, suas formas de organização e funcionamento, bem como os pressupostos estratégicos e ideológicos que as informam e justificam.

A participação da FEB na Segunda Guerra não implicou nem em perdas substanciais de vidas humanas, nem a ocupação estrangeira do território brasileiro sendo vista à distância pela sociedade. Para Dennison Oliveira, essa falta de proximidade com os efeitos violentos da guerra não justifica o silêncio e a omissão, na medida em que o mundo acadêmico brasileiro mantém-se, curiosamente, distante do enfrentamento dos problemas suscitados pela necessidade de se interpretar a história militar e as memórias a ela associadas.[8] Tanto para Oliveira [9], quanto para Ferraz [10] a justificativa para tal fato poderia estar vinculada à problemática relação que a universidade brasileira manteve com o Regime Militar (1964/85). Ainda que durante a ditadura, por um lado, o ensino de nível superior e de pós-graduação tenha se expandido de forma sem precedentes, por outro, a censura e a repressão, tanto das atividades políticas quanto do ensino e da pesquisa realizados dentro das Universidades, reduziram de forma drástica a prática científica, particularmente na área das humanidades. Essa relação conflituosa pode ter sido a componente central

---

[7] FERRAZ, F.C.A. **O Brasil na guerra**: um estudo de memória escolar. Comunicação apresentada no IV Encontro Perspectiva do Ensino de História. Ouro Preto. Universidade Federal de Ouro Preto, 24 de abril de 2001. Anais da ANPOC.

[8] OLIVEIRA, D. história e memória entre ex-combatentes: o caso da Força Expedicionária Brasileira(1943-2000). Disponível em: www.geocites.com/academiamontese. Consulta 10/05/2003.

[9] ibid.

[10] FERRAZ, F.C.A. **A Guerra que não acabou...,** op.cit., p.10.

no processo de esvaziamento do debate e do distanciamento da Academia com relação aos estudos militares.

Outro fator importante, segundo os autores acima citados, diz respeito a resistência por parte dos historiadores herdeiros da Escola dos Annales e pelos defensores do ponto de vista de uma história Marxista. Para ambos, a história militar, por ser ufanista e comprometida institucionalmente, contém as piores características e vícios da historiografia tradicional, como a ênfase no estudo da ação dos grandes personagens, o recurso quase que exclusivo à descrição dos fatos e eventos políticos mais importantes e a larga utilização apenas de fontes legadas pelas elites políticas e econômicas.

Assim sendo, tanto por razões de ordem política quanto em função de um processo de ruptura com a historiografia tradicional, a Universidade brasileira manteve-se distante dos estudos da história militar, e esta permaneceu confinada aos limites das academias e institutos militares, causando prejuízos ao entendimento por parte da sociedade sobre a história e a memória legada pela FEB. Como pudemos observar na análise de Dennison Oliveira, dependendo das avaliações do desempenho da tropa brasileira na Itália feitas por essa história, a memória da FEB assumiu dimensões simpáticas e generosas, hostis e negativas, ou mesmo heróicas ou depreciativas. [11] O entendimento da forma pela qual tal memória foi construída e alterada ao longo do tempo foi e é de importância estratégica para compreender alguns processos que se desencadearam em nosso país a partir do pós-guerra, com relação à memória coletiva sobre os eventos afetos à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Tal entendimento exerceu grande influência, para melhor ou para pior, no conjunto de questões, na diversidade de memórias, nas representações sobre a atuação dos expedicionários na guerra bem como na busca por reconhecimento e inserção social da sua memória e história. É nesse sentido que a reconstituição e interpretação das origens e transformações da memória da FEB assume importância central para o desenvolvimento desta pesquisa.

Para analisarmos as formas de lutas encontradas pelos ex-combatentes no processo de reintegração social, a legitimação de sua história e a preservação de

[11] OLIVEIRA. D. História e Memória entre ex-combatentes: o caso da Força Expedicionária Brasileira(1943-2000). Disponível em: www.geocities.com./academiamontese. Consultado em 10/05/2003.

sua memória, levou-se em conta as reflexões e considerações sobre memória individual e memória coletiva de Maurice HALBWACHS (1990)[12]. Segundo o autor, existem duas memórias, uma interna pessoal e outra externa social ou histórica. Considerando que a memória individual se apoia na história vivida, esse entrelaçamento torna-se visível ao agruparmos as memórias dos combatentes do *front*, as quais remetem a dossiês, diários, entrevistas, biografias, autobiografias, que descrevem experiências de guerra comuns entre ex-combatentes. Independente do grau de instrução ou posição hierárquica militar, aqueles que conseguiram escrever suas memórias relatam pensamentos, medos, críticas, narram os acontecimentos, desde grandes feitos táticos até os mais corriqueiros sentimentos que julgavam relevantes, os quais foram analisados neste trabalho.

As obras histórico-memoralísticas consultadas não são meros discursos que refletem a realidade política e social vivenciada. Os livros de memórias não se caracterizam somente por uma revisão da biografia individual, dividindo-se num antes e num depois. Apresentam-se também enquanto exercício de explicação histórica a respeito da identidade que não se abandonou depois da guerra. O significado das memórias surge no interior da dimensão temporal que envolve a relação passado/presente, pois o sentido atribuído aos acontecimentos passados, descritos pelo memorialista foi produzido depois deles terem ocorrido. O que ele deseja é compreender a sua trajetória pessoal num certo momento do passado. Não obstante, a narrativa que o memorialista produz não é unicamente sua, pois oferece ao leitor uma representação dos outros e do mundo que o cerca, sendo, às vezes, a sua própria história.[13] É o caso dos diários da FEB que foram analisados.

Na sua maioria os autores são testemunhas que não tiveram controle sobre a condução da guerra e do seu próprio destino. Com freqüência descrevem a natureza, o clima e as condições dos soldados, seja na retaguarda ou no *front.* Grande parte deles atingem momentos de intensa força literária em que capta e elabora instantes de profunda angústia, terror, mas também de humanidade e solidariedade. São paginas e páginas de um texto comprometido com o homem, jamais com a irracionalidade da guerra. Nesta perspectiva, as memórias aproximam-se de um relato romanesco, construindo um relato com pretensão historicista,

---

[12] HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990., p.62.

[13] LE GOFF, J. Memória. In: **Enciclopédia Enaudi**. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 1, 1984. p.45.

documental, analítica, interpretativa. Os relatórios e publicações das entidades representativas dos ex-combatentes, em particular da LPE, é que irão informar sobre a maneira pela qual seus membros reagiram à pressão pela busca de amparo do poder público. Nestes documentos os ex–combatentes descreveram a forma que a associação lidava com a indiferença do Exército, a incredulidade geral da população com relação a sua história e também com a hostilidade do regime político, numa conjuntura em que as dificuldades de adaptação dos veteranos à vida civil eram imensas.

A medida em que os ex-febianos e suas entidades representativas começaram a reivindicar amparo e assistência social às vitimas da guerra, e a entrada nas *arenas decisórias* através das competição política partidária e por cargos eletivos, intensificou-se a produção de imagens, de discursos e representações pró e contra a FEB. O pressuposto do qual partimos foi que a interação de memórias individuais é que produziram a recordação coletiva. Tal interação se deu, pelo menos no que se referee a LPE sob a forma de uma relação consistente e consciente de intercâmbio. No processo, a elite dirigente da entidade, nas suas iniciativas e projetos, assumiu um papel da mais alta importância, face uma vasta massa de associados,[14] mas que na maior parte do tempo não participou do processo de tomada de decisões.

Para Halbwachs, tal questão está fundamentada e reforçada pelos sentimentos de pertencimento, os quais se evidenciaram na sistematização das lembranças materiais, na seleção documental que descreveu, interpretou e determinou os fatos, os processos e os período nas associações. Da mesma forma, o sentimento de pertencimento constituiu um processo interessado e político, e de certo modo manipulador, nas atividades organizadas, unificadas e sistematizadas que caracterizaram a história escrita pelas associações de ex-combatentes em todo o Brasil. [15]

Para Pierre NORA, "....o homem na dificuldade de manter a própria memória, a ela consagra lugares, através da materialidade que essa memória se expressa".[16] No caso dos febianos, os seus *lugares de memória* são os espaços físicos e

---

[14] REVISTA DO EXPEDICIONARIO, 1954.

[15] HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p.25-52.

[16] NORA, P. *apud* BREFE, Ana Claudia Fonseca. In: Pierre Nora: da história do presente aos lugares da memória – uma trajetória intelectual. **História–Questões e Debates**, n.º 24, Curitiba, jul./dez. 1996. p.105-125.

materiais que visam preservar a memória em modo histórico.[17] Tudo isso transformado em vestígios do passado[18], provendo àqueles que os criaram de um sentido de identidade, de origem e auto-identificação, cujas ações leva-os a tornarem-se agentes de memória, que para Jay. WINTER e Emmanuel SIVAN (1999) significa o conjunto de ações concretas de preservação, manutenção de recordações públicas sobre um determinado evento, e podem ser realizados por aqueles que vivenciaram os eventos passados evocados quanto por aqueles que não o fizeram.[19]

O grupo social dos ex-combatentes paranaenses distinguiu-se por seu papel enquanto agentes de memória, num esforço permanentemente para construir a memória de seus feitos, para a transmitir a sua experiência na guerra. As representações sociais produzidas por esses agentes, os quais selecionaram os eventos, as histórias individuais e coletivas para recordar, levaram sempre em consideração a finalidade "social do lembrar", pois procuraram maneiras de transmitir suas memórias públicas para evitar o esquecimento enquanto "jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder". Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. [20]

As questões sobre esquecimento existem sob o olhar da história, jamais da memória. Os esforços empreendidos na construção da história e memória dos febianos, tiveram o propósito de evitar o esquecimento, em função do envelhecimento e desaparecimento natural dos veteranos de guerra.

---

[17] tais como: lugares topográficos os arquivos, os museus, os memoriais, os monumentos, os centros históricos as bibliotecas, os cemitérios, ou arquiteturas; lugares monumentais como os lugares simbólicos, as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas, os símbolos, as cerimônias, os rituais, as comemorações, as canções, as relíquias, os atos oficiais, as leis, os relatórios de serviços médicos e psiquiátricos, os matérias da grande imprensa; lugares funcionais, como os manuais autobiográficos ou as associações

[18] NORA. P. Entre a história e a memória, a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: no. 10, p.7-28, dez 1993.

[19] WINTER, J.; SIVAN, E. (eds.). **War and remembrance in the Twentieth Century.** London: Cambridge University Press, 1999, p.17-18.

[20] BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.73

A memória do grupo de veteranos, as suas memórias enquadradas ou negociadas [21] se alimentaram do material fornecido pela história, que foi interpretado e combinado a um número indeterminado de referências, conduzindo seu próprio passado e a imagem forjada pela memória da identidade individual e do grupo de ex-combatentes. No decorrer do tempo, pelas reordenações políticas de seus atores, os quais consideravam-se como *guardiões da verdade*, o que conduziu a um trabalho de controle da imagem da associação. Como por exemplo, as Forças Armadas brasileiras de forma geral sempre se mostraram inclinadas a interferir nesse processo de forma consistente influenciando as eleições para as entidade representativas dos ex-combatentes a partir de 1950, ou ainda sustentando uma ampla política editorial de divulgação das versões históricas que lhes interessavam, censurando obras divergentes[22]

O fato das associações surgirem como contraponto à determinadas atitudes políticas do Estado não significa que este seja incapaz de interferir no processo de constituição de uma memória coletiva. Muito pelo contrário, às políticas públicas deve-se atribuir uma considerável influência sobre os processo que dizem respeito à memória coletiva. Para Michel POLLAK (1995), o trabalho de controle da memória implica uma oposição forte entre o "objetivo" e o "subjetivo", entre reconstrução de fatos, as reações e sentimentos pessoais. No caso das associações, o controle da memória se estendeu à escolha de testemunhas autorizadas, discursos organizados cujo enquadramento são os objetos materiais, como nos mostra o Museu do Expedicionário, sua biblioteca e seus monumentos, guardam e solidificam a memória despertando um sentimento de filiação e origem.[23]

Esta pesquisa buscou fundamentos nas interpretações que se baseiam nas relações humanas. Apesar de não ser a preocupação específica analisar a formação do grupo de ex-combatentes alguma argumentações referente a experiência, identidade social, nos auxiliaram para entender a dinâmica do grupo dos

---

[21]POLLAK, M. Memória, Silencio e Esquecimento. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v.2,n.3, 1989. p.3-15.

[22] SOARES, L. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira.** Curitiba, [s.n], 1985. seu livro foi considerado como a "maldição" da FEB. Bem como o livro ARRUDA, D C. et alli, **Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB**. Rio de Janeiro : Cobraci Publicações, 3ª ed, 1950.

[23]POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 5, n. 10,1995, p. 200–212.

expedicionários. Edward THOMPSON (1966)[24] e Eric HOBSBAWM(1985)[25], nos seus estudos sobre as interpretações das relações humanas, adotam a perspectiva de recuperar a história e a memória e explorar as experiências históricas [26] dos homens e mulheres comuns, cujas existências são tacitamente aceitas ou mencionadas apenas de passagem. Para Hobsbawn a tarefa do historiador é "remover as vendas, ou pelo menos tentar levantá-las um pouco, de vez em quando e na medida que o fazem podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais elas poderiam se beneficiar, ainda que hesite em aprendê-las".[27]

Sendo assim cabe ao historiador a tentativa de compreender esse grupo de pessoas e entender que a experiência vivida e compartilhada entre passa pelo recolhimento de vestígios materiais, e que essa experiência material torna-se culturalmente valiosa, quando trocada coletivamente e mais significativa quando incorporada ao sistema de idéias, aos valores e formas institucionais[28] tais como as cerimônias, as associações, os estatutos, as leis, dentre outras.

Ao mesmo tempo não dissociando as considerações mais amplas da estrutura social e do poder, as quais acabaram proporcionando um meio de reintegrar e reconstruir a história marcada pela memória da guerra onde, as comemorações, o simbolismo e a cultura mantém a memória e as ações dos homens. Foi possível redefinir explícita ou implicitamente que todas as pessoas que compõe uma sociedade tem algum lugar na história, sem levar em conta a representatividade dos indivíduos, ou seja, a história e a memória tanto dos generais quanto dos soldados do *front* resultou na construção da história e memória dos ex-combatentes febiano.

A análise das cerimônias comemorativas, definiram momentos estratégicos para se entender o papel desempenhado pela celebração da memória e a história dos ex-combatentes, pois antes da sociedade civil ou até mesmo da Forças Armadas adotassem datas como significativas as associações de ex-combatentes já se preocupavam com o desaparecimento da memória dos seus feitos, por isso tomam

---

[24]THOMPSON, E. P., " History from Below", **The Times Literary Supplement**, 7 de abril de 1966, p.279-80.

[25] HOBSBAWM, E. J. " Histoy from Below – Some Reflection", em **History from Belowed**. Krantz, 1985 p. 15

[26] Utilizando a noção de Thompson ao analisar o "fazer-se da classe operária" se constituía em uma forma de *fazer-se,*

[27] HOBSBAWM. E. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.48.

[28] THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

as celebrações das batalhas da FEB como meio de mante-las. Ou seja, ao formular a complexa relação entre memória e história as associações de ex-combatentes sobrepuseram as dimensões material, simbólica e funcional da construção memoralística.

A relação entre memória e identidade, aparece recorrentemente afirmada, tanto no que se refere ao mais intimo de cada um de nós quanto no que diz respeito àquilo que Le Goff chama de "ossatura de uma sociedade", ou seja, o conjunto de referências materiais e simbólicas que soldam um dado conjunto humano permitem a seus membros reconhecer-se como parte de um mesmo universo e capazes de perceber como "outros" que não partilham dessas referencias, constituindo-se assim um elo de ligação cuja ação é etimológica e simbolicamente análoga. A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.[29] A maior parte destes grupos de ex-combatentes tendem a gerar representações de guerra que são antes de tudo traumáticas. Elementos de alegria, orgulho e camaradagem persistem, mas traços de memória negativa e disruptiva também existem.[30] Neste caso, as representações tiveram de enfrentar o desafio de um público dominado pelo ceticismo.

A pesquisa e análise historiográfica referente ao contexto histórico de formação, envio e retorno da FEB, ficou por conta de autores como Frank MAcCANN,[31] Gerson MOURA,[32]os quais analisam a política externa e interna brasileira, bem como as relações internacionais do país, possibilitando uma visão dos processos que envolveram a entrada do país na guerra, a organização da FEB.

Em relação ao Estado Novo, nos valemos das análise de Maria Helena CAPELLATO[33], cujo autoritarismo inspirado nas experiências européias do nazi-fascismo, no caráter manipulador da propaganda no controle dos meios de comunicação e do eficiente controle social posto em prática irão igualmente refletir no entendimento da História do Brasil bem como da história e memória da FEB.

---

[29] LE GOFF, J. Memória. op.cit., p.46

[30]WINTER, J. & SIVAN, E. (eds.) **War and remembrance...,** op.cit., p.35

[31] McCANN, F. D. **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945).** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

[32] MOURA, G. **Sucessos e ilusões:** relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ed. da FEGV, 1991.

[33] CAPELLATO, M. H. R. **Multidões Em Cena***:* Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Quanto á historiografia da FEB, o processo de mobilização, atuação e retorno foi analisado as obras da história militar oficial. Na sua maioria uma literatura que dignifica a participação brasileira na luta contra o nazi-fascismo, produzidas pela alta oficialidade febiana, e publicadas pela Editora da Biblioteca do Exército. As obras revelam uma tendência homogeinizante da memória histórica da participação na guerra. Estas obras constróem uma memória do poder, avalizadas pela convicção da credibilidade dos relatos. Dentre as obras analisadas está a do comandante da FEB general João Batista Mascarenhas de MORAES (1947*)*, [34] a do Chefe do Estado Maior da FEB, coronel Floriano de Lima BRAYNER (1968)[35] e do Oficial de Comunicações do 1º Regimento de Infantaria da FEB tenente-coronel Manoel Thomaz Castello BRANCO (1960). [36]

Na análise historiográfica procurou-se levar em conta o debate entre a história militar realizado no âmbito do Exército e do Estado Maior da FEB e a história dos representantes das unidades da FEB, ou seja, a sua baixa oficialidade através dos Oficiais da Reserva[37]. Em 1950 foi lançada uma coletânea de depoimentos altamente críticos quanto a organização e condução da FEB. Por conter

---

[34] MORAES. J. B. M. de. **A FEB pelo seu comandante.** São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.Trata-se do relato desde a criação até o retorno ao Brasil da FEB. Redigida do ponto de vista do “alto comando” o seu texto tem vários níveis narrativos, cobre desde as ações divisionárias até movimentos das unidades menores e atitudes individuais, caracteriza-se pela sua compreensão da campanha, seus antecedentes e efeitos. O livro expressa a idéia do que seja a "história militar”, isto é, o estudo da ação dos generais na condução das batalhas. As opções que foram (ou que deixaram de ser) tomadas por aqueles que detinham poder decisório no curso da guerra constitui o cerne da história dedicada aos assuntos militares.

[35]BRAYNER. F de L. **A verdade sobre a FEB** - memórias de um Chefe do Estado Maior na Campanha da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. reflexão, um tanto auto-elogiosa no que tange ao papel desempenhado pelo Estado Maio da FEB, também assumindo que o desfecho relacionado à conjuntura da guerra dependeu das decisões tomadas pelos indivíduos situados em posição de comando no mais alto nível hierárquico do que daqueles que efetivamente travaram os combates. Trata de forma crítica e até rancorosa os episódios relacionados à mobilização, organização e desempenho em combate da FEB. Critica tanto o governo de Getúlio Vargas passando pelos interesses dentro e fora do Exército que se mobilizaram contra a FEB; o fim da FEB e seu retorno ao Brasil

[36] CASTELO BRANCO, M. T. **O Brasil na II Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960. Traz nos seus depoimentos a cobertura de todas as fases da guerra, na tentativa de compreender suas causas e conseqüências, a mobilização de recurso, a defesa do litoral brasileiro, a proteção ao tráfego marítimo, a organização e a instrução da FEB, a campanha terrestre e aérea na Itália, mostrando seus aspectos estratégicos e táticos e de forma menos ampla aos relacionado ao apoio logístico, a conduta dos combatentes brasileiros. Comprovando também que alguns autores da história militares da FEB se dedicaram ao estudo das armas e sistemas de armas empregadas no conflito, na medida em que se percebeu a importância do entendimento do papel desempenhado pelas disponibilidades tecnológicas na limitação do leque de escolhas tornadas disponível às lideranças militares Junto a esses relatos certas considerações acerca destes fatos marcantes devem ser observados e que permite uma melhor apreciação dos conceitos, da mentalidade e do estilo da época.

[37]ARRUDA, D C. et alli, Depoimentos de oficiais da reserva sobre a FEB. Rio de Janeiro : Cobraci Publicações, 3ª ed, 1950

depoimentos extremamente polêmicos, esta obra foi muito mal recebida pela instituição militar, tendo sua primeira edição apreendida. A sua publicação ocorreu em pelo menos três edições consecutivas entre o final da década de 1950 e início da década de 1960. As memórias dos oficiais foram escritas sob o signo do desencantamento com o poder, assumindo um caráter de denúncia, opondo-se aos discursos oficiais.

Outra obra utilizada foi do paranaense Leonércio SOARES[38], que durante a guerra serviu como cabo, e posteriormente foi sargento da reserva. A obra e o expedicionário foram considerados "malditos", em função das suas memórias extremamente críticas sobre a FEB. O seu livro faz um balanço dos maus resultados alcançados pela tropa febiana em função dos erros, das omissões e das irresponsabilidade verificadas no processo de composição, envio, cumprimento de missões em combate e posteriormente na volta ao Brasil. Em ambos os casos os autores, no final da guerra retornam as suas atividades civis, sendo assim suas críticas assumem certo grau de autonomia e isenção em relação as dos oficiais da ativa, mas ao mesmo tempo é preciso ter em conta que são opiniões recobertas de ressentimentos e paixões.

Seguindo os princípios de ordem metodológica adotados pela historiografia comentada anteriormente, partimos do pressuposto de que é a interação de memórias individuais que irá produzir a recordação coletiva. Tal interação se deu tanto para defender o mérito da participação brasileira na campanha da Itália, quanto realçar o papel que nela desempenharam os paranaenses. Publicações oficiais da entidade como "O Paraná na FEB"[39] e "II Guerra Mundial: a contribuição do Paraná"[40] sintetizam as dimensões a que nos referimos. Igualmente o edifício sede da Casa do Expedicionário, atualmente Museu do Expedicionário, tanto o interior do prédio, quanto sua fachada se dedicam à celebração e rememoração dos feitos da FEB, assumindo as características de "lugares da memória".[41]

---

[38] SOARES, L. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira.** Curitiba, [s.n], 1985.

[39] RODRIGUES. A. J. **O Paraná na FEB.** Documentário. 2ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1954.

[40] KRYZYNOWICZ. R. **II Guerra Mundial: a contribuição do Paraná.** Documentário. Museu do Expedicionário., 1980.

[41] NORA, P, *apud* BREFE, Ana Claudia Fonseca. In: **Pierre Nora: da história do presente aos lugares da memória – uma trajetória intelectual.** História–Questões e Debates, n.º 24, Ed. UFPR, Curitiba, jul./dez. 1996. p.105-125.

Finalmente, coube levar em conta o peso dos poderes públicos referente ao estímulo ou repressão às atividades da LPE, que sempre expressou, nos documentos analisados, gratidão pelo apoio recebido dos poderes públicos em suas iniciativas. Para reconstituir os episódios afetos a luta dos ex-combatentes por assistência e reconhecimento sociais, contamos com a documentação da própria entidade representativa dos ex-febianos: os relatórios bienais entre 1948/55; as publicações que informaram sobre a maneira pela qual seus membros reagiram à pressão pela busca de amparo do poder público. Da mesma forma foi possível caracterizar esta elite do quadros de dirigentes da LPE em relação à massa de filiados, uma vez que a atuação dos dirigentes terá um peso desproporcional em relação ao conjunto da comunidade que representam. Fontes da imprensa da época puderam complementar e aferir a veracidade e a repercussão social dos fatos narrados, além de permitir que diferentes agentes históricos tivessem seus pontos de vista recuperados pela pesquisa.

A pesquisa da história do grupo de ex-combatentes como produtora de atos concretos, cujos efeitos se farão sentir diretamente na vida material e simbólica dos 1548 ex-combatentes paranaenses e das 8 enfermeiras voluntárias, seus familiares e amigos, proporcionou uma visão de como os veteranos paranaenses elaboraram suas memórias pessoais e coletivas como sujeitos sociais após sua desmobilização. Bem como o seu retorno as atividades de rotina, tanto profissional quanto social, a retomada das relações sociais, suas opiniões e ações políticas, como foi interpretado o seu papel histórico, como foram percebidos pela sociedade paranaense, que essa dissertação se formatou subdividida em capítulos e procurou entender o processo de reintegração social do ex-combatente paranaense e nele o papel desempenhado pelas diversas memórias.

No primeiro capítulo serão discutidos alguns fatores que influenciaram o processo de reintegração social dos expedicionários, ligados á percepção da população sobre a guerra, o processo de seleção, treinamento, e envio das tropas à frente de combate, os quais influenciaram antes e durante a participação do Brasil no confronto, bem como procuramos traçar o perfil desse homens e mulheres que, depois de convocados, selecionados e treinados compuseram a DIE. Ao mesmo tempo, apresentamos brevemente as ações na guerra, introduzindo assim elementos que possibilitaram o questionamento do processo de reinserção dos veteranos paranaenses e suas implicações.

No segundo capítulo serão examinados os problemas do fim da guerra que envolveram o processo de desmobilização, retorno e dissolução da FEB. Tal processo foi moldado politicamente pelo Ministério da Guerra, como uma forma de conter os ânimos dos que relacionavam e atribuíam aos expedicionários os questionamentos políticos pela (re)democratização do pais, o que irá causar um grande transtorno na vida dos ex-combatentes ao regressarem. A viagem de volta, as festas, as homenagens, foram instantes que se dissipam rapidamente, para em seguida levar aos expedicionários a constatarem o despreparo do Estado brasileiro para o seu retorno à vida civil, gerando uma relação tensa entre ex-combatentes, sociedade e instituições.

No terceiro capítulo, temos a reflexão sobre as questões referentes ao processo de reintegração que envolveram a retomada das relações sociais e as dificuldades para reintegração profissional e social. Apesar das inúmeras leis e benefícios aprovados os ex-combatentes passaram a viver no limiar do esquecimento por parte da sociedade e das autoridades governamentais. Cabe frisar que a desvalorização da sua história ocorreu em função das reservas e das tensões com que foram recebidos pela sociedade, por seus pares e pelas instituições. Além disso, destaca-se a mobilização e a luta contra o silêncio e omissão a que foram submetidos os ex-combatentes ao converterem-se em "agentes de memória.[42] Será através das celebrações, cerimônias, enquanto ação concreta, que se manifestou sua luta pela preservação de sua dignidade enquanto cidadãos e de sua sobrevivência material fundando as associações de ex-combatentes. No Paraná, a Legião Paranaense do Expedicionário (1946) e a Casa do Expedicionário (1951) foi onde se da a luta por reinserção profissional, pelo cumprimento da legislação, a apropriação dos seus direitos e os seus *lugares de memória* construídos pelos veteranos, possibilitando sua reintegração social e sua trajetória pelos caminhos da história e da memória.

[42]WINTER, J.; SIVAN, E. (eds.). **War and remembrance in ...,** op.cit., p.17-18. Que segundo os autores define o conjunto de ações concretas de preservação, manutenção de recordações públicas sobre um determinado evento, e podem ser realizados por aqueles que vivenciaram os eventos passados evocados quanto por aqueles que não o fizeram.

CAPÍTULO 1

1. POR QUE O BRASIL FOI À GUERRA?

> Havia de tudo: trabalhadores braçais, motoristas de caminhão, de praça, caixeiros viajantes, vendedores, ambulantes e malandros. Cada um deles me contava a sua vida, cada vida um chorrilho de lutas e um trecho de Zola, cada história era para mim uma lição que nunca mais esquecerei. Eles são o povo e, se não o era, posso dizer que passei a ser um deles, porque vivi entre eles, sofrendo, curtindo saudades, e tive a ventura de ser-lhes igual. Não havia distinção de cor; éramos todos pracinhas. A guerra tem seu lado bom, ela me fez ver que todos têm qualquer coisa para se admirar. Os homens, não importam se pobres ou ricos, brancos ou pretos, num determinado momento, são iguais perante os próprios homens e perante Deus.[1]

1.1 E O BRASIL FOI À GUERRA...

Foram esses brasileiros, como comenta o ex-combatente febiano Joaquim Xavier da Silveira que viram o mundo transformar-se em palco de um trágico acontecimento da humanidade no século XX, a Segunda Guerra Mundial (1939/45), cujo resultado foi uma devastação massificada sem precedentes na história humana. O Grande Conflito, que inicialmente atingiu o continente europeu, sem parcimônia alastrou-se gradualmente por todo o mundo.

A invasão da Polônia pela Alemanha em setembro de 1939 deu início à Segunda Guerra Mundial, encontrando a América Latina no "campo de batalha da indecisão" em razão dos *nacionalismos autoritários* afinados aos fascismos europeus, e da política *isolacionista.* Ao mesmo tempo, Washington via a América do Sul como parte importante dos planos de dominação mundial do nazi-fascismo, em função da presença das duas numerosas colônias de imigrantes alemães e italianos que viviam no Sul e Sudeste do Brasil.[2] Além disso, os próprios governos latino-americanos buscaram um novo modelo militar na Alemanha e contrataram missões

---

[1]SILVEIRA, J. X. **História de Pracinha.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Leitura. 1952. p.38-39.

[2]McCANN, Jr, F. D. **A Aliança Brasil–Estados Unidos, 1937–1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, p. 69-90; MOURA, G. **Sucessos e ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991**.** p.3-5.

militares alemãs para treinar suas forças armadas, como o foi o caso da Bolivia e da Argentina em meados da década de 20.[3]

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi marcada por alguns eventos que antecederam a entrada do país no conflito, a percepção que a sociedade tinha da guerra que se desenrolava na Europa, bem como do processo de convocação, seleção e treinamento da uma força armada destinada à lutar em território europeu contra o nazi-facismo. Tanto a compreensão da guerra, quanto a forma que se constituiu esta força expedicionária, tiveram importância fundamental no processo de reinserção social dos soldados expedicionários no pós-guerra e estão diretamente ligadas às lutas por direitos, sejam individuais e coletivos, sejam os direitos civis, políticos e sociais.

Em 1937 no Brasil, Getúlio Vargas logrou o consentimento das elites políticas para a suspensão das eleições presidenciais e decretou a ditadura do Estado Novo (1937-45). Instala-se no Brasil uma ditadura marcada por forte conotação pessoal, por manifestas demonstrações de simpatia pelos movimentos totalitários de direita e por procedimentos políticos astuciosos nos quais os fins justificaram os meios. A concentração da força e o prestígio de chefe carismático não se formou nas fileiras de um partido político de massas, como foi o caso dos lideres fascistas, mas na sua popularidade, conquistada por meio da manipulação dos instrumentos de controle por ele criado, cuja finalidade foi o severo controle da opinião pública, a rígida censura aos meios de comunicação, a exacerbação da identidade nacional, o controle do Estado para estruturação e a legitimação do poder do ditador.

O uso da propaganda, que orquestrava uma verdade oficial baseada na ideologia para instrumentalizar o Estado, foi um meio de difundir o conjunto dos pensamentos, as concepções e os ideais que norteavam as ações e a atuação política do Estado Novo. Dentre as representações criadas para a manutenção do governo Vargas, está a sua imagem como “pai dos pobres”, atribuindo ao ditador a evocação de protetor da nação e dos desamparados, bem como confere qualidades de herói popular, a representação do homem bom, que conduz o país, sem no entanto esquecer de seus filhos necessitados, ao mesmo tempo que garante segurança e estabilidade pública, que são apregoadas em todos os discurso do governante.

---

[3] ROUQUIÉ, A. **O Estado Militar na América Latina**. Tradução Leda Rita Cintra Ferraz. Editora Alfa–Omega.São Paulo, 1984. p.91-142.

Da mesma forma, afirmava como certo que a nação estaria protegida dos riscos da desordem social, da ameaça do comunismo e os perigos da guerra que assolavam a Europa. A propaganda política do regime foi estratégia para o exercício do poder, pelo rigor da censura no conjunto da informações, o qual visou o reforço da dominação e a interiorização de normas e valores que se concretizaram através de códigos de afetividade, costumes e elementos históricos culturais.[4]

A propaganda da ditadura Vargas não atingiu todos os grupos institucionais, como por exemplo uma parcela de expedicionários que discordaram da imagem e do simbolismo criado em torno do governante. Na década de 50, Demócrito de Arruda, bacharel em Direito, Capitão da Reserva, convocado para a FEB como 2º Tenente, se expressou da seguinte maneira sobre a ditadura Vargas:

> Internamente era a ignomínia de uma ditadura policial representada por um pequeno caudilho sem expressão e sem grandeza de qualquer espécie, temível apenas pelos golpes de felonia e astúcia, típicos de um emigrado das fronteiras, onde o contrabando profissional é a mais inocente violação da lei penal... Rasgada fora a Constituição, demolida as instituições representativas da República, dissolvido o Congresso Nacional, constrangido e desrespeitado o Judiciário, emudecida a tribuna dos comícios e da imprensa, a liberdade dos cidadãos tornada simples dádiva do ditador ou dos seus delegados: estávamos, então, em pleno desenvolvimento do desfrutável Estado Novo brasileiro.[5]

Este depoimento mostra que embora a ditadura Vargas, com todo o aparato repressivo, baseado na violência e na força muitas vezes não conseguiram calar as pessoas, e muitos grupos discordaram da sua obra nacionalizadora.

As relações políticas entre os Estados Unidos e América Latina sempre estiveram pautada na política *intervencionista.*[6] Em meados da década de 30 a política externa norte-americana passou por reformulações. O estilo belicoso e agressivo até então empregado foi substituído pela chamada “política da boa vizinhança”. Os EUA assumem o compromisso de respeitar o direito de soberania das nações latino-americana, porém a intenção era reverter a imagem negativa e

---

[4]CAPELLATO, M. H. R. **Multidões Em Cena***:* Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo, Brasiliense, 1994. p.47-62.

[5] ARRUDA, D. C de. Nossa participação na Primeira e Segunda Guerras Mundiais. In : **Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB.** 3 ed. Rio de Janeiro: [s.n],1950.p. 25-58. O autor fez parte do 6º RI. Ferido em Montese, condecorado com as Medalhas de Sangue, de Campanha e de Guerra do Brasil.

[6] O caráter imperialista da nação norte-americana remonta à história do seu próprio povo. Para justificar o agressivo e contínuo expansionismo surgiu na academia e imprensa estadunidense do século XIX doutrinas como Destino Manifesto e a Doutrina Monroe. Foi em nome de tais princípios que os norte-americanos intervieram militarmente em países latino-americanos a fim de conter, segundo eles, a instabilidade política ou social das nações.

renovar os métodos de domínio[7] garantindo a sua liderança no hemisfério e estimulando a estabilidade política nos países latino-americanos.[8]

Foram várias as articulações multi-laterais entre as décadas de 30-40 que fortaleceram a liderança norte-americana no continente. Dentre os esforços estão as conferencias inter-americanas realizadas entre 1936/42 [9] que se caracterizam pelo reforço dos laços políticos continentais, pelo estabelecimento de mecanismos de consulta mútua entre governos, por princípios gerais de segurança, pela neutralidade face à guerra na Europa e por noções de solidariedade coletiva frente a uma agressão externa de qualquer país do continente europeu.

Para o governo de Getúlio Vargas, a guerra européia criou diversos problemas. As estreitas relações comerciais com a Alemanha, somadas às simpatias do governo e fora dele pelo regime fascista e a presença de imigrantes alemães no sul do país, que aproximavam as duas nações, dificultava o alinhamento do Brasil pretendido pelos EUA.[10]

No plano político, nem a decretação da *neutralidade* brasileira conseguiu atenuar as paixões políticas internas em relação a Alemanha estimuladas pelo progresso arrasador dos seus exércitos. Ao mesmo tempo, os EUA pressionavam o Brasil, para erradicar a influência do Eixo no país e levar o governo a aderir a estratégia de defesa continental.[11] Para isso utilizou de concessões políticas, militares e econômicas por intermédio de amplos recursos financeiros, inúmeros programas de assistência econômica, de informação e propaganda e esforços de aproximação com os militares brasileiros. Todas estas circunstâncias levaram o governo Vargas a imprimir na política externa brasileira um caráter de colaboração pragmática com os EUA, embora resistisse alinhar-se à Washington. [12]

---

[7] MacCann, op.cit., p.91-146, MOURA, G. **Tio Sam chega ao Brasil***:* a penetração cultural americana. Brasiliense. São Paulo. 1986. DONGHI. T. H**. História da América Latina**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975. cap. 6.

[8] Para as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência:** política externa brasileira de 1934-1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980*.* MOURA, PRADO, Maria Lígia. "Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra", **Revista USP**, n.26 São Paulo: jun-jul-ago, 1995*.* TOTA, A P. **O Imperialismo Sedutor:** a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

[9] Buenos Aires(1936); Lima (1938); Panamá (1939); Havana (1940); Rio de Janeiro (1942).

[10]MAcCANN JR. F. D. **Aliança ...,** op.cit., p. 110/125. MOURA, G. **Sucessos e ilusões...,** op.cit., p 8-9.

[11] Ibid., p. 91-105; Ibid., p.12-13.

[12] Ibid., p. 147-176; Ibid., p.26-30.

Quando os japoneses bombardearam Pearl Harbor em dezembro de 1941, Vargas prestou sua solidariedade a Frank Roosevelt, presidente dos EUA mas ainda resistiu em romper relações com as potências do Eixo num primeiro momento.[13] Todavia, em janeiro de 1942, na Conferência do Rio de Janeiro, os EUA, que já havia declarado guerra ao Eixo, levando a efeito uma articulação mais precisa em torno dos seus objetivos, recomendando a ruptura das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, e garantiu formalmente a preferência comercial inter–americana aos seus produtos, assegurando seus investimentos.[14]

Figura 1 –O povo nas ruas. Fonte CD Room II Guerra Mundial 1995.

A declaração de guerra aos países do Eixo, em agosto de 1942, segundo as autoridades civis e militares, foi a resposta ao torpedeamento e afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães em águas do litoral A imagem mostra o centro do Rio de Janeiro com milhares de pessoas nas ruas em estado de comício permanente, com a bandeira nacional desfraldada, com cartazes e placas como a que nos mostra a foto, a manifestação era sob uma só palavra de ordem: GUERRA! O povo brasileiro saiu às ruas exigindo a presença do país na guerra,

[13] Ibid., p.138-176; Ibid., p.30 e seg.
[14] Id.

provavelmente, uma boa parcela, algum tempo depois irão criticar os expedicionários, questionar a sua participação no conflito e desmerecer sua memória.[15]

O encontro na Base Aérea de Natal em janeiro de 1943, entre o presidente Roosevelt e Vargas, levou a efeito a participação do país no Grande Conflito. O presidente Roosevelt aparentemente não se sentia incomodado com as contradições de princípios envolvidas nesse encontro. Os Aliados legitimavam sua luta contra o nazi-fascismo com o estandarte da democracia, mas negociavam, sem nenhuma aparente apreensão, com um ditador que havia suprimido as liberdades democráticas em seu próprio país. O pragmatismo de ambas as partes saiu vencedor.[16]

A participação brasileira multilateral teve como característica a *adesão negociada* em temos econômicos, políticos e militares. Além disso, os EUA, em nome do *esforço de guerra,* subordinou os projetos econômicos do continente aos seus interesses bélicos, dando pouca atenção ao desenvolvimento industrial efetivo da América Latina, e criou as bases para a coordenação policial e militar sob a égide da sua liderança. Todas as decisões implementadas não foram vistas como resultado da pressão do norte-americana, mas sim como parte de um esforço em prol da *colaboração hemisférica.*[17]

O governo brasileiro no processo de alinhamento à política norte-americana colocou suas próprias exigências na mesa de negociação.[18] Os acordos entre os norte-americanos e os brasileiros incluíram o rearmamento das Forças Armadas e a concessão ao pedido do governo Vargas para enviar à Itália um Corpo Expedicionário.

Tal contingente militar seria constituído de três Divisões de Infantaria e um esquadrão de Caça da Força Aérea, num efetivo de 100 mil homens, sendo essa força expedicionária equipada, armada, treinada e subordinada ao Exército norte-

---

[15] MOURA, G. **Sucesso e ilusões...,** op.cit., p.26-30.

[16] Ibid., op.cit., p.10-13, 26-30.

[17] Id. Apesar da vitoria dos EUA na Conferência, a decisão de romper as relações com o Eixo por parte dos países que participaram da reunião teve de ser negociada. Os governos argentino e chileno obrigaram o governo estadunidense a aceitar apenas uma recomendação de rompimento. Ao projeto de assistência financeira, remessa de armas e assistência militar acertaram-se em acordo bilateral: Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Honduras, Nicarágua e Uruguai**.**

[18] MOURA, G. **Estados Unidos e América Latina**. As relações políticas no século XX. São Paulo: Contexto, 1990.p.20-30.

americano.[19] No entanto, a colaboração do Brasil ficou restrita apenas à 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), ao grupo de Caça da Força Aérea Brasileira e o Corpo Voluntário de Enfermeiras. A FEB contou com 25.334 homens nos campos de combate italiano.[20]

O governo Vargas aliou-se aos EUA ingressando na guerra contra o nazi-fascismo, estabelecendo uma visível contradição no interior da vida política nacional. A questão era: o Brasil foi à guerra, ironicamente, defender em terra estrangeira a liberdade que aqui não existia. Soldados de todos os Estados brasileiro foram enviados para a Itália para lutar contra a opressão e a ditadura nazi-fascista que avançava pela Europa e pelo mundo, enquanto dentro das fronteiras do território nacional vivia-se uma situação semelhante a dos povos oprimidos pela guerra, com prisões, torturas, deportações, censura à imprensa, partidos políticos proibidos, dentre outras. Entende-se, pois a relação conflituosa entre o Poder estabelecido e as entidades na preservação da memória da FEB.

1.2 A CONSTITUIÇÃO DA FEB

A mobilização do contingente para formar a Força Expedicionária teve início em dezembro de 1942. Num primeiro momento, mobilizou-se pessoal para a defesa do território brasileiro, dos ataques dos submarinos alemães e de uma ameaça de invasão, pois as autoridades norte-americanas e brasileiras acreditavam que as forças germânicas, que haviam conquistado o norte da África, ali instalaram suas bases para invadir o continente americano.[21]

Em meados de agosto de 1942 o governo brasileiro iniciou a divulgação da Campanha de Alistamento Voluntário para a guerra. A propaganda foi veiculada através dos programas de rádio, cartazes e cinejornais, a favor da mobilização da nação pela luta da democracia, no “sacrifício” da população e na “missão” do brasileiro de defender a pátria contra nazi-fascismo.

Após dois anos de intensiva divulgação da campanha de alistamento voluntário, a FEB teve um número ínfimo de alistados aceitos em suas fileiras, foram 1357

---

[19] BRANCO, M. T. C **O Brasil na II Guerra...,** op.cit., p. 124-125.

[20] Ordenada em 9 de agosto de 1943 através da Portaria Ministerial n.º 47-44, Boletim Reservado do Exército de 13 de agosto de 1943.

[21] MOURA G. **Sucessos e Ilusões...,** op.cit., p.26-40.

aceitos de 2.500 candidatos mobilizados[22], comprovando assim o quanto as representações de ódio ao inimigo, de vingança e de patriotismo, bem como as imagens de uma guerra digna e justa não foram aceitas. Um ano se passou entre a declaração de guerra ao Eixo e o primeiro ato de efetiva criação da FEB em agosto de 1943.[23]

Os esforços para fugir do recrutamento, através do "apadrinhamento político" tornaram-se um grave problema. Autores como Ricardo Bonalume, o veterano da FEB Mário Amaral e Francisco Ferraz afirmam que "o "jeitinho" para não ir à guerra incluía até mesmo os militares da ativa. A conseqüência destas atitudes refletiu diretamente no moral dos expedicionários e foi fator marcante no processo de reintegração dos ex-combatentes no pós-guerra", pois os benefícios conquistados pelos combatentes foram estendidos a todos os militares comoveremos à diante.[24]

Além das dificuldades institucionais, deve-se levar em conta o despreparo dos soldados brasileiros e das Forças Armadas para o tipo de guerra que se travava na Europa, a "BlitzKrieg", uma guerra de movimento e combinação de forças rápidas e decisivas, somadas às forças blindadas e aéreas em profusão e aos surpreendentes movimentos de tropas.[25]

O Exército brasileiro não possuía material de guerra moderno. A infantaria, estruturada desde 1920 segundo a escola francesa, era voltada para a guerra de trincheira. Não dispunha de meios motorizados, nem compreendia o movimento como gerador de ação decisiva. A artilharia, além da carência de material adequado, tinha a técnica, os conceitos e os processos superados. As dificuldades também eram graves nos setores das comunicações e de apoio logísticos, vitais na guerra moderna.[26]

---

[22] MAXIMIANO, C. C.. **Onde estão nossos heróis***:* uma breve história dos brasileiros na 2ª Guerra*.* São Paulo. Ed. do autor. 1995. p.97.

[23] Portaria Ministerial n.º 47-44, 9 de agosto de 1943. Boletim Reservado do Exército. 13 agosto 1943.

[24] AMARAL, Mário. A instrução da FEB. et alii, **Depoimento dos Oficiais da Reserva sobre a FEB**. São Paulo : [s.n.], 1950. p.172. FERRAZ, F. C. A. **A guerra que não acabou:** a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-200).São Paulo: 2002. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p.73; BONALUME NETTO, R. **A nossa Segunda Guerra:** os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1995. p.129.

[25] MORAES, J. B. M de. **A FEB pelo seu Comandante.** São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947. op.cit., p.174-176**;** LIMA BRAYNER, F. de. **A Verdade...,** op. cit. 143/46.

[26] BRASIL. Estado-Maior do Exército. **História do Exército Brasileiro:** perfil de um povo. Rio de Janeiro/Brasília: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972, v. 3, p.829.

A reação da sociedade brasileira era de incredulidade no desempenho do soldado da FEB. No próprio contingente que formou a 1ª DIE, as opiniões eram variadas. Para a grande maioria dos convocados, a participação na guerra era uma forma de castigo. Para as Forças Armadas, na opinião dos autores Castello Branco e Lima Brayner " foi uma forma de livrar-se de alguns maus elementos que formavam as tropas do Exército". [27]

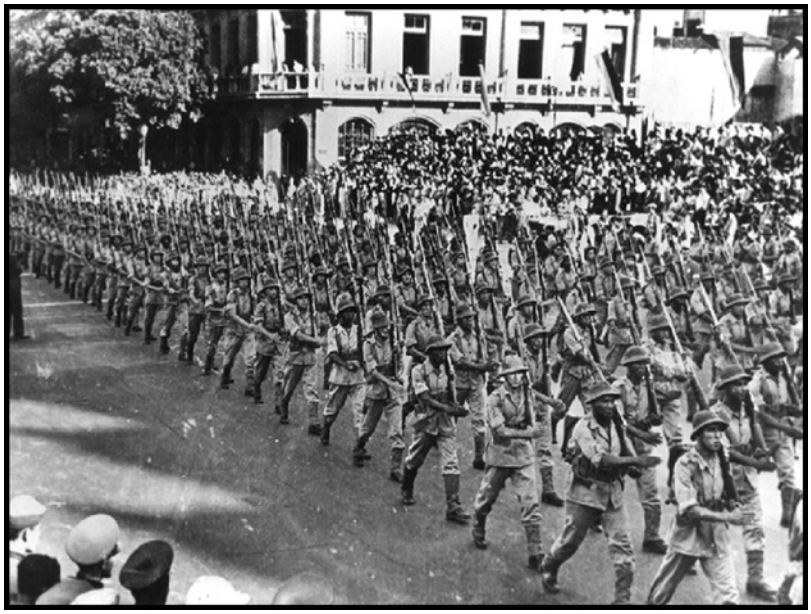

Figura 2- Desfile das tropas antes do embarque - Fonte: CD. Room – II Guerra Mundial – 1995

Embora a população se acotovelasse na rua acompanhando atentamente o desfile das tropas febianas no Rio de Janeiro , era de conhecimento da maioria que seria uma missão quase impossível transformar em tempo recorde um exército obsoleto em uma força moderna apta a enfrentar uma guerra no continente europeu.

O sentimento de despreparo era generalizado. Para a grande maioria, era inviável tal grupo lutar na guerra. Tanto para a sociedade quanto para as instituições nacionais, o grupo de combatentes que compôs a força expedicionária tornava-se um peso para o Estado brasileiro por sua precariedade, criando um abismo de ressentimentos entre os expedicionários que sentiram-se desacreditados. Tais sentimentos, somados à falta de credibilidade largamente disseminada entre a

[27] BRANCO, M. T. C. **O Brasil na II...,** op.cit., p.124-125; BRAYNER, F. de L. **A Verdade...,** op.cit., p.36-40.

sociedade, irão refletir, no pós-guerra, diretamente na memória da FEB e consequentemente na reinserção dos expedicionários – tema aprofundado no terceiro capítulo. [28]

Como já vimos anteriormente, a organização militar nacional estava em descompasso com a organização militar dos Aliados a quem o Brasil incorporou-se.[29] O que agrava ainda mais a situação foi que somente a poucos meses do embarque para a Itália é que foram definidas as unidades que comporiam a FEB. Esta situação gerou uma série de dificuldades como a falta de entrosamento e a impossibilidade de realização de exercícios táticos em âmbito divisionário.[30] A causa para tantas deficiências e entraves será justificada por Lima Brayner e pelo comandante da FEB Mascarenhas de Moraes, nos empecilhos criados pela burocracia nacional e por altos funcionários do Governo, os assim chamados 5ª coluna, os quais seriam contrários ao envio da Força Expedicionária ao Teatro de Operações da Itália.[31]

A escolha do alto escalão da FEB ocorreu por influência pessoal do presidente Getúlio Vargas. A grande maioria dos oficiais de alta patente, que foram sondados para assumir os comandos, não acreditavam no sucesso das tropas brasileiras na guerra. Muitos deles acabaram por declinar o convite temendo prejudicar as suas carreiras.[32] A preferência pelo General João Batista Mascarenhas de Moraes por parte de Vargas para comandar a FEB foi determinada por critérios políticos, pois era de conhecimento público que o general era avesso à política e amigo pessoal do ditador. O que significava que Mascarenhas não tiraria vantagem das possíveis glórias da FEB quando do retorno dos expedicionários ao país.[33] Quanto ao Estado Maior da FEB, foi formado com oficiais escolhidos pelo Ministro da Guerra Eurico Dutra e não por seu comandante Mascarenhas de Moraes.[34]

---

[28] BRANCO, M. T. C. **O Brasil na II...,** op.cit., p.124-125; BRAYNER, F. de L. **A Verdade sobre a FEB** (memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.36-40.

[29] BRASIL. Estado Maior do Exército. **História do Exército Brasileiro:** perfil militar de um povo. Rio de Janeiro/Brasilia: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972, vol. 3, p.829 e segs.

[30] As unidades permaneceram em seus quartéis, ou seja no Mato Grosso, Sã o Paulo, Minas e Rio de Janeiro, por exemplo.

[31] MORAES, J. B. M de. **Memórias.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, vol. 1, p.134.

[32] FARIAS, O. C. de. **Meio Século de combate.** Diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p.348; MAcCANN, F. **Aliança...,** op.cit., p. 281; SILVEIRA, J. X. da**. A FEB por um soldado.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p.53/54.

[33] MAcCAN, F. **Aliança...,** op.cit., p.281/282.

[34] FARIAS, O. C de. **Meio Século de combate**..., op.cit., p.348/349.

1.2.1 O Processo de Seleção

O processo de mobilização militar para formar os quadros da FEB se deu em todo o território nacional, possivelmente para reforçar a imagem do esforço da nação como um todo. A conseqüência foi a diversidade dos convocados, os quais formavam uma massa heterogênea em todos os sentidos, como o Estado de origem, grau de instrução, crenças políticas e religiosas. A convocação e a seleção foi composta por reservistas de 1ª e 2ª categorias, mobilizáveis, gente do tiro de guerra e recrutas distribuídos indistintamente na área urbana e rural, uma amostra da precariedade social do Brasil. Cabe ressaltar que as tropas que faziam parte das bases militares do Nordeste do país, franqueadas aos norte-americanos para o estacionamento de suas tropas, as quais foram equipadas e armadas pelos EUA, não foram efetivadas na FEB , nem enviadas a frente de combate européia.

Não haviam normas precisas para a convocação e seleção: quanto à idade os combatentes variavam entre 20 e 30 anos ou até mais. Não foram levadas em consideração as condições particulares de cada idade, situação social, econômica e psicológica. Quanto ao estado civil, não houve diferença entre solteiros e casados, o que levou a convocação indiscriminada de inúmeros pais de família. Em suas profissões os combatentes convocados, na maioria eram lavradores, pequenos sitiantes, agricultores modestos, operários urbanos e empregados do comércio, gerando com isso um grande drama social, o desemprego, como veremos mais adiante com relação a reintegração profissional.

Os padrões de saúde estabelecido pelos critérios da convocação levaram grande parte da tropa a serem consideradas incapazes. Pouco tempo depois os exames foram revistos em função da dificuldade de se constituir uma divisão inteira e todos passaram por novos exames. Tanto os padrões físicos quanto os psicológicos foram negligenciados. Os exames psiquiátricos foram nulos, mesmo os soldados de equilíbrio mental abaixo do desejável foram empregados com o restante da tropa nos combates.[35]

Para Piason, médico na vida civil que lutou como tenente no 6º RI, a seleção "... foi baseada no principio, de que todo convocado procurou eximir-se das

[35] GONÇALVES, C. P. **Seleção Médica do Pessoal da FEB.** História, funcionamento e dados estatísticos. Rio de janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951. p.45.

obrigações que o país exigia".[36] Isso levou indícios de incapacidade física e mental serem classificadas como simulação, e muitos homens doentes foram convocados. As conseqüências vieram depois da guerra: o preço pago pela almejada reforma foi "baixar no pavilhão de doentes mentais" e conseguir o atestado de "louco de guerra", como veremos mais adiante.

O baixo nível de instrução dificultou sobremaneira o recrutamento de soldados eficientes, principalmente em relação às funções mais técnicas como operadores de rádio, mecânicos, dentre outros. Observa-se a imprevidência na convocação de elementos que eram especialistas, convocaram-se homens, sem perguntar as suas especialidades e nem de sua possível utilização.

A seleção médica dos convocados foi marcada por controvérsias, incompreensões, protelações e atropelos na execução. Em fevereiro de 1943 foi criada pelo Estado Maior do Exército e determinada pela Diretoria de Saúde a Instrução de Seleção Física dos homens que comporiam as tropas da FEB. Adotou-se os padrões de saúde norte-americano através de um crivo em que: "... homens com boas condições físicas, mentais e intelectuais pudessem ser utilizados pelo comando sem inconvenientes ou receio".[37]

Supostamente deveria ser selecionada uma "elite" de soldados brasileiros para a guerra. Todavia, a Junta Médica autorizada para tal função teve seus trabalhos frustrados em função de problemas como o escasso período de 90 dias de atividades para a inspeção de reservistas de 1ª e 2ª categorias, e pelo apadrinhamento dos interessados em se evadirem.[38]

A seleção das tropas para compor a FEB foi executada nas onze Regiões Militares do Brasil, e deveria atingir duzentos mil homens, dos quais sessenta mil deveriam ser recrutados para compor as três divisões inicialmente planejadas e enviadas para o TOI. Em função do curto período de tempo o número foi baixado para cem mil.[39] A grande maioria dos soldados selecionados para compor as unidades da única divisão de infantaria formada vieram da 1ª RM Distrito Federal, da 2ª RM São Paulo, da 4ª RM Minas Gerais e da 9ª RM Mato Grosso. A justificativa

---

[36] PIASON, J. A. Alguns erros fundamentais observados na FEB. **Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB.** 3 ed. Rio de Janeiro: [s.e],1950. p. 84.

[37] GONÇALVES, C. P. **Seleção Médica ...,** op.cit., p.46; FERRAZ, F. C. A . **A guerra**..., op.cit., p.76-80.

[38] Ibid. p.5; ibid. p. 81-90.

[39] Ibid., p.46,77-78; BRANCO, M. T. C. **O Brasil na II...,** op.cit., p. 139 e seg.

para tal escolha foram o índice de alfabetização e a adequação física do contingente para os padrões exigidos na composição da tropa expedicionária.[40]

A 5ª Região Militar é composta pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina. O Paraná, o objeto de estudo desta pesquisa, colaborou com 6,615 % dos combatentes, sendo inspecionando até 31 de dezembro de 1944 cerca de 9.114 homens. Os expedicionários paranaenses que foram mobilizados para a guerra fizeram parte dos três regimentos de infantaria, do 9º Batalhão de Engenharia e do Corpo Voluntário de Enfermeiras e demais unidades que compuseram a 1ª DIE.

Os resultados da seleção inicial mostraram que muitos homens foram reprovados por insuficiência física, doenças crônicas ou analfabetismo. Por essa razão a FEB acabou incorporando praças e oficiais de todos os Estados da Federação independente de serem recrutas convocados, voluntários ou militares regulares. Foi preciso rebaixar o nível de exigências dos exames, para incluir na FEB os classificados como "normais", e também rever os resultados sobre os "incapacitados". [41]

A pluralidade cultural e o despreparo para a guerra são características fundamentais para se compreender a campanha e a complexidade da única divisão que se conseguiu organizar, bem como a descrença enquanto possibilidade histórica e enquanto fator de êxito militar.

> "sempre houve, no correr destes anos, quem nos perguntasse, aos velhos correspondentes de guerra:
> – Mas o pessoal do Brasil entrou mesmo na guerra?
> – É verdade que a guerra para os brasileiros foi uma passeata paga pelos americanos?
> – Aquilo lá era uma farra formidável, não era?
> Respondemos pacientemente:
> 1) o pessoal entrou mesmo na guerra;
> 2) não foi passeata, e tudo o que os americanos pagaram eles receberam de volta;
> 3) não."[42]

As memórias de Rubem Braga é a confirmação da permanência do ceticismo em torno da FEB. Cabe mencionar que todos os problemas e dificuldades com relação ao processo de recrutamento não chegaram ao conhecimento de grande

---

[40] GONÇALVES, C P. **Seleção Médica...,** op.cit., p.46-118; FERRAZ, F. C. **A guerra...,** op.cit., op.cit. p.81-90.

[41] BRANCO, M. T. C. **O Brasil na II Guerra...,** op.cit., p.145. FERRAZ, F. C. **A guerra...,** op.cit., op.cit. p.81-90.

[42] Cf. Apresentação de Rubem Braga ao livro de SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo (orgs.) **A luta dos pracinhas:** A FEB 50 anos depois – uma visão crítica. 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Record, 1993.

parte da sociedade brasileira nesta época, sequer depois da guerra, ou nos dias atuais.

1.2.2 O TREINAMENTO DE GUERRA

Os combatentes convocados passaram a concentrar-se em unidades militares do Rio de Janeiro a partir de março de 1944 para submeterem-se ao treinamento de guerra, enquanto não embarcavam para o TO. Os quadros da DIE formaram-se a partir da precariedade das instalações que acolheram milhares de soldados, da convivência com seus pares que não participariam da guerra, dos conflitos surgidos entre esses homens, das fugas dos locais em que se achavam acomodados os futuros combatentes. dentre outras situações.[43]

Diante deste quadro de dificuldades, somam-se: a dependência do nosso país em relação às forças armadas norte-americanas, a falta de bons armamentos e a ausência de confiança no soldado brasileiro para o combate, justificado pelo seu caráter “mestiço” e por ter que lutar contra o “gigantismo” do homem alemão. O grande número de homens reprovados na seleção médica reforçou essas idéias *eugenistas* pelo temor produzido pela propaganda interna.[44]

A imagem abaixo mostra o treinamento dos combatentes aqui no Brasil teve alto grau de deficiência em função da mudança do padrão francês para o norte-americano, bem como pela falta de material de instrução. Os procedimentos eram em língua inglesa e os oficiais norte-americanos que aqui estavam para treinar as tropas não dominavam a língua portuguesa e eram em número muito pequeno, o que leva a deduzir que os demais combatentes que formaram o 2º e 3º escalões aprenderam a combater pouco antes de entrarem em ação na Itália.[45]

A FEB embarcou para Itália nesse clima de descrença quanto a sua atuação, tanto por parte da população quanto pelo comando responsável pela Divisão. Mas, a grande deficiência que atingiu a maioria dos expedicionário foi a falta de conhecimento do porquê iriam lutar nessa guerra e o real motivo dela ter iniciado,

---

[43] BRANCO, M T. C. **O Brasil na II Guerra...,** op.cit,. p.145-150; FERRAZ, F. C. A . **A guerra...,** op.cit., op.cit. p. 90-94.

[44] GONÇALVES, C. P. **A Seleção Médica...**, op.cit., p.67-68.

[4545] BRANCO, M T. C. **O Brasil na II Guerra...,** op.cit,. p.145-150; FERRAZ, F. C. A . **A guerra...,** op.cit., op.cit. p. 90-94

em função da falta de informações sobre a guerra, divulgadas pelo Estado brasileiro aos soldados e à população em geral.[46]

Figura 3 - Instrução militar às tropas brasileiras (Fonte; CD-Room II Guerra Mundial ,1995)

Este recrutamento de caráter emergencial teve reflexos nítidos na formação e no desempenho da FEB na Itália, por sua desqualificação e despreparo para a guerra. Ou seja, num curto espaço de tempo ministrou-se à tropa o treinamento possível nos padrões norte–americanos, diferente de tudo aquilo que os soldados brasileiros tinham visto até então. Vários comandantes de pelotão passaram a estagiar só na Itália em campos de treinamento aliado, os quais procuravam simular de maneira o mais real possível as situações de combate, fazendo com que os nossos oficiais percebessem o choque de mentalidades a que estariam expostos dali em diante.

A FEB foi uma divisão de exército, de estrutura ternária[47] composta de unidades variadas. As unidades mais citadas são os Regimentos de Infantaria (RI*)*

[46] McCANN. F. **Aliança...,** op.cit. p.284.

[47] A estrutura da FEB encontra-se em BONALUME NETTO, R. **A Nossa Segunda Guerra...**, op.cit., p.134-135; FERRAZ, F. C. **A guerra...,** op.cit., p.13; MORAES, J. B. M de. **A FEB pelo seu**

que foram três: o 1º RI do Rio de Janeiro, o 6º RI de Caçapava (SP) e o 11º RI de São João Del Rei. Os três Regimentos que compuseram a FEB formaram a Infantaria de sua Divisão. Embora cada regimento abrigasse soldados de todos os Estados brasileiros, havia, em cada um, uma concentração maior do Estado de sua sede. Assim, o 1º RI, com sede no Rio de Janeiro, concentrou mais expedicionários cariocas e fluminenses. O 6º RI, com sede em Caçapava, São Paulo, reuniu mais paulistas. O 11º RI, com sede em São João Del Rei, Minas Gerais, teve a maior concentração de mineiros.

Todavia, quando do retorno da FEB, os ex-combatentes formaram as associações em base estadual e não regimental, recebendo entre seus associados expedicionários de qualquer regimento e de qualquer Estado. No momento da formação das associações o que contou era ser ex-combatente febiano.

1.3 A FEB EM COMBATE

Na Campanha da Itália a FEB contou com um contigente [48] assim distribuído: quinze mil soldados na linha de frente, dez mil homens na reserva de recompletamento e serviços anexos. Sem dúvida alguma uma contribuição modestíssima, com falhas visíveis em sua organização.[49]

Em 2 julho de 1944, os primeiros combatentes sob o comando do General Euclides Zenóbio da Costa, deixaram o porto do Rio de Janeiro, atravessaram o Atlântico a bordo do navio–transporte norte-americano *General W. A Mann*, e desembarcaram em Nápoles a 16 de julho, sendo incorporados ao 4º Corpo do V Exército Americano, sob o comando do General Mark Clark, onde uma força multinacional composta por norte-americanos, ingleses, poloneses, canadenses, indianos, neozelandeses e brasileiros serviram sob as suas ordens[50]. Trata-se de

---

Comandante..., op.cit., p. 263-264, COSTA., O. **30 Anos Depois da Volta.** Rio de Janeiro : AGGS/ Ed. Expressão e Cultura, 1995 p.27.

[48] BRANCO, M. T. C. **O Brasil na II...,** op.cit., p.163-164. Em setembro de 1944 - 1º escalão com 5075 soldados; o 2º Escalão em outubro de 1944 com 4.691 homens; e o último em fevereiro de 1945, com 5.082 homens.

[49]MORAES, J. B. M de **A FEB ...,**op.cit., p.74 e seg.; BRAYNER, F. de L. **Verdades e Vergonhas...,** op.cit., p.153.

[50] Com o 2º e 3º Escalões contamos com 10.375 soldados; no 4º escalão 4.691 combatentes, no 5º escalão 5.082 expedicionários, e, por via aérea 111 combatentes.

um momento que passa a figurar na História Militar brasileira , pois pela primeira vez soldados latino-americanos como combatentes pisam em solo europeu. [51]

A adaptação do soldado brasileiro não foi apenas nos princípios, regulamentos, armamentos e disciplina do Exército norte-americano ao qual foi incorporado. Os inúmeros relatos sobre a assimilação dos códigos, padrões e das normas foi um choque para o combatente febiano. A diferença de costumes teve início na viagem para o *front*, na organização da vida a bordo do navio transporte e posteriormente nos acampamentos, pelo o rigor no cumprimento dos horários, pela disciplina e ordem e em tudo que os cercavam, na alimentação igual para todos, no fardamento onde quase não se distinguia o soldado de patente inferior do seu superior. Nos seus depoimentos, os soldados chegam afirmar que o rigor do quartel foi substituído por uma disciplina "mais humana". [52]

Nas tropas brasileiras havia uma diferença funcional entre os combatentes que estavam na frente de luta e os da retaguarda. Quando saíram do Brasil, cada combatente recebeu no embarque dois sacos com letras A e B, para suprir as suas necessidades. O primeiro para quando estivessem na frente de combate e o segundo para quando estivessem na retaguarda. Os combatentes *sacos A,* usufruíam de uma superioridade pessoal entre os companheiros, independente de sua graduação. Já o grupo que ficava na retaguarda e nos depósitos eram *os sacos B,* os quais eram vistos de forma depreciativa e irônica por parte dos companheiros. Para Ferraz "a distinção da vida na frente de combate era a marca indelével de uma superioridade pessoal, em que divisas ou galões estrelados contavam menos do que o respeito e a consideração dos companheiros".[53]

A Campanha da Itália, do ponto de vista estratégico, foi uma das mais difíceis, por sua progressão lenta. Mesmo em inferioridade numérica e de recursos bélicos em relação às forças aliadas, as forças germânicas aproveitaram-se do terreno montanhoso central e norte italiano, resistindo a desocupação e tornando dificílima a tarefa das divisões aliadas em derrotar e levar à completa rendição as tropas

---

[51] BRANCO, M.T.C. **O Brasil na II Guerra...,** op.cit., p.124/125.

[52] SOARES, L. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira.** Curitiba: edição do autor, 1985. p.31/34;149/153; ANDRADE, P G. de . Espirito da FEB In.: **Depoimento...,** op.cit., p. 323,367/68; FERRAZ, F. C. **A guerra...,** op.cit., p.93-94.

[53] PESSANHA, G. Saco B. **Revista Militar Brasileira.** Número comemorativo do 30º aniversário da organização da FEB; ano 59, vol. 102, p.142-145. FERRAZ, F C. **A guerra...,** op.cit, p.95.

inimigas, que vai ocorrer próxima a data de rendição total da Alemanha em abril de 1945.[54]

Segundo algumas literaturas “oficialescas” e “laudatórias”, as operações realizadas pela DIE foram “essenciais” para a vitória na frente italiana. Lamentavelmente esse tipo de literatura serviu mais para aumentar a desconfiança sobre as ações brasileiras do que para reconhecer o valor da participação do soldado febiano na guerra. A atuação dos expedicionários foi marcada pelo ceticismo. Para o historiador César Maximiano “...independente da frente de batalha da FEB ser considerada “secundária”. o que vale dizer é que o soldado brasileiro cumpriu sua missão tanto quanto qualquer combatente aliado”.[55]

As primeiras semanas, após a chegada dos expedicionários na Itália, a tropa foi encaminhada para um setor calmo da frente entre o Mar Tirreno e o Vale do Rio Serchio, ao norte de Pisa. Os dias que ficaram estacionados foram aproveitadas para revisão do estado sanitário da tropa, recebimento das armas, e instruções militar com o propósito de ganhar experiência. [56]

Para os militares brasileiros da FEB, a guerra italiana caracterizou-se por patrulhas e por ações localizadas em objetivos limitados nas montanhas e vales, o que causava uma progressão lenta, problemas de abastecimento, de deslocamento de tropas, das armas, da munição e do equipamento. As ações de combate desenvolvidas envolveram pelotões, companhias e batalhões e, eventualmente, os regimentos. Em poucas ocasiões acionou-se a divisão inteira e, em função do mau tempo, o apoio aéreo foi bastante prejudicado.[57]

A ordem de combate de 13 de setembro de 1944 deu a DIE a sua primeira missão. Os expedicionários iniciaram sua jornada na *frente* do Rio Serchio, que resultou na conquista de Camaiore, a primeira vitória brasileira na *frente* italiana. A

---

[54] BRAYNER, F, de L. **A Verdade...,** op.cit., p. 150 e seg; BRANCO, M.T.O. **O Brasil na II,** op. cit., p.155; BOMNALUME, R. **A Nossa Segunda Guerra...,**op.cit. p.121; FERRAZ, F. C. **A guerra...,** op.cit., p.98-106.

[55].MAXIMIANO, C. C. **Onde estão...,** op.cit., p.23/24 e 35.

[56]BRAYNER, F de L. **A Verdade...,** op.cit., p.123-132, 153; MORAES, J.B.M de. **A FEB pelo....,** op.cit., p.71; RODRIGUES, A J. **O Paraná na FEB**. **Documentário.** 2 e. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1954. p.274. Durante os exercícios faleceu, em conseqüência de acidente de mina, o soldado Ernesto Gonçalves, natural de Paranaguá, tendo sido o primeiro expedicionário paranaense morto na Itália.

[57]ARRUDA, D.C. Impressões de um infante. In: **Depoimento...,** op.cit. p.63; BONALUME NETTO, R, **A Nossa Segunda Guerra...**,op.cit, p.127-129; MAXIMIANO, C. C. **Onde estão...,** op.cit., p.23-24.

conquista das primeiras posições tiveram o custo das primeiras baixas.[58] A participação ativa da FEB na II Guerra inicialmente coube ao 6 º Regimento de Infantaria (6º RI), de encontro à Linha Gótica. Segundo a propaganda nazista, a linha de defesa mais poderosa organizada pelos alemães, ocupada pela 42 ª Divisão Infantaria Alemã. [59] As vitórias dos expedicionários febianos causaram boa impressão ao comando do 5º Exército norte-americano, da mesma forma causaram uma boa impressão naqueles que acreditavam que a FEB tinha tudo para ser um fracasso militar.

Nos sete meses e dezenove dias que perduraram os combates da FEB, os expedicionários lutaram em duas frentes consecutivas: a do Rio Serchio e a do Rio Reno nos trechos mais acidentados dos Apeninos. Foram mais de dois meses da fase mais rigorosa do inverno de montanha com temperaturas baixíssimas e sob fogo constante do inimigo. Cabe ressaltar que a DIE não deixou de cumprir uma só das missões que lhe foi atribuída, embora nem sempre conquistasse êxito imediato, como no caso de Monte Castelo.

A campanha da FEB foi marcada por altos e baixos. De acordo com os relatórios do Serviço de Saúde, entre julho 1944 e maio de 1945, a Clinica Médica atendeu 9.234 combatentes. Por passarem muitos dias confinados nas trincheiras, as baixas se deram, na maioria dos casos, por problemas respiratórios, pois ficaram expostos as temperaturas de até 15º negativos.

> Enquanto meditava, o cabo olhava acabrunhado, mas já resignadamente, a bola de sangue que acabara de expelir ao final de um novo acesso de tosse. A tosse, a febre acompanhada de suores frios a escorrer pela frontes, a insônia e a perda de apetite eram sintomas suficiente para alarmar qualquer pessoa. E agora o quadro clinico já se completava com as manchas de sangue cor de barro em meio ao catarro... eram as conseqüências de um dia todo enterrado na água podre e gelada, dentro de uma valeta pegada as casas de Abetáia. [60]

Outro problema foi de ordem circulatória, causando risco de gangrena e amputação. Segundo o capitão médico Mirandolino Caldas, encarregado do Posto Avançado de Neuropsiquiatria, as questões de ordem psicológicas, como fadiga de combate, se originaram das insuportáveis condições que foram submetidos os soldados. O pior período corresponde aos meses de inverno (novembro a março), em função dos sucessivos ataques fracassados ao Monte Castelo, bem como o mês

---

[58]RODRIGUES, A J. **O Paraná na FEB**... op.cit, p. 86. Dentre as baixas está a do soldado Constantino Marochi, do 6º RI, natural de Campo Largo, foi o primeiro paranaense morto em ação.

[59]BRANCO, M T. O . **O Brasil na...,** op.cit., p. 183-185.

de abril de 1945, com a Ofensiva da Primavera, que correspondeu a tomada de Montese em função das baixas sofrida pela FEB durante o combate.

A geografia do teatro de operações também tornou-se um problema, os inimigos entrincheirados nas montanhas, com armas de melhor qualidade e alcance, cuja eficiência causavam danos irreversíveis como mutilações. Também ficavam à mercê da proximidade que se desenrolavam os combates, entre 10 e 15 metros, era quase um corpo a corpo oferecendo vantagem às tropas inimigas fixadas no alto dos morros.[61]

Em evidente desvantagem numérica e prejudicados no processo de adaptação, mesmo assim as tropas brasileiras conseguiram causar baixas e conquistar territórios, levando-se em conta a enorme frente de batalha que lhe foi atribuída, também por se tratar de uma tropa que participava pela primeira vez da luta, fez prisioneiros, capturou uma fábrica de munições e acessórios de aviões. As inúmeras baixas sofridas nos dias de luta ininterruptas demonstram a rudeza da Campanha. Embora a violência e a ferocidade do combate os atemorizassem bem como as péssimas condições de vida na frente de batalha os desgastassem e o ceticismo e zombaria os abalassem, a FEB avançou sobre a frente de combate de forma corajosa. [62]

Na ofensiva sobre a defesa alemã dos Apeninos, a partir de novembro de 1944, nos ataques a Monte Castelo e Castelnuovo os soldados brasileiros viveram intensos combates. Desde os primeiros movimentos as tropas sofreram pesadas baixas, levando a sucessivos fracassos a tentativa de tomada do Castelo, obrigando a tropa febiana permanecer no Vale do Reno.[63]

---

[60] SOARES, L. **Verdades...,** op.cit., p.128-137.

[61] BRANCO, M. T. C. **O Brasil ....,** op.cit., p.183/185.

[62]Dentre os desaparecidos, o soldado paranaense Oswaldo Casemiro Muller, do pelotão Almeno esteve prisioneiro no campo de concentração 7-A em Mosburgo, Alemanha, tendo sido libertado em abril de 1945 pelo 8º Exército norte-americano.

[63]Se destacou aquele que é considerado o herói maior da FEB paranaense o comandante de grupo de combate da 2ª Companhia, 3º Sargento Max Wolff Filho Sobre os combates travados entre novembro e dezembro de 1944 para tomada de Monte Castelo: ANDRADE, D. P de. **O 11º R I na 2ª Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, v153, 1950; CARVALHO, N. R. de. **Do terço Velho ao Sampaio da FEB.** Rio de Janeiro: Americana, [S.l.: s.n].**;** PALHARES, G. **De São João Del Rei ao vale do Pó,** ou a Epopéia do 11º RI na 2ª guerra mundial. São João Del Rei, Diário do Comércio, 1995; SOARES, L. **Verdades Vergonha sobre a FEB.** Curitiba: ed. Autor, 1985**;** PIRES, W. M. **Sangue Amor e Neve.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. RODRIGUES, A. J. **O Paraná na FEB**. Documentário. 2 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1954; MELLO N. C. A de **Meu diário de Guerra na Itália.** De 30.VI.1944 a 18.II.1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

Uma das discussões que persiste até hoje refere-se a importância estratégica ou tática de Monte Castelo. A obra *As duas faces da glória,* do jornalista William Waack[64], afirma que Monte Castelo tinha pouca importância na linha de defesa alemã, não havendo nenhuma referência a tal posição nas fontes alemãs por ele pesquisada. Entretanto o historiador norte-americano MacCann, afirma que essa posição tinha importância sim, já que foi pensada de uma perspectiva mais extensa, e não apenas um ponto geográfico para o avanço naquela região. Além disso, ao contrário de Waack, considerou a participação dos brasileiros como uma manobra bem sucedida.[65]

As notícias sobre os sucessivos fracassos da FEB na frente de combate da Linha Gótica, após o avanço no Vale do Serchio, geraram aqui no Brasil uma série de boatos e um clima hostil em relação a Mascarenhas de Moraes, confirmando, de certa maneira, o pessimismo e o descrédito em relação a FEB. Em Porreta-Terme, a FEB vai viver uma "longa e asfixiante noite" desde os fins de novembro a fevereiro. Mas foi preciso serem melhor avaliadas e planejadas as ações através de manobras conjuntas com a 10ª Divisão de Montanha norte-americana e do apoio aéreo da FAB finalmente Monte Castelo foi atacado e tomado.[66] Para Dennison de Oliveira "é certamente a mais importante vitória que é comemorada, ao contrário do Dia da Vitória, por se tratar de um glória exclusiva da FEB".[67]

A imagem abaixo retrata as tropas brasileiras na tomada de Monte Castelo, proporcionando o avanço e vitória dos aliados na frente Apenina. A tomada das posições alemãs no Castelo se tornou uma questão de honra para as tropas brasileiras, pelas derrotas sofridas pelos febianos desde fins de novembro de 1944. Com isto, finalmente foi percebida a importância, tanto pelas instituições militares como civis aqui no Brasil, da participação das tropas expedicionária na guerra. Entretanto, o reconhecimento do espirito de sacrifício e a determinação

---

[64] WAACK, W. **As duas faces da glória:** a FEB vista pelos seus aliados e inimigos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

[65] MCCANN, F. A Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália. In : SILVEIRA, J; MITKE, T. **A luta dos pracinhas.** A FEB 50 anos depois – uma visão crítica. 3 e. rev. aum. Rio de Janeiro : Record. 1993.

[66] BRANCO, M. T. C. **O Brasil...,** op.cit., p.186-192. SILVEIRA, J. **História de pracinhas.** Rio de Janeiro : E. Leitura, 1945; BRAYNER, F de L. **A Verdade...,** op.cit. p. 295-311; RODRIGUES, A J. **Segundo Pelotão, Oitava Companhia.** São Paulo: Edameris, 1969; COSTA, O. **Trinta anos...,** op.cit., p.46-47; SOARES, L. **Verdades...,** op.cit., p. 52-213.

[67] OLIVEIRA, D. de**. Cultura e Poder nas cerimônias militares das Forças Armadas brasileiras: o caso de Monte Castelo.** Disponível em: <http//www.geocities.com.academiamontese/artigot2.htm.> Acesso em 10 maio. 2003.

compartilhadas pelos combatentes, só serão exemplos concretos de sua luta e feitos heróicos após o fim da guerra, como veremos adiante, nas cerimônias instituídas pelos expedicionários.

Figura 4 - soldados da FEB em Monte Castelo. (Fonte: CD Room II Guerra Mundial, 1995).

As ações de março de 1945 da tomada de Castelnuovo, resultaram na captura de prisioneiros alemães dentre eles, dois oficiais, comandante da companhia e um médico.[68] As dificuldades encontradas pelos expedicionários não foram apenas nos combates nas montanhas, pois as ações bélicas travadas no espaço urbano, e em função deste ser restrito, foram tão ou mais letais que o primeiro. Foi em Montese que as tropas febianas tiveram o maior número de baixas em sua Campanha. Todos os relatos do Estado Maior norte americano sobre os combates afirmaram terem sido decisivas as ações das tropas brasileira na conquista de Montese.[69]

---

[68] RODRIGUES, A J. **Segundo Pelotão...,** op.cit., p. 40 e seg. COSTA, O. **Trinta anos...,** op.cit, p.48; SOARES, L. **Verdades...,** op.cit., p.214-230.

[69]sobre a conquista de Montese ver: MORAES, J.B.M de. **A FE....** op.cit., p.163-175; BONALUME NETTO, R. **A Nossa ...,** op. cit., p.205 e segs. ; ALMEIDA, A R. de. **Montese:** marco de

O combate de Collechio foi a arrancada relâmpago destinada a aprisionamento das tropas inimigas. A capitulação do comando alemão foi feita pelo comandante da 148ª Divisão de Infantaria General Otto Fretter Pico e general Mário Carloni das tropas italianas acompanhado por 31 oficiais de seu Estado Maior e cerca de 15 mil homens. A rendição foi feita ao coronel Lima Brayner e ao tenente-coronel Castelo Branco. No dia 30 de abril de 1945 o general alemão foi escoltado à Florença pelo general Olímpio Falconieri.

A história da FEB na Campanha da Itália está marcada por "datas gloriosas" e por "datas amargas", dias para serem lembrados com tristeza e frustração ou esquecidos. Convém porém lembrar que apesar de todas as críticas desde antes da sua viagem para a Teatro de Operações, a FEB formou uma tropa integrada racialmente, com negros, brancos e pardos, que reuniu-se a soldados de outras nações, superando os pré-conceitos para lutar em uma só unidade.

Para os brasileiros, inexistiram distinções raciais contribuindo para que a FEB se torna-se um exemplo de integração racial. Para o historiador Dennison Oliveira: " parece-nos sensato afirmar que a suposta integração racial da FEB vem se prestando ao papel de elemento a mais de confirmação da presumida democracia racial brasileira, inclusive e principalmente no que diz respeito às forças armadas." [70]

Uma semana depois as tropas alemãs capitularam de maneira incondicional, ou seja, na primeira semana de maio de 1945 para os expedicionários brasileiros a guerra chegou ao fim, e a inquietação tomou conta dos combatentes febianos, cujo desejo era voltar e retomar a sua vida diária, agora em tempos de paz.

---

glória de uma trajetória**.** Rio de Janeiro : Biblex Editora, 1985. CASTRO, I. de. **Gotas de Glória.** Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950; COSTA. O. **Trinta anos ...,** op.cit., p. 62-63; SOARES, L. **Verdades...,** op. cit., p. 231-280. Após a vitória sobre as forças germânicas, o avanço ao Vale do Pó foi feito pelo Esquadrão de Reconhecimento Motorizado (Força Blindada) sob o comando do então capitão Plínio Pitaluga, e a na 3ª Cia do 6º RI sob o comando do capitão Aldenor da Silva Maia, o pelotão sob o comando do paranaense 1º tenente R1 Ernesto Guilherme Hagemeier e do soldado Manoel Antonio Fernandes.

[70] MAXIMIANO, C. C., & OLIVEIRA, D. Raça e Forças Armadas: O caso da Campanha da Itália(1944/45).**Revista de Estudos de História,** São Paulo, v. 8, nº 1, p.157-184, 2001.

CAPÍTULO 2

2. O FIM DA GUERRA

> ...como foi bom voltar aso seu quarto, com a estante de livros. (Meu Deus! será possível que já li tudo isso?) o retrato de papai e mamãe..., e a sua cama tão macia, tão gostosa, um sonho de cama. Mas, ao mesmo tempo, como é difícil voltar a essa vida! Quase não conseguia alimentar-se, pois a boa comida de casa, tão ansiosamente esperada, parecia temperada em excesso, para seu paladar viciado com a bóia insossa da campanha. De noite, revirava-se sobre o colchão macio, ah, macio demais para seus ossos, habituados ao chão duro e frio das casas italianas. E às vezes tinha sobressaltos, com a impressão que um companheiro viria acordá-lo para uma missão de tiro.[1]

2.1 MISSÃO CUMPRIDA

A participação do Brasil na Guerra e a mobilização e o envio da FEB, foram marcadas por uma política externa pragmática; por uma política interna assinalada pelas ações verticais das instituições, pelo atropelo e desqualificação da tropa, e descrédito geral. Neste capitulo analisamos o processo de desmobilização das tropas expedicionárias, traçado pelo Ministério da Guerra para controlar os ânimos dos ex-combatentes em função do processo de redemocratização no país, e o mais rapidamente possível encaminha-los a seus lares e convívio familiar. Todas essas ações deferidas por parte do Estado vão refletir diretamente no que é nossa preocupação nesta pesquisa, o processo de reinserção social dos expedicionários.

Na manhã do dia 28 de abril de 1945, o coronel Nelson de Melo, Comandante do 6º Regimento de Infantaria enviou um ultimato ao Comando da 148ª Divisão de infantaria alemã, assim redigido:

> "Ao comando da tropa sitiadas na região de Fornovo – di Taro.
> Para poupar sacrifícios inúteis de vidas, intimo-vos a render-vos, incondicionalmente, ao comando das tropas regulares do Exército Brasileiro que estão prontas para vos atacar. Estais completamente cercado e impossibilitado de qualquer retirada. Quem vos intima é o comando da vanguarda da Divisão Brasileira que vos cerca. Aguardo dentro do prazo de duas horas a resposta do presente 'ultimatum'.
> a) Nelson de Melo – Coronel.[2]

---

1 SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina:** histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.212.

2 BRANCO, M. T.C. **O Brasil na II.** Rio de Janeir: Biblioteca do Exército Editora,1960., p.460.

Uma mensagem sucinta, na mesma manhã daquele dia 28 de abril, assinada pelo chefe do Estado Maior da 148ª Divisão de Infantaria alemã Major Kuhn informa:

> "Hern – 28/4/45.
> Obsert Nelson de Melo –
> Nach engang einer Weisung der vorgesetzter Kommando, behöerde erfolgt antwort.
> a)major Kuhn. [3]

Este foi o primeiro passo para a rendição incondicional de todas as Divisões alemãs e das tropas italianas a elas agregadas. Pouco mais de 290 dias durou a efetiva guerra da Força Expedicionária Brasileira no front italiano: do dia 16 de setembro de 1944, quando um Batalhão do 6º RI iniciou a marcha na frente do rio Serchio, até 2 de maio de 1945, data na qual a ordem de cessar fogo, vinda do comando do 4º Corpo de Exército norte-americano, deteve o 11º RI na localidade de Vercelli no Vale do Pó, onde todos os exércitos inimigos renderam-se às tropas aliadas.

Figura 5 O general Gustav Jodl assina a rendição incondicional da Alemanha, (Fonte: CD-Room II Guerra Mundial –1995).

---

[3] **Ibid.,** p.460.
"Sr. – 28/4/1945.
Cel. Nelson de Melo
Depois de receber instrução do comando superior seguirá resposta.
a) Major Kuhn."

A 8 de maio de 1945, o Ministério do Exterior do Terceiro Reich anunciou, pelo rádio, ao povo alemão e ao mundo a derrota total. A foto acima eterniza o momento da assinatura da rendição alemã, um momento histórico para toda a humanidade .

A guerra atinge o termo final no continente europeu pondo fim ao nazi-fascismo. Estava assim encerrado o capítulo vivido pela Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações da Itália e na sua participação na Segunda Guerra. Cumprida a missão, hora de voltar para casa com um custo de 451 mortos, 1.577 feridos, 1.145 acidentados, 58 extraviados dos quais 35 foram aprisionados pelos alemães e cerca de 8 mil doentes em um efetivo de 25.334 soldados.[4]

Entre os meses de maio e junho de 1945, a FEB foi empregada na ocupação militar do território conquistado, atuando nas cidades de Alessandria e Piacenza. Os expedicionários concentraram-se em Francolise, preparando-se para o momento ansiosamente aguardado de regressar ao Brasil.[5]

No Brasil a noticia que a guerra havia acabado chegou aos brasileiros no dia sete de maio através da edição extraordinária do Repórter Esso, apresentada por Heron Domingues, anunciava a morte de Hitler e o fim da guerra. Em todas as ruas das cidades do país as pessoas saudavam o final da guerra com lágrimas de alegria, aclamavam Getúlio Vargas e ao Brasil.

Em fim os soldados brasileiros retornariam do front e a vida continuaria, a guerra acabou. A imagem mostra momento inesquecível para todas as pessoas que participaram do final da guerra. Os jornais estamparam em suas manchetes o fim da guerra, uma crônica homogeinizante por parte da imprensa e por parte dos escritos da história posterior, onde convocavam a todos os patriotas brasileiros para celebrar o grande acontecimento: a rendição alemã.

Ao mesmo tempo já informavam os festejos, estimulando o ardor cívico da população. No entanto, como veremos posteriormente, contrariando toda essa mobilização surgem as tensões, as intrigas, os desafetos pessoais e políticos em relação a FEB. A história que vai ser escrita da atuação da FEB é marcada pelo apagamento de sua memória

---

[4]COSTA, O. **Trinta anos depois da volta.** Rio de Janeiro: Expressão e Cutura, 1975. p.76.;

[5]BRAYNER, F de L.. **A Verdade sobre a FEB** (memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália.). Rio de janeiro: Civilização Brasileira,1968. p.491-492. SILVEIRA, J. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989**.**p.201.

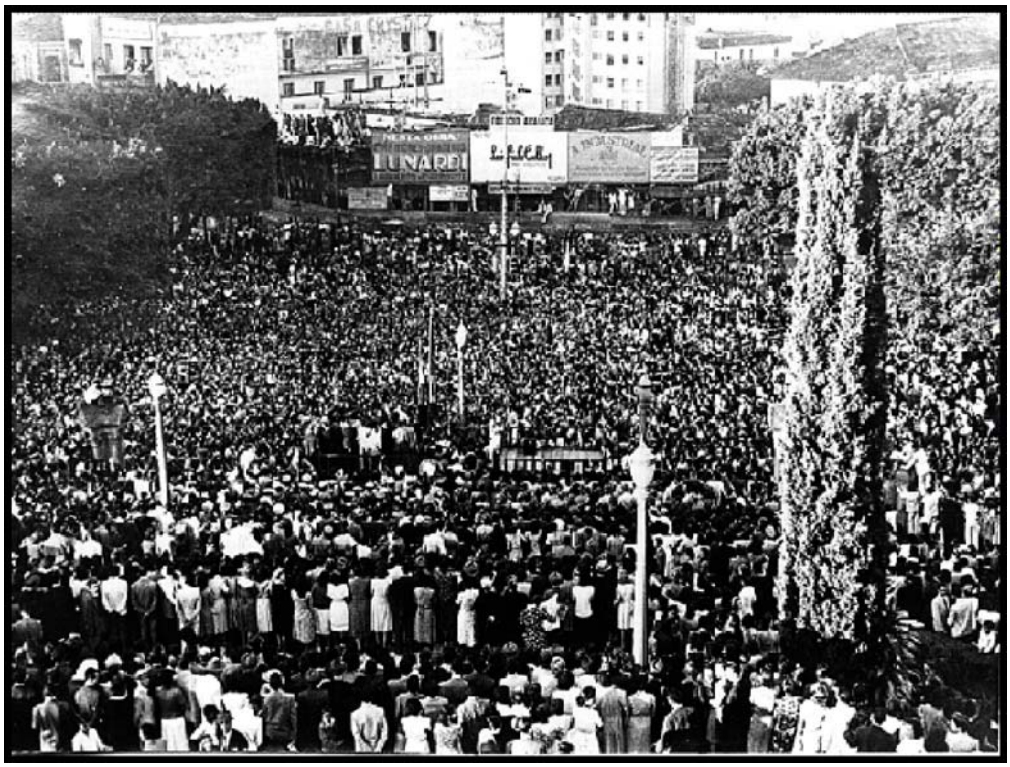

Figura 6- Belo Horizonte- comemora o Dia da Vitória (Fonte CD-Room II Guerra Mundial - .1995).

A DESMOBILIZAÇÃO DA FEB

O processo de desmobilização da FEB envolveu autoridades norte-americanas e brasileiras. Da mesma forma que o transporte da tropa brasileira para o teatro de guerra europeu coube ao Exército aliado estadunidense, se tornou sua responsabilidade o retorno dos febianos. Os americanos-do-norte cuidaram do transporte e dos procedimentos de segurança. O regresso da FEB entre as autoridades brasileiras e norte-americanas não envolveu apenas os aspectos logísticos mas sobretudo os aspectos políticos.[6]

No final de abril de 1945, os jornais e revistas brasileiros traziam ao conhecimento público os procedimentos de desmobilização da DIE. O Ministério da Guerra por intermédio de atos oficiais, portarias e avisos, configurou o processo de desmobilização dos militares e dos recrutados que compuseram a FEB. Por parte do governo brasileiro, o caráter político do processo de desmobilização da tropa expedicionária foi marcado por tensões no transporte, na recepção ocorrida Brasil,

[6] BRAYNER, F de L. **A verdade sobre a FEB...,** op.cit., p.539.

no licenciamento, baixa e reengajamento dos convocados e na realocação dos militares da ativa.[7]

No que se refere ao EUA, um dos fatores políticos atribuído foi o enquadramento do Brasil na política externa norte-americana com base no projeto de "defesa hemisférica". As autoridades militares norte-americanas, cientes da carência de doutrinas, equipamentos e treinamento nas forças armadas latino-americanas tinham como objetivo concreto a manutenção da unidade do sistema militar norte-americano no continente.[8]

Com relação a este aspecto, segundo Cordeiro de Farias (1981), em correspondência endereçada pelo Departamento da Guerra norte-americano ao alto comando do Exército dos Estados Unidos no Atlântico Sul, haviam sugestões para não desmobilizar a tropa expedicionária de imediato no seu regresso ao Brasil. Segundo o autor, para as autoridades militares norte-americanas, a Força Expedicionária representou uma tropa do Exército brasileiro treinada pelo seu exército e, em função das habilidades adquiridas, passou a ter valor incomum enquanto núcleo de treinamento, podendo contribuir de forma potencial para defesa hemisférica.

As recomendações de desmobilização emitidas pelo Departamento de Guerra estadunidense sugeriam inclusive a possibilidade de os combatentes febianos não centralizarem suas experiências do front, e de forma coordenada deveriam ser distribuídos pelo país em unidades menores, do tamanho de um regimento, para que as habilidades adquiridas fossem ensinadas através de instruções às demais unidades brasileiras. No entanto o Ministério da Guerra, através do Ministro Eurico Dutra, desde o primeiro trimestre de 1945, informava a intenção de desfazer a mobilização da tropa expedicionária definitivamente, contrariando as intenções do Departamento de Guerra norte-americano. [9]

No final de abril de 1945, as ações no processo de desmobilização da FEB serão efetivadas por intermédio do Estado Maior da FEB no Interior – EM-

---

[7] SODRÉ, N. W. **História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira. 1965.

[8] MOURA, G. **Sucessos e ilusões:** relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ed. da FEGV, 1991. p.12-21; McCANN, F. D. **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945).** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995. p. 347-378.

[9] FARIAS, O . C. de. **Meio século de combate.** Diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder Goes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p.661. FERRAZ, F. C. A . **A guerra**

FEB/Interior, sob o comando do General Anor Teixeira dos Santos. Para tal projeto entre os meses de maio e junho de 1945 em comum acordo entre autoridades brasileiras e norte-americanas, foram apresentadas propostas de instruções que versavam sobre os procedimentos de viagem, recepção, aquartelamento das tropas, licenciamento dos febianos, destino das bagagens e do material bélico capturado em território de guerra italiano, devolução do fardamento e dos equipamentos de uso pessoal utilizados na campanha, concessão das medalhas e manifestações honrosas, organização das festividades para acolher os ex-combatentes. [10]

O processo de desmobilização não ocorreu conforme as propostas e instruções sugeridas, pois quando o último escalão vindo da Itália chegou ao Brasil em outubro de 1945, já estavam em vigor as regulamentações que depreciavam as instruções e a operacionalização do retorno. O Ministro Eurico Dutra baixou a Portaria n.º 8250 de 11 de maio de 1945, a qual pode ser considerada como um dos muitos golpes por parte do Ministério da Guerra contra a memória da FEB. [11]

> "Em portaria nº 8250, ontem baixada pelo Ministro da Guerra foram aprovadas as" Instruções a observar com os evacuados da FEB, isolados ou em grupo ". De acordo com esse regulamento todo militar que for evacuado da Força Expedicionária Brasileira, será recebido pelo Estado Maior da FEB, no interior e encaminhado aos locais do primeiro destino. Tratando-se de doentes e feridos, esse trabalho será feito em ligação com a Diretoria de Saúde. A fim de prestar pronta assistência a todos os evacuados e resolver, no menor prazo possível à situação de cada um. As referidas Instruções estabelecem normas para a adição de oficias e inferiores às diversas Diretorias, e declaram que os uniformes usados pelos praças do Exército, na Itália, deverão ser restituídos urgentemente recebendo elas, em troca, outras peças. Só regressarão ao teatro de operações os que forem solicitados pelo Comandante da 1ª D.I.E, ou os que receberam ordem especial do Ministro da Guerra por intermédio do Chefe do Estado" Maior (FEB). Trata ainda das inspeções de saúde dos militares evacuados. Os definitivamente incapazes, desde que não tenham direito a reforma serão licenciados e, para os possuidores desse direito, ser-lhes-ão aplicado o mesmo, isto é, a reforma. Os oficiais da reserva e os praças, ambos aptos serão licenciados desde que não tenham a sua permanência assegurada por lei. Isso se dará, quanto aos primeiros, por indicação das Diretorias das Armas ou dos Serviços e, com relação aos demais pelo Centro de Recompletamento de Pessoal da FEB, sendo-lhes fornecido um certificado provisório de reservista. As unidades administrativas a que estiverem adidos os citados militares compete estudar e encaminhar à repartição competente o que se relacionar com promoções e medalhas .Aos evacuados serão pagos, sem demora os vencimentos e vantagens que lhe forem devidos." (O ESTADO DE SÃO PAULO 12 de maio de 1945- SÁBADO; Artigo transcrito na integra, sem o nome do autor; página 18.)

---

que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-200). 2002. p. 108/109.

[10] FERRAZ, F. C. A. **A guerra...,** op.cit., p.115-117

[11] BRASIL Ministério da Guerra. Portaria N.º 8.250, publicada no **Diário Oficial da União** em 11 de maio de 1945. O ESTADO DE SÃO PAULO, 12 de maio de 1945. p. 18.

A Força Expedicionária Brasileira foi dissolvida em território italiano, onde os ex-combatentes receberam seus certificados provisórios de reservista impressos em uma tipografia de Milão. Esta ação foi uma garantia da instituição militar em desfazer a FEB, ainda na Itália, exatamente no dia em que o primeiro escalão expedicionário embarcava em Nápoles de volta para o Brasil.[12]

A dissolução da FEB da maneira como foi feita confirmava a prevenção do Exército e do governo Vargas em evitar uma propalada rebelião contra a ordem constituída. De acordo com esta versão, ocorriam articulações, por parte dos expedicionários, para tal intento, o que não era verdade. Esta falsa idéia gerou ações radicais no processo de desmobilização, ações estas que implicaram diretamente na reintegração social do soldado febiano, colocaram em jogo a sua memória de guerra e desconsideraram a sua experiência.

A visão das autoridades militares era de uma tropa do Estado Novo, que foi para a guerra na Itália cumprindo as ordens de Vargas, e que passou a ser defensora da democracia tanto na Europa quanto no Brasil.[13] Apenas uma minoria dos veteranos tinha consciência da necessidade de tal medida. Na realidade, a grande maioria estava preocupada em retornar ao país e ao convívio familiar.[14] A portaria não só acabou com a FEB, como destruiu os símbolos relacionados à sua existência, ao extinguir uniformes, retirar os dísticos dentre outras.

A Portaria Ministerial determinou a desmobilização dos elementos que não pertenciam ao efetivo do Exército. Eles deveriam retornar as atividades que desenvolviam antes de serem convocados. Para muitos ex-combatentes, tais atividades agora não existiam mais. Centenas deles não encontraram os empregos que haviam deixado, e muitos outros que retornaram mutilados e doentes, não tinham mais condições físicas para qualquer atividade que lhes garantisse o sustento.

Os soldados que haviam deixado seus lares, foram sumariamente devolvidos às suas cidades de origem, levando consigo, como disse um amargurado veterano anônimo de Castelo e Montese: "... nada além de suas feridas, mutilações e doenças, uma ou duas medalhas".[15] O ressentimento passou a fazer parte da vida

---

[12] ARRUDA, D.C. de. Observações de um oficial de informação de Batalhão. In: **Depoimento dos Oficiais da Reserva sobre a FEB.** São Paulo: [s.n], 1950. p.308.

[13] SILVEIRA, J. **As duas guerras da FEB.** Rio de Janeiro: Idade Nova, 1965. p.23-32.

[14] BRANCO, M. T. C. **O Brasil ...,** op.cit, p.539. 14

[15] NADA ALÉM de suas feridas ...

do ex-combatente logo após sua chegada, o sentimento de impotência diante de uma situação que lhes foi imposta, e da qual somente anos mais tarde conseguiram modificar.[16]

2.3 A FEB E A "REDEMOCRATIZAÇÃO"

A efervescência política pela retomada da democracia, somada à percepção que a sociedade brasileira tinha da guerra na Europa e ao processo de constituição do Corpo Expedicionário influíram diretamente nas lutas por direitos individuais e coletivos, no exercício dos direitos civis, políticos e sociais do ex-combatente febiano, bem como na preservação da memória da FEB e na valorização histórica de sua participação na Segunda Guerra Mundial.

A entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados teve efeitos contraditórios. Por um lado, o regime ganhou tempo, pois o estado de guerra representava um bom argumento para adiar por tempo indeterminado, a consulta popular a qual deveria validar a Constituição de 1937. Por outro lado, a opção por lutar contra o nazi-fascismo colocou em cheque a manutenção de uma ditadura no país. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo decorrente dessa contradição para retomar a redemocratização. Foi nesse quadro de redefinições que o Estado Novo entrou em crise, finalizando a sua existência, em outubro de 1945.

Na Itália, os temas políticos, as notícias sobre as eleições e a sucessão de Vargas faziam parte da conversa dos expedicionários mais politizados, tanto da ativa quanto da reserva. Entre os oficiais, a opinião sobre a importância da FEB centrava-se de que a mesma era determinante no processo político desencadeado no Brasil pela "volta da democracia".

A imagem que se forjou entre a luta da FEB e a restauração da democracia no país tornaram-na um símbolo poderoso de oposição ao Estado Novo. Considerada como "vanguarda da democracia" e parte de sua oficialidade como agentes políticos fundamentais, o temor por parte das instituições políticas e militares seria uma revolução armada dos ex-combatentes contra o Estado Novo,

---

[16]ANSART, P. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S ; NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento.** Indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: UNICAMP,2001. p.15-36.

visto que alguns de seus oficiais manifestavam oposição sistemática ao regime ditatorial brasileiro. Sendo assim estabeleceu-se uma relação entre a crise do Governo Vargas e todas as justificativas sobre o processo de desmobilização da força e sua conseqüente dissolução.[17]

A linha de ação, segundo o Ministério da Guerra, foi abrandar o impacto político do retorno da FEB, dentro do Exército e no meio da sociedade. Com relação à rejeição ao presidente Vargas por parte dos combatentes febianos de baixa patente, historiadores como McCann e Hélio Silva negam tal afirmativa, para eles as festas de retorno dos ex-combatentes foram celebrações da popularidade de Vargas, pois as notícias e chamadas dos jornais dias após as festas de recepção dos febianos tornavam perceptível o prestigio do governante junto à população e expedicionários de baixa patente.[18]

Na opinião do historiador Francisco Ferraz, para o soldado expedicionário "o regime político e o presidente Vargas eram indissociáveis".[19] Tanto Schnaiderman quanto Ferraz afirmam ser do conhecimento de Vargas, certa impopularidade junto a alguns oficiais e que estes estariam dispostos a derrubar o governo. Por esse motivo, talvez até se justifique o fato dos oficiais terem sido "pulverizados" por todo o pais.

Por outro lado não é justificada a resistência da história oficial tornar inteligível a volta dos expedicionários como um elemento que rompeu a estabilidade do governo Vargas e o fim acelerado da FEB como reação do temor do Estado Novo ao seu retorno. [20]

A questão que refere-se ao "perigo comunista" deve ser acrescentada como fundamental ao processo apressado de dissolução da FEB, tenha sido ele real ou fabricado pelas instituições. [21] A partir de abril de 1945, quando da anistia de Luis Carlos Prestes, intensificaram-se os comícios nos estádios de futebol do Rio e de São Paulo, tornando-se palco das manifestações e apelos ao processo de

---

[17] SILVEIRA, J. **As duas guerras ...,** op.cit., p.23-31/32; BRANCO, M. T. C. **O Brasil na ...,** op.cit., p.539; BARBOSA, J. F. S. Regresso e desmobilização da FEB: problemas e conseqüências. **A Defesa Nacional.** Rio de Janeiro, ano 71, n.719, maio/jun.,1985. p.33; LYRA TAVARES, A. de. **O Brasil de minha geração.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976. p.189-90.

[18] McCANN, F. D. **As Relações ...,** op.cit., p.364-367. SILVA, H. **1945:** Por que depuseram Vargas. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.265.

[19] FERRAZ, F.C. A. **A guerra...,** op.cit., p.133.

[20] SCHNAIDERMAN, B. **Guerra em Surdina ...,** op.cit., p.85/88; FERRAZ, F. C. A . **A guerra...,** op.cit., p.134-135.

[21] CANCELLI, E. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasilia: Editora da UnB, 1994.

redemocratização do país. Através de frases como: “Glória a FEB e ao Exército Vermelho”; “FEB: Unidade, Democracia e Progresso”; “Brasil e Rússia: unidos para a Vitória”, os militantes e a liderança do PCB, viam na FEB e sua atuação uma das causas do retorno da democracia no país.

Igualmente nos comícios, durante os discursos Prestes asseverava que a anistia atribuída a ele e ao partido era o resultado da conquista do soldado brasileiro que, ao dar combate a tirania do autoritarismo no mundo, tornou possível recuperar as prerrogativas democráticas no Brasil.[22] Todas as atividades referentes à força expedicionária passaram a ser coibidas, intensificando-se à medida que Vargas iniciou a campanha “Constituinte com Getúlio”.

As manifestações por parte da cúpula do PCB corroboraram para que o Ministério da Guerra tomasse tais manifestações como indícios da relação da FEB aos “suspeitos de sempre” – os comunistas. Para o general Góes Monteiro, a “estratégia comunista” ia além dos discursos e manifestações dos participantes do PCB, envolvia o comércio das armas que os expedicionários militantes trariam consigo. Ele acreditava ainda que havia um grupo de oficiais febianos que estariam suscitando a desobediência, a desordem e a rebelião, convertendo-se em um “perigo concreto para a ordem social e política”.[23]

Da mesma forma Cordeiro de Farias compartilha do mesmo ponto de vista, pois o significativo número de convocados comunistas desarranjou o andamento das ações que foram organizadas para perturbar a ordem. Por isto, ambos os comandante militares foram à favor da portaria que pois fim a FEB.[24]

O imaginário e as representações anticomunistas devem ser compreendidas dentro de um tenso processo de transformação social na conjuntura nacional no período analisado, constituindo-se de um sentimento disseminado e enraizado na sociedade brasileira desde as décadas de 20. Os movimentos sociais pela redemocratização do pais, o clima de efervescência reformistas, as mobilizações contrárias aos privilégios estabelecidos desde 1930 pelo governo Vargas envolviam o Partido Comunista e seus simpatizantes e militantes. O que buscamos aqui é pensar o anticomunismo entre os pilares de sustentação do Estado Novo, enquanto

---

[22] FARIAS, O.C. de. **Meio século**..., op.cit., p.373; FERRAZ, F.C.A. **A guerra...,** op.cit., p.137

[23] COUTINHO, L. **O General Goes depõe... .** Rio de Janeiro: Editora Expressão, 1955**.** FERRAZ, F.C. A. **A guerra ...,** op.cit., p.138.

[24] FARIAS, O. C. de. **Meio século**..., op.cit., p..391; FERRAZ, F.C.A. **A guerra ...,** op.cit., p.140.

dispositivo repressivo e mecanismo de controle e preservação da ordem e da estabilidade social, implantados no Brasil durante o período de quebra institucional.

A gota d'água contra Getúlio Vargas procedeu do embaixador norte-americano Adolf Berle Jr., no inicio do segundo semestre de 1945, através de um discurso em defesa do processo eleitoral já marcado por Vargas para o inicio de dezembro desse ano. Entretanto, as duas ultimas manobras do ditador fracassaram: as eleições dos governadores de Estado marcadas para o mesmo dia das eleições presidenciais e a nomeação de Benjamim Vargas (seu irmão) para a chefia da polícia. A indignação toma conta dos militares da oposição, que viram nos acontecimentos a justificativa para o golpe.

O conjunto de ações e movimentos de Vargas para continuar no poder, mantendo a aliança com os comunistas, usando o operariado, reforçou a opinião do Exército e dos opositores políticos de que o governante estaria criando meios para usar as tropas expedicionária para permanecer no poder. Entretanto isso não sucedeu.

Os ex-combatentes encontravam-se no convívio das suas famílias, no trato diária de suas vidas quando os mesmos chefes militares que haviam comandado o golpe autoritário em 1937, que levou Vargas à chefia do Estado Novo, articularam o golpe e derrubam o então presidente. O general Góes Monteiro renunciou ao cargo de Ministro da Guerra e assumiu o comando das forças da terra, do mar e do ar, arregimentou os chefes militares com a ajuda de Dutra e exigiu a renúncia de Vargas.

A grande ironia é que entre os articuladores do golpe achava-se general Cordeiro de Farias, oficial que tinha pertencido a FEB, mas que fazia parte do grupo de militares que fora indicado pelo ex-ministro da guerra Eurico Dutra para compor o Estado Maior da FEB. Já na Aeronáutica o 1º Grupo de Caça que esteve na Itália, não apoiou o golpe. Por esta razão seu comandante Nero Moura e vários oficiais foram presos.[25]

Para Ferraz, os pontos convergentes da justificativa historiográfica, como o medo dos oficiais da FEB tomassem o governo, ou ainda que os praças apoiassem Vargas e o ajudassem a manter-se no poder em função da grande popularidade que o presidente desfrutava, contrapõe-se às atitudes do alto comando do Ministério da Guerra que sempre se mostraram relutantes em declarar guerra ao Eixo e enviar as

tropas expedicionárias à guerra; pois foram os próprios que exigiram a renúncia de Vargas e assumiram o comando do Estado até as eleições em dezembro de 1945. [26]

2.4 A VIAGEM DE VOLTA

As tropas brasileiras foram retiradas do Teatro de Operações da Itália entre 06 de julho e 13 de outubro de 1945. O primeiro escalão partiu primeiro seguido dos demais. Antes da partida de cada navio-transporte, foi enviada antecipadamente uma relação dos embarcados para o Brasil, de modo a facilitar seu encaminhamento às unidades militares no Rio de Janeiro e seu licenciamento.[27]

Em 6 de julho, do aeroporto de Nápoles, a bordo de um transporte aéreo norte-americano rumo ao Recife precedeu o embarque de seus comandados, o general Mascarenhas de Moraes.[28] O comandante da FEB fez escala em Natal, Recife e Salvador. Em seus discursos ressaltou as “glórias” da FEB e as incluiu na tradição secular do Exército Nacional, enquanto “forjador” da nação brasileira.

Para o general Mascarenhas, a memória dos expedicionários que tombaram na Campanha da Itália estaria ligada à memória dos soldados que no passado tombaram pela nação brasileira. A fala de Mascarenhas confirma o modelo institucional, ao mesmo tempo destinou-se a dar uma resposta às intrigas e oposições que comprovadamente o Exército tinha com relação a FEB.[29]

Embora Mascarenhas fosse avesso à política partidária, certamente tinha experiência institucional suficiente para avaliar o impacto da chegada dos expedicionários tanto para a ordem política, quanto para a estrutura interna do Exército Nacional.

Pelas medidas oficiais tomadas em relação a FEB, era a mais clara demonstração de apreensão do que de orgulho institucional. Assim sendo, seu discurso foi uma tentativa de dissipar os rumores que as tropas que compuseram a

---

[25] SILVA, H. **1945: ...**, op.cit, p.265-266.
[26]FERRAZ, F. C. A .**A guerra...,** op.cit., p.139-40;
[27]BARBOSA, **Regresso...,** op.cit., p.29.
[28]BRAYNER, F de L. **A verdade...**, op.cit., p. 514/515.
[29] FERRAZ, F. C. A . **A guerra...,** op.cit., p.140-41;

FEB e que agora retornavam, seriam de alguma forma perigosas à ordem política e militar. [30]

No mesmo dia 06 de julho rumo ao Brasil, embarcou no porto de Nápoles a bordo do transporte norte-americano Gen. Meiggs, as tropas integrantes do 6º R I e o II Grupo de Obuses 105 sob o comando do general Zenóbio da Costa, sendo que os equipamentos, armamentos, viaturas e parte da bagagem individual já se encontravam para seu recondicionamento e embarque em Nápoles.[31]

Enquanto isso, no Brasil, o Ministério da Guerra determinou a dissolução da FEB. A medida que os escalões chegassem ao Rio de Janeiro, as unidades seriam "consideradas excluídas da referida Força ficando, em conseqüência até que lhes seja dado destino definitivo, automaticamente subordinada ao Comando da 1ª Região Militar, para fins administrativos e disciplinares". [32]

Os relatos dos combatentes sobre a viagem de volta ao Brasil, afirmam que o regresso foi aguardado e vivido com grande ansiedade, num ambiente de muitas atividades e movimentação. As conversas entre os ex-combatentes giravam em torno de futebol, música, cantorias. Para o soldado conscrito as preocupações naquele momento era somente retornar às suas casas, ao convívios dos familiares e amigos, e retomar as atividades profissionais, sem qualquer compromisso com a carreira militar.[33]

A imagem abaixo mostra a chegada das tropas no Rio de Janeiro, o júbilo com que foram recebidos os ex-combatentes, que se amontoavam nas amuradas do navio-transporte. O espocar dos fogos, o apito dos barcos em volta do navio, sem dúvida um momento inesquecível para aqueles homens. Mas o historiador MacCann afirma que : "o retorno ao Brasil seria marcado por maiores decepções e desgostos, quando seus próprios compatriotas apagaram o cachimbo da belicosa cobra".[34]

---

[30] MEIRA MATOS, C. de. **O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, v. 2. 1983. p.205/206.

31 BRAYNER, F. de L. **A verdade...,** op.cit., p.518-519. COSTA, O. **Trinta anos...,** op.cit., p.77.

[32] . Aviso nº 217-185 de 6 de julho de 1945.

[33] MERÇON, J.W. **A minha guerra.** Brasília: Thesaurus, 1985. p.137; BONDESAN, A. **Um pracinha paulistano no inferno de Hitler.** Curitiba : Guaira, [19–]. p.304-305; VIOTTI, C. **Crônicas de guerra.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952. p.420; SILVEIRA, J.X. **Cruzes Brancas** – diário de um pracinha. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. p. 203; SILVA, E. A . **Memórias de um soldado.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985. p.88; FERRAZ, F.C.A . **A guerra...,** op.cit., p.144.

[34] McCANN, F. D. **As Relações ...,** op.cit., p.344.

Figura 7 – As tropas febianas de volta ao Brasil. Fonte: CD-Room II Guerra Mundial -1995.

O procedimento de desembarque pelas tropas expedicionária foi cercado de avisos e recomendações por parte do Ministério da Guerra. As instruções versavam sobre descarregamento de bagagens, organização do Desfile da Vitória o comportamento da tropa durante o evento. Segundo Uzeda era preciso

> ... Manter a cabeça erguida, peito saliente, olhar fixo para frente, movimentar os braços, conservar o fuzil na devida posição.
> ... Apresentar-se em atitude condigna – todo soldado deste Batalhão deve ter orgulho de seus feitos, deve se sentir grande (grifado no original)
> ... A manifestação do povo, a alegria dos parentes, a nossa satisfação não extingue a idéia de formatura, de parada, do desfile. Somos soldados devemos nos apresentar como tal
> ... Alegres e contentes, sobretudo orgulhosos do dever cumprido, apresentemo-nos condignamente ao Povo Brasileiro, como uma tropa que cumpriu o seu dever nos campos de batalha, mas, que também sabe se portar nos momentos de paz, tropa em que o povo pode confiar.
> ... ter orgulho de seus feitos e do seu batalhão. Historiá-los, comentá-los, jamais se excedendo nos elogios pessoais.

> ... ser condescendente com os fracos, com os que erram, mas, jamais esquecer-lhes as faltas, jamais permitir que se tornem "heróis".
> ... não esquecer de apontar sempre as 330 baixas (mortos e feridos) que sofreu o Batalhão homenageando por todas as formas os companheiros que ficaram mortos em terras italianas – isto é, este Batalhão lutou pelo Brasil, veio para guerra, fez a guerra sofrendo todos os seus castigos, os seus soldados cumpriram o seu dever. Não dizer – nem permitir que alguém diga: a guerra foi uma excursão – isto é ser injusto consigo mesmo, mas sobretudo, injusto com os companheiros que não retornaram às suas famílias.
> ... Amar a pátria, defendê-la sob todas as formas, não agir, não tomar uma decisão sem pensar no bem do nosso BRASIL..[35]

Não restam dúvidas que tais recomendações tiveram a finalidade de preservar a memória do primeiro batalhão que retornava, mas sobretudo a memória de toda FEB. A intenção foi para que a população tivesse plena convicção que a guerra não foi um divertimento, ou passeio, ou férias para os brasileiros, já que, desde antes da partida, o descrédito permeava o grupo de combatentes.

Os avisos e portarias emitidos pelo Ministério da Guerra trataram o retorno dos ex-combatentes como um problema de segurança nacional:

> Declaro, que não obstante reconhecer o natural interesse patriótico e a justa ansiedade do público por noticias referentes a pessoas ou ações da Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações da Itália, por motivos de interesse militar – referentes, principalmente, à disciplina, ao sigilo ainda necessário das operações, no que respeita ao seu histórico, e por fim à própria segurança dos transportes da tropa – fica proibido (grifo meu) aos oficiais e praças da FEB que regressarem da Itália, fazer declarações ou conceder entrevistas para divulgação pela imprensa, sem autorização do Ministro da Guerra, após exame pelas autoridades competentes.
> (Ass.) Eurico G. Dutra. [36]

Os motivos militares alegados nos comunicados parecem compreensíveis e pertinentes dentro da norma militar. Todavia o que não se justifica é a proibição. Não restam dúvidas de que tais avisos são atos violentos e arbitrários de um Estado que, embora a sociedade e as demais instituições exigissem através dos vários movimentos o retorno da democracia, mantinha o monopólio do discurso institucional, desautorizando qualquer outro.

Para o ex-combatente Paulo Dumagin dos Santos: "(...) então?! nós que havíamos estado realmente na guerra não saberíamos melhor do que ninguém aquilo que devíamos contar? Seria necessário esse vexame?".[37] Para Lima Brayner:

---

[35] UZEDA, O. G. **Crônicas de Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952. p. 225-226.

36 Aviso n.º 197-166. Reservado. Em 11/06/1945.

[37] SANTOS, P. D. dos. Observações de um oficial de informação de batalhão. In: **Depoimento...,** op.cit. p.308. Capitão da Reserva , convocado como 2º tenente no 6º RI, serviu como oficial de Informações do II Batalhão do 6º RI, condecorado com a Medalha de Campanha, médico na vida civil.

“tais medidas só poderiam ter sido originadas da “Quinta Coluna“ encastelada no Ministério da Guerra, que sempre agiu contra a FEB”.[38] Para a alta oficialidade das Forças Armadas, as proibições teriam ocorrido em função do propagado caráter político militar da FEB que se difundia no Brasil. O objetivo foi diminuir a intensidade do impacto da sua chegada ao país, evitando qualquer tipo de declaração que de alguma forma pudesse comprometer a instituição militar ou envolvê-la nas efervescentes questões políticas do momento. Segundo MacCann: .” (...) antes do crepúsculo, os febianos tinham saído do Rio e sido espalhados por unidades em todo o Brasil; alguns foram desmobilizados e retornaram a situação de civis naquele mesmo dia”.[39]

Figura 8– O desembarque dos soldados da FEB em julho de 1945, fim da guerra , início da luta por reconhecimento. (Fonte: CD.Room II Guerra Mundial, 1995.)

O processo de desmobilização da DIE gerou uma critica depreciativa pelo grupo de expedicionários e pelos historiadores da FEB pela forma apressada como

[38] BRAYNER, F de L. **A Verdade**..., op.cit., p.519-520.,

foi levado a efeito os atos e tramites antes mesmo de seu retorno ao Brasil. Evidentemente, a desmobilização sucederia na perspectiva militar, posto que a participação na guerra já estava encerrada. O procedimento levou a equiparação jurídica e política das unidades da Divisão de Infantaria às demais unidades de recrutados do Exército em território brasileiro. Ou seja, as tropas expedicionárias que chegavam do teatro de guerra ficaram subordinadas à autoridade do ministro Eurico Dutra e não mais ao Comandante Geral da FEB Mascarenhas de Morais, destituído de sua autoridade sobre as tropas desde julho de 1945 e afastado entre julho e novembro em viagens protocolares ao exterior.[40]

A justificativa que o Ministério da Guerra estava apenas agilizando o retorno de expedicionários para suas ocupações e para o convívio de seus familiares caiu por terra, pois todas as evidências contradiziam essa explicação. O Ministério da Guerra impôs sua autoridade e arbítrio na dissolução da FEB. As evidencias estão nas motivações políticas, nas conseqüências da desmobilização apressada, na dissolução da FEB e na forma como foi afetado o conjunto das qualidades boas ou más, que determinaram a concepção que se teve da FEB na história brasileira e o processo de reintegração social e profissional dos soldados expedicionários agora transformados em ex-combatentes.

2.5 FESTAS E ACLAMAÇÕES : REPRESENTAÇÕES SOBRE A FEB.

---

[39] McCANN, F. D. **As Relações ...,** op.cit., p.345.

[40]MORAES, J. B. M. **Memórias.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, v.2 1984. p.436-450; FERRAZ, F.C.A . **A guerra...,** op.cit., p.142-145; McCANN, F. D. **As Relações...,** op.cit., p.367.

O retorno dos ex-combatentes da FEB, como todas as datas nacionais brasileiras até então realizadas pelo governo Vargas foi comemorada em grande estilo, com a participação do povo empunhando suas flâmulas e bandeiras, legitimando a política de massas Varguista[41] A Comissão de Honra de Recepção da FEB, orgão criado pelo governo, teve como função coordenar as homenagens "Festejos Públicos" como Desfile da Vitória nas ruas e avenidas, e as solenidades em "Recinto Fechados" nos teatros, clubes, escolas, conferências e atividades cívicas. Fizeram parte desta comissão ministros militares e civis, diplomatas, dirigentes de associações comerciais e industrial e outras autoridades

Através dos jornais , convocaram a sociedade brasileira para organização dos festejos. Por todo o país as pessoas mobilizaram-se na preparação das festas e cerimônias de recepção aos expedicionários que retornavam ao país. Tanto nas grandes cidades quanto nas de menor porte os preparativos foram intensos, sendo as principais ruas e avenidas enfeitadas com as cores do Brasil para receber os soldados febianos. As escolas prepararam seus alunos para as homenagens, as bandas ensaiaram números musicais para festejar os ex-combatentes.

As autoridades estaduais ou municipais programaram as cerimônias e festividades, os políticos redigiram discursos, confeccionaram faixas e cartazes com palavras de boas vindas e congratulações aos que regressavam. Nos quartéis organizaram-se desfiles e as associações em geral tomavam seus espaços para homenagear *os heróis da pátria*.[42] Igualmente coube à Comissão de Assistência coordenar a coleta de sugestões e contribuições públicas para assistência material aos expedicionários de todos os escalões por todo o país e aos familiares dos combatentes mortos na guerra.

Segundo Capellato[43] bem ao estilo da política de massas implementada pelo governo Vargas onde órgãos governamentais são responsáveis pela organização dos festejos, a convocação e obrigatoriedade dos vários setores públicos e privados e instituições da sociedade enfatizando a *utopia* de uma "sociedade feliz", que segundo Baczko[44] "a utopia da festa renova a imaginação humana e pode ser vista como um "espelho mágico" que reflete a vida sonhada e imaginada". O imaginário

---

[41] CAPELLATO, M H R . **Multidões em cena**..., op.cit., p.47-61

42 As fontes consultada quanto as atividades as vésperas do desembarque foram os jornais: O **Estado de São Paulo; Gazeta do Povo** entre 16 de julho e 21 de julho de 1945.

[43]CAPELLATO, M H R . **Multidões em cena**..., op.cit., p.47-61

explicitado por intermédio das imagens nos jornais tais como: “ o entusiasmo popular” a “multidão vibrante”, a “participação fervorosa”, a “participação apoteótica”, da mesma forma que a “cordialidade”, a “afetividade”, a “alegria” do povo brasileiro naquele momento[45]

Cumpre notar que no Paraná, a recepção dos veteranos também foi marcada pela representações e imagens da política de massas. A imprensa, mecanismo de preservação e construção de memórias e representações. Ao saudar os heróis, buscam resgatar aspectos que consideram relevantes para elaboração da identidade local. Para ressaltar atitudes e comportamentos dos ex-combatentes conforme os interesses dos grupos e instituições dominante os jornais traziam estampados, em suas manchetes, as noticias da “apoteótica. recepção “ aos ex-combatentes, ao mesmo tempo em que convocavam toda a população para que fossem recebe-los na estação de trem.

> “...Aproxima-se o dia da chegada, à nossa capital dos heróicos soldados paranaenses que, com inexcedível brilhantismo e elevado espírito de bravura tanto elevaram o nome de nosso Estado. Da estação ferroviária os soldados da FEB desfilarão pela Barão do Rio Branco até o cruzamento da Rua XV de Novembro, onde passarão sob o Arco do Triunfo que foi erigido na entrada dessa Via Pública, contendo dísticos expressando o Reconhecimento do Povo aos Defensores da Integralidade e da Segurança Nacional ”.[46]

O artigo acima, publicado pelo jornal *O Dia* para recepcionar os expedicionários, contem elementos que remetem num primeiro momento ao imaginário político-militar do período, baseado na corporificação da nacionalidade em defesa da nação e da soberania, ou seja o Exército possuía um caráter nivelador democrático, ao mesmo tempo, unificador de homens de várias procedências sociais e locais. Para as Forças Armadas ao romper com as barreiras de classe estaria estruturando a nação que seria então formada por soldados-cidadãos.[47]

Cabe notar que tais imagens e idéias fundamentam a representação de uma identidade nacional de um grupo que heroicamente defendeu a pátria. Ao mesmo tempo deixam entrever a idéia de que o soldado brasileiro é uma categoria dotada de unicidade, não existindo na nação brasileira diversidade, apenas caráter democrático. Procuram formar um imaginário de que os ex-combatentes naquele

---

[44]BACZKO, B. ’*Imaginação Social’*. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda/Editora Portuguesa, 1985. p. 302

[45] Jornal o **Estado de São Paulo**, 19 /07/45, p. 16

[46] **O DIA,** 07/08/1945, p. 3.

momento romperam com as barreiras locais , regionais, sociais, étnicas ou raciais e uniu a nação, ou seja "ser expedicionário" é "ser brasileiro".[48]

No Paraná além da reprodução do imaginário político militar, vai ocorrer a sua superação através da construção de um "herói regional", isto é, apoiado na representação do *Paranismo,* uma história construída por grandes homens:

> "(...) Ei-los que regressam vitoriosos! Seus passos triunfais, soam agora na terra abençoada que os viu nascer...Expedicionários do Paraná! (...) elevastes o nome do Brasil, tão alto quanto o de todas as nações, que ao teu lado mandou lutarem seus filhos. Hoje voltas coberto de glórias! De satisfação! De honras sem par! (...)e agora que regressais, soldado do Paraná nada mais justo que a nossa admiração sincera, de par com a gratidão eterna do coração brasileiro(...)"[49].

Muito embora, tendo consciência que a participação do expedicionário ocorreu em base regimental e o soldado paranaense não ter lutado pelo Estado do Paraná e sim pelo Brasil, vemos a imprensa como primeira instituição estampar nos jornais o "puro orgulho bairrista" antecedendo a associação de ex-combatente do Paraná a Legião Paranaense do Expedicionário, que seria fundada em 1946, na titulação "nossos soldados", "expedicionários do Paraná",[50] O papel da imprensa torna-se fundamental ao articular as imagens do ex-combatente à noção de "patriotismo", "civismo" e "dedicação", característico do imaginário paranista.

Segundo o historiador Luís Fernando PEREIRA (1997)[51] o Paranismo foi um movimento intelectual e artístico das primeiras décadas do século XX, que propunha a criação de uma identidade que evidenciasse com exemplo "o que era ser paranaense". A princípio, este movimento buscou compor um passado que estivesse estritamente ligado a personagens que representassem o "heroísmo do povo" e que a população se sentisse como uma continuidade desse "passado glorioso".[52]

Além dessas representações, é manifesto no artigo a imagem da inserção do Paraná no panorama nacional, tal como se manifestava o discurso paranista nas

---

[47] SINTONI, E. **Em busca do inimigo perdido**..., op.cit., p.44-71.

[48] Ibid. , p.44-71

[49] **O DIA,** 06/08/1945 p.8, transcrição parcial.

[50] AMARAL, M. C. **O Museu do Expedicionário:** um lugar de memórias. Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 2001, p.7-17.

[51] [51]PEREIRA, L. F. L. **O Paranismo, o Paraná inventado:** cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1997.

[52] Essa preocupação em inserir o heroísmo no imaginário social paranaense fica explícita na construção de seu primeiro herói o coronel João Gualberto, morto na guerra do Contestado, cujo funeral tornou-se o maior acontecimento cívico do Paraná. A importância desse acontecimento está no fato dele morrido ter pelo Paraná, defendendo os princípios democráticos, tal como aconteceu com os convocados paranaenses

décadas de 40-50, segundo a obra *"O Paraná reinventado"*[53] manifestava-se apreensivo em inserir o Paraná como exemplar, tanto pela moral de seu povo, quanto pelas possibilidades de progresso próximo a realizar-se.

Para Ana Maria BURMESTER (1990) o discurso da modernidade, está pautado na dinâmica econômica da produção cafeeira e na possibilidade de um Paraná progressista, desenvolvido , dinâmico e moderno. Portanto, redimensionar o estatuto do Paraná dentro do espaço nacional reuniu as elites políticas econômicas e intelectuais, classes médias e grupos sociais, sob o imaginário do desenvolvimento e progresso.[54]

Ao mesmo tempo, enfatiza o discurso edificante e de caráter heróico do paranaense, pois entre os ex-combatentes da FEB, vai encontrar seu herói Max Wolff Filho, morto durante uma missão de combate. Por sua bravura personifica o "valoroso povo paranaense" e passa a compor o seu panteão de heróis. A imprensa escrita ao fundar o discurso no mito do herói, ancoraram-se em um passado já glorioso do paranaense, dando ao presente a possibilidade de ser, nesse momento do retorno do ex-combatente, intimamente vivido e ao mesmo tempo coletivamente, gerando um poder simbólico reconhecível pelos participantes.[55]

---

[53] IPARDES – Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado:** política e governo. Curitiba, 1989. Projeto História Política do Paraná, primeiro documento . Convênio IPARDES/SEPL/FUEM. O desenvolvimento econômico, com a ampliação das fronteiras agrícola, vai incluir o Estado num processo de transformação, dentro do qual as estruturas econômicas e sociais foram redimensionadas. Como parte deste processo o Paraná dinamizou a urbanização e a valorização da capital Curitiba tais discurso são encontrados nas mensagens e relatórios do interventor Manoel Ribas – governador 1932-35 e interventor 1937-45 do Paraná, e de seu herdeiro político Moyses Lupion- governador -1947-51 e 1956-60 e Bento Munhoz da Rocha Netto governador 1951-55 de tradicional família na política paranaense.

[54]BURMESTER, A M de O . et al. *´O Paranismo em questão*: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50'. In SILVA, M A de. (coord.) **República em Migalhas**: História Regional e Local**.** São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.p.145–160 .

[55] GIRARDET, R. **Mitos e Mitologias**. São Paulo : Companhia das Letras. 1987. p.90/91.

CAPÍTULO 3

À VOLTA AO BRASIL

> eu vi os homens de meu país passarem pela mais estranhas das epopéias, e a minha compreensão do que vi continua presa à superfície do acontecido. Estes homens que não queriam ir para a guerra, que não acreditavam no que se dizia das atrocidades do nazismo, que se julgavam vendidos por dólares, lutaram sobre a neve contra um inimigo feroz e eficiente. Lutaram com obstinação, praticaram com a maior naturalidade atos de heroísmo, sem exaltação, sem qualquer entusiasmo, sem compreender por que e para que o que faziam.[1]

3.1 A PROBLEMÁTICA VOLTA À REALIDADE

Decorrido o arrebatamento das festas e comemorações pela volta do expedicionários, veio à tona a dura realidade que iria enfrentar o ex-combatente, o desamparo por parte das instituições governamentais e a falta do reconhecimento político e social. Esta atitude foi percebida pelo febiano como abandono e isolamento: “Nós partimos do Brasil com promessas do então Presidente da República, que ainda a bordo de um dos navios disse: “A Pátria jamais os esquecerá” na realidade nada disso aconteceu”[2]. Os compromissos assumidos pelo governo no embarque para a guerra e o descumprimento no regresso foram causa de indignação que se mantém no grupo até os nossos dias.

A volta dos combatentes despertou o entusiasmo das pessoas pelas “histórias de guerra”. A curiosidade sobre o dia a dia dos soldados foi a tônica durante pouco tempo. A população, de modo geral, perdeu o interesse e passaram a demonstrar falta de confiança e descrédito sobre a experiência vivenciada pelos combatentes. O imaginário criado sobre a guerra pela sociedade brasileira foi através dos jornais, do rádio e do cinema, que

---

[1] SCHNAIDERMAN, B. **Guerra em surdina:** histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial. 3 e., São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 212.

[2] SOARES, L. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira.** Curitiba, [s.n], 1985, p. 344.

difundiam as noticias do *front*, contribuindo para o isolamento da memória do grupo.

> ...o ex-combatente sentiu-se deslocado e acanhado, como um estranho, entre seus próprios familiares. Estes não estavam preparados para recebê-los (...) perturbavam-no, bombardeando com tantas estúpidas perguntas, boquiabertos e impertinentes, cheios de curiosidade:
> - queriam saber tudo;
> - queriam saber tudo sobre o país estrangeiro, onde estivera;
> - queriam saber por que embarcou como soldado e por que voltou como soldado?
> - Queriam saber se guerreou, se matou muita gente, se foi herói e por que não foi promovido e nem trouxe medalhas?
>
> Enchiam-lhe os ouvidos de perguntas estonteantes, as quais não havia como explicar.[3]

As memórias escritas por ex-combatentes, bem como os relatos oficiais, referem-se aos comentários depreciativos, sarcásticos e as zombarias sobre a atuação e a importância da participação dos soldados brasileiros na guerra, ou ainda das condições físicas e psicológicas, traumas e lesões. Tais comentários críticos surgiram em função de algumas vantagens que o governo anunciou que os ex-combatentes receberiam, ampliando a falta de confiança, que desde a convocação e envio das tropas à guerra, propagava-se na sociedade.[4]

Tanto a desmobilização quanto o licenciamento, que deveriam ser procedimentos simples, sofreram contratempos provocados também pela falta de compreensão e paciência de muitos expedicionários que viviam no interior do Brasil. Segundo autores como Viotti, e Castello Branco, muitos ex-combatentes, pela ansiedade em voltar o mais rápido possível para suas casas, não aguardaram as ordens superiores e abandonaram de forma intempestiva os quartéis, deixando para trás toda a documentação e sequer lembraram de requerer seus certificados.[5]

Tais procedimentos se revestiram de caráter de “renúncia” ao direito de continuar fazendo parte das Forças Armadas e ao reconhecimento e a assistência do Estado brasileiro. Essa atitude acabou gerando, a uma grande parcela de ex-combatentes, uma vida de miséria, vício e invalidez, como comenta o ex-combatente Leonércio Soares:

---

[3] Ibid., op.cit, p. 345.

[4] SCHNAIDERMAN, B. **Guerra em surdina...,** op.cit, p. 213-218. ; SILVEIRA, J **A FEB por um soldado.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 235; BRANCO, M.T.C. **O Brasil na II Grande Guerra.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960. p**.** 496-97. FERRAZ, F. C. A . **A Guerra que não acabou:** a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo. p. 163.

> Não demorou para que os óbitos de veteranos de guerra, em estado de indigência, começassem a aparecer. Os pedidos de reforma dos incapacitados encalhavam nas repartições militares ano pós ano. Na maior parte das vezes a reforma era negada: consideravam-no capaz de prover sua subsistência. Em outros casos em que a reforma era concedida, o requerente já havia falecido na miséria extrema na indigência. Foram-se muitos. Foram-se milhares. Calcula-se em mais de três mil os que morreram caídos nas calçadas, ruas, praças e terrenos baldios de todas as cidades do Brasil.[6]

Como podemos observar neste depoimento, alguns problemas posteriores destacaram-se dos demais pela sua transcendência: o da readaptação dos expedicionários à vida civil e o do amparo aos ex-combatentes. [7]

As providências de caráter administrativo para a desincorporação dos conscritos tornaram-se um grande problema, agravando o processo de reconhecimento do soldado da FEB. Entre as providência esteve o aviso ministerial que proibia o uso dos uniformes, considerado como provocação pelos militares não expedicionários, os distintivos afixados nas mangas das túnica e blusões, a passadeira da Medalha de Campanha da Itália, o dístico "Brasil", na parte superior do braço esquerdo, a partir de oito dias após sua chegada ao país.

A proibição suscitou críticas não apenas nos combatentes de baixa patente. Para Dumagin, o fato de trajar o uniforme da FEB/FAB pelas ruas era motivo de orgulho pessoal.[8] Todavia, a crítica mais contundente ao ato de proibição vem do coronel Lima Brayner*:* "...Proscrita a cobra fumando e outros sinais que evidenciassem a FEB... gerou-se, assim, um ambiente de angústia entre os que tinham cometido o feio crime .... Ser febiano*...".*[9]

O que revela as duas opiniões que proibir o uso do uniforme e dos seus símbolos por parte do Ministério da Guerra foi um dos golpes por parte das instituições contra a identidade expedicionária. Mal chegaram ao Brasil, os militares

---

[5] VIOTTI, C **Crônicas de guerra.** A Força Expedicionária Brasileira na Itália. Belo Horizonte: [s.n], 1998. p. 426; BRANCO, M. T.C. **O Brasil na...,** op.cit, p. 497 e seg.

[6] Segundo o major José Dquech, secretário da LPE, em Curitiba foram identificados e sepultados em situação de indigência cerca de duzentos ex-combatentes, sendo a maior incidência de casos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. SOARES, L.. **Verdades ...,** op.cit., p. 347.

[7] SOARES, L. **Verdades...,** op.cit., p. 342-344;BRANCO, M. T.C. **O Brasil na...,** op.cit. p. 539/40.

[8] DUMAGIN, P. Observações de um oficial de informações de batalhão. In: **Depoimento dos Oficiais da Reserva sobre a FEB. São Paulo: [s.n], 1950.** p. 309; BRAYNER, F de L. **A verdade sobre a FEB** (memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 520

[9] BRAYNER, F de L. **A verdade sobre a FEB...,** op.cit. p. 520.

febianos da ativa foram transferidos para as regiões militares mais distantes do país, como uma forma de castigo.[10]

Da mesma forma que os uniformes, as condecorações foram problema e causa de descontentamento para os febianos da ativa e dos conscritos. A concessão de medalhas é uma parte importante da guerra, por tratar-se de uma maneira de premiar os esforços individuais e coletivos como também um meio de promover o moral da tropa.

A partir de 1943 o governo do Brasil, instituiu as condecorações e medalhas para os participantes da guerra. A *Medalha de Guerra* foi concedida somente a oficiais e a civis que prestaram serviços relevantes para a campanha, e ironicamente excluíam os praças. A *Medalha de Campanha* foi distribuída a todos os militares da ativa e da reserva que participaram da campanha da FEB, esta medalha servia para diferenciar o veterano da FEB do ex-combatente não febiano. Com a *Cruz de Combate* foram condecorados aqueles que distinguiram-se por atos de bravura e sacrifício em ação de combate, a de 1ª classe contemplou quem se destacou de maneira pessoal a de 2ª classe destacou as ações coletivas e por fim a *Medalha de Sangue* do Brasil foi concedida aos feridos em combate contra o inimigo.[11]

Cumpre notar que o Comandante da FEB não tinha autorização por parte do governo brasileiro de, durante a guerra, na frente de combate, condecorar aos soldados que se destacaram em ações, nem mesmo como estímulo como faziam os comandos aliados com seu soldados e até com os soldados brasileiros.[12] Provavelmente por isto, as condecorações foram concedidas aos expedicionários no fim da guerra. Os feridos em combate, por exemplo, receberam suas condecorações meses e até mesmo anos depois da guerra, nas seções das associações de ex-combatentes ou ainda em órgãos burocráticos do Exército[13]

Contrariando as restrições na concessão de medalhas durante a guerra, depois do final do conflito prevaleceu a generosidade na sua distribuição. Concedidas indistintamente entre militares e civis que muito pouco ou nada fizeram

---

[10] BRAYNER, F. de L. **A verdade...,** op.cit., p. 521; DUMAGIN, P. *Observações...,* In: **Depoimento...,** op.cit., p. 309.

[11] MELLO, J. L .R. **A Legislação...,** op.cit., p. 167-168.

[12] SILVEIRA. J. X. da. **A FEB por um...,** op.cit., p. 245/47.

[13] FERRAZ, F.C.A . **A guerra que não...,** op.cit., p. 164-166

pela FEB, como no caso do fornecedor dos uniformes de má qualidade usados pela DIE, que no *front* tiveram que ser substituídos por uniformes dos Aliados [14]

Poucos foram os praças, entenda-se os soldados, cabos e sargentos, que foram condecorados na frente de combate pelo 5º Exército dos EUA. A grande maioria, como já dissemos anteriormente, receberam as condecorações aqui no Brasil. Isto foi uma das coisas que a população não entendeu como injustiça. Muitos civis preferiram acreditar que os praças da FEB não haviam sido condecorados porque fizeram "turismo" na frente de combate. [15]

Com o passar do tempo, ficou cada vez mais evidente o despreparo do Estado brasileiro e da sociedade para receber e conviver com os ex-combatentes e destes com os dois segmentos. Uma vez que a força expedicionária foi mobilizada pelo Estado, o certo seria o governo brasileiro prever os destinos dos combatentes antes de mandá-los para a guerra, e não apenas após ter encerrado a luta. Caso isto acontecesse, aqueles, que por falta de instrução e qualificação, que formavam a grande maioria da divisão expedicionária, não ficassem sem orientação, não ficariam andando ao acaso ou em busca de um emprego, para o qual sequer foram habilitados.

Assim como o Estado brasileiro retirou-os de suas atividades públicas e privadas para lutar na guerra, teria a obrigação de, em um tempo oportuno, ter devidamente organizado a capacitação para que as mesmas atividades ou funções correlatas fossem por eles desenvolvidas em um tempo mínimo causando menos prejuízos que foram causados.

> ...procuraram se furtar de suas obrigações e na realidade o que foi era o "pracinha" modesto, que se deslumbrou na Europa. Viu um arsenal de guerra extraordinário, uma organização como jamais imaginou... esse homem quando voltou ao Brasil voltou iludido e foi mais iludido aqui, por promessas, então aqueles que não retornaram as suas atividades e deixaram-se encantar pelo Rio de Janeiro, compraram roupas que jamais usara; esqueceram que teriam que voltar a uma realidade, voltar a enxada a sua atividade anterior e acreditando naquelas promessas que foram novamente reeditadas, eles deixaram se iludir, ficando na expectativa de conseguir empregos e condições aos quais não estavam inclusive preparados intelectualmente, isso então resultou uma série de traumas que não foram absolutamente causados pela guerra"[16]

Como podemos perceber, era o homem do campo, da fábrica, da classe média e baixa quem o governo acabou prejudicando ao eximir-se dos seus deveres.

---

[14] **Ibid.,** p. 167-178
[15] SOARES, L. **Verdades e Vergonha...,** op.cit., p. 337-38.
16 SILVEIRA, J. **As duas guerras da FEB**. Rio de Janeiro: Idade Nova. 1965.

3.1.1 A Reintegração Social e Profissional dos Ex-Combatentes

A debilidade institucional brasileira para reintegrar os ex-combatentes foi oculta pelos festejos e comemorações aos expedicionários. Após receberem seus vencimentos e serem desvinculados da instituição e do grupo do qual fizeram parte nos meses que passaram no front, os ex-combatentes tentaram voltar à vida de antes da guerra. Mas, com o passar do tempo perceberam que a luta pela valorização de seu *sacrifício de sangue* seria tão ou mais difícil do que a travada na Itália:

> ...agora o que tinha de fazer era tratar de seus direitos. E foi quando Zé Inácio entendeu que daqueles mundos de direitos e vantagens, retumbantes, alvissareiros, anunciados para os ex-combatentes, não lhe sobrava nada de positivo. O pouco que poderia servir, nunca chegou a alcançar. No mais restavam umas quireras,... já sem dinheiro, fez tentativas de trabalhar na sua profissão: tratou logo de arrumar emprego de pedreiro, coisa que sabia fazer, afinal das contas era disto que vivia antes da guerra.....–" Guerra"?! – espantou-se ao lembrar que nem sabia que coisa era essa quando foi convocado... foi sem nada saber e sem nada pedir, ignorando tudo, inclusive que iria ter tantos direitos e tantas vantagens, como foram anunciados, ao voltar... [17]

Para a minoria dos expedicionários que continuaram na vida militar, havia a crença que, pela experiência adquirida em combate lhes seriam proporcionadas oportunidades de ascender profissionalmente dentro do Exército, na instrução e organização das unidades. Contudo isso não aconteceu e passaram a sofrer no dia a dia o ressentimento por parte dos seus pares, causando um abismo nas suas relações. Quanto à sociedade civil, a situação tornou-se pior ainda, pois a ignorância sobre os feitos dos brasileiros na guerra e sobre os efeitos da guerra em cada um dos milhares de ex-combatentes tornaram a situação quase insustentável.[18]

Nos anos posteriores à guerra foram criadas as leis e os benefícios em favor dos ex-combatentes. No início favoreciam os militares expedicionários por sua folha de serviço em combate, porém com o passar do tempo a legislação estendeu as vantagens e prerrogativas a todos os militares e civis envolvidos na guerra, abrindo precedente para a desvalorização da experiência febiana junto à sociedade civil

---

[17]SOARES, L. .**Verdades ...**, op.cit., p. 8

[18]BRANCO, M. T.C. **O Brasil na...**, op.cit, p. 543,544, VIOTTI, C. **Crônicas**...,op.cit., p. 300 e seg. GONDIN, N. V. **Liberdade escrita com sangue:** um manezinho na Segunda Guerra Mundial. Florianópolis: Insular, 2000, p. 152 e seg.

brasileira. Do conjunto de leis que regulam os benefícios e vantagens dos ex-combatentes brasileiros, fazem parte:

a) do pessoal convocado para prestação de serviço militar;

b) que concede pensão às famílias (cônjuges, herdeiros) dos mortos e desaparecidos e os incapacitados definitivamente nos torpedeamentos de navios nacionais e em campanha, no Paraná a Lei Estadual n.º 1095 de 7 de janeiro de 1953 aprovada pela Assembléia Legislativa da Câmara Estadual [19]já concedia vantagens a viúvas e filhos de expedicionários naturais do Estado, antecipando-se a Lei Federal nº 3633, a qual concedia as mesmas vantagens, aprovada somente em 17 de setembro de 1959;

c) garantias de emprego e remuneração dos brasileiros convocados extensivo às três armas;

d) criação das medalhas militares;

e) sobre os vencimentos e vantagens do pessoal da FEB;

f) cria Quadro Especial - Justiça Militar da FEB;

g) regula situação de desertores;

h) exigência de requisito de arregimentação para fins de promoção[20].

Em um outro grupo de leis encontram-se: a) as pensões por incapacidade parcial ou total dos mutilados ou dos que contraíram moléstias no *front*e criação da CRIFA; as leis de estimulo à reintegração profissional e social através da manutenção do emprego do febiano antes partir para a guerra, aproveitamento nos serviços públicos e as bolsas de estudos aos veteranos.[21] E por fim encontram-se as leis sobre as aposentadorias e pensões para todos os que fossem considerados ex-combatentes.[22]

A depreciação dos feitos dos expedicionários fica constatada pela extensão das vantagens concedidas por seus méritos na guerra a grupos de não-combatentes. Ou seja, a ampliação dos benefícios pecuniários e políticos àqueles que não participaram diretamente das operações de guerra, pois com o passar do tempo o número de não-combatentes suplanta o número dos que estiveram em combate no continente europeu, criando um estigma para os expedicionários como

---

[19] Ibid., p. 353.

[20] MELLO, J.L. R. (org.) A **Legislação do ex-combatente.** Compilada e organizada pelo conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Expedicionário, 1978. p. 149-169.

[21] Ibid., p. 169-220.

uma classe privilegiada e não merecedora de benefícios por seu “tributo de sangue” ao país.

Como exemplo citamos a lei nº 288 de junho de 1948, a qual concedia promoção ao posto imediato com os respectivos vencimentos integrais aos oficiais, subtenentes, suboficiais e sargentos da FEB, FAB e Marinha de Guerra que: “tivessem servido no teatro de operações da Itália, ou tivessem cumprido missões de patrulhamento de guerra em qualquer outro teatro de operações definido pelo ministério respectivo, quando transferido para a reserva”. [23] Alguns militares da ativa criticaram a lei, afirmando serem prejudicados por não terem sido mandados para a guerra e afirmando que os expedicionários nada mais fizeram que cumprir sua obrigação e seu dever.[24]

Cabe aqui confrontar essas afirmações com o depoimento do então tenente da FEB Machado Pires (apud Bonalume), sobre o recrutamento de oficiais da ativa para a FEB: “botaram no quadro negro os nomes, pedindo quem ia ser voluntário para a FEB. O primeiro da turma não quis ir, o segundo da turma não quis ir. Terceiro da turma, não quis ir. O décimo quinto, esse quis ir. Ninguém da turma tem moral para dizer ‘não fiz a guerra, porque não me mandaram’, se não foi, foi porque não quis...” [25] Para o historiador Francisco Ferraz, “a mágoa dos veteranos febianos não se dirige aos que foram convocados e realizaram serviço ativo durante a guerra, mas sim aos oportunistas que conseguiram benefícios sem merecê-los.”[26]

O retorno às atividades cotidianas dos militares de carreira foram permeadas de ações injustas e falta de compreensão. Com relação as folhas de combate na guerra, foram desvalorizadas pela sua instituição e igualadas as folhas de serviços dos que ficaram no país. Quanto às vantagens obtidas pelos ex-combatentes de carreira, foram emprego estável e assistência médica e psicológica garantidas. As dificuldades centraram-se na ascensão profissional, na má vontade dissimulada ou

---

[22] Ibid., p. 352 e seg.
[23] Ibid., p. 12/13.
[24] VIOTTI, C. **Crônicas...,**op.cit., p. 300.
[25] BONALUME NETO, R. **A nossa Segunda Guerra:** os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995. p. 130 .
[26] SOARES, L. **Verdades e...,** op.cit., p. 340 e seg.; SILVEIRA, J. X. da. **A FEB por...,** op.cit., p. 240 e segs.; CALDAS, M. **O posto avançado de neuro psiquiatria da FEB.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1950. p. 122/125.

explícita de seus pares, as quais irão causar aborrecimentos, mas não põem perigo à sua sobrevivência material e social.[27]

Ou seja, o ressentimento foi o resultado sobre o não cumprimento do "dever de memória"[28], que diz respeito, em primeiro lugar, à memórias dos fatos, das provas dos sofrimentos suportados na guerra não só pelos ex-combatentes mas pelos seus pares, pela sociedade e pelas instituições e que agora deveriam resultar em seus direitos. Todavia, o Exército favoreceu o debate e a busca pela igualdade do grupo de não combatentes, que reivindicaram a extensão econômica, a importância política e o caráter exemplar das ações do febiano. Por um lado causou o 'ressentimento', que envolveram sentimentos de rancor, hostilidade e impotência dos ex-combatentes febianos em relação aos militares de carreira; e, por outro lado, configurou um conjunto de juízos, por parte da sociedade, sobre a concepção e percepção na história da participação na guerra dos combatentes da FEB. [29]

As chamadas "leis da praia" foram consideradas causadoras de polemicas na comunidade febiana. A primeira "lei da praia", de 1942, delimitava a *zona de guerra* no território nacional. Os limites abrangiam o litoral, rios navegáveis represáveis, vias férreas e as rodovias, incluía os municípios que abrigavam as guarnições do Exército, Marinha e Aeronáutica.[30] Cumpre observar que a finalidade do decreto foi orientar as tarefas de defesa nacional.[31]

As reivindicações apresentadas pelos militares e convocados solicitava a ampliação das vantagens e benefícios, que passaram a contemplar militares e convocados não expedicionários, independente da patente na hierarquia militar, que estiveram no litoral durante a guerra. O fato de terem sido beneficiados pela "lei da praia", levaram aos expedicionários febianos usarem expressões como "os da praia" ou "os praieiros" para designar os "novos veteranos", que foram igualados aos combatentes do front e que conquistaram os mesmos benefícios dos que entraram em combate, criando um clima de animosidade.[32]

---

[27] SCHNAIDERMAN, B. **Guerra em surdina...,** op.cit., p. 218; GONDIN, **Liberdade...,** op.cit., p. 152; VIOTTI, C.A . **Crônicas...,** op.cit., 300-301; FERRAZ, F. C. A. **A guerra...,** op.cit. 177-179; BRANCO, M. T.C. **O Brasil...,** op.cit., p. 543-44.

[28] ANSART, Pierre. História e Memórias dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S. & NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res.)sentimento.** Indagação sobre uma questão sensível. São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 15-36.

[29] Id.

[30] Por sua abrangência atingiu os estados do RS, SC, PR, DF, RJ, ES, AL, RN.

[31] MELLO, J. L. R. **A Legislação...,** op.cit., p. 149-152.

[32] SILVEIRA, J.X. **A FEB por...,** op.cit., p. 240; FERRAZ, F.C.A . **A Guerra que não...,** op.cit., p. 181-183.; CALDAS, M. **O posto...,** op.cit., p. 122-125.

A extensão dos benefícios aos indivíduos que não foram para a guerra através das leis que concediam as pensões e aposentadorias eram na maioria pleiteadas por políticos que procuraram tirar proveito e votos dos beneficiados. Com rara exceção foi feita justiça a cidadãos que participaram da defesa e patrulhamento da costa.[33] Os benefícios aos militares vão, com o passar dos anos, abrangendo outros processos de conflito do país, como quando o governo Dutra sancionou uma lei que beneficiava com promoções os oficiais e praças das Forças Armadas que tivessem participado no combate ao levante comunista de 1935, igualando aos feitos da FEB as lutas anticomunistas no Exército.[34]

3.1.2 A Passagem para a Vida Civil

A opção pelo desligamento do Exército tornou a transição para a vida civil um processo árduo. Faltou às autoridades militares e civis experiência e vontade política para desmobilizar os expedicionários. Tudo era novo para as instituições, como a guerra, os procedimentos e a estrutura organizacional militar. Assim, a experiência brasileira em reintegrar socialmente os expedicionários foi inadequada, pois nem o aparelho de Estado, nem a população em geral concebia o combatente como "um *cidadão* em armas pela nação".

A omissão das autoridades no que se refere às políticas de desmobilização e reintegração social e profissional ficou evidenciada na falta de um plano elaborado para reintegrar à vida civil o ex-combatente.[35] As críticas à negligência das autoridades fazem parte da memória do ex-combatente Merçon, as suas acusações são direcionadas ao Exército quando afirma: "[quando o Exército] tinha precisado de nós, nos fez soldados capazes de ganhar a guerra, nos transformou psicologicamente, e nos lançou de volta à vida civil sem que estivéssemos preparados para ela". [36]

Os veteranos afirmaram em seus relatos e memória que, para enviá-los à Itália o governo brasileiro submeteu-os a "exames rigorosos", mas que posteriormente, quando do seu retorno ao país, sequer foram examinados.

---

[33] MELLO, J. L. R. **A Legislação...,** op.cit., p. 28
[34] **Ibid.,** op.cit., p.28. Lei nº 1267- 09/12/1950.
[35] CALDAS, M. **O posto avançado...,** op.cit., p. 115/123.
[36] MERÇON, J. W. **A minha guerra.** Brasilia: Thesaurus, 1985. p. 141

Consequentemente, investigaram se traziam consigo doenças e traumas, as quais teriam sido adquiridas sob a tutela do Estado. Para os ex-combatentes isto foi uma clara demonstração da falta de apreço por parte das Forças Armadas e do Estado brasileiro com eles. Para o médico major Mirandolino Caldas:

> ....o despreparo e desprestigio e o abandono aos ex-combatentes por parte do governo representa uma injustiça clamorosa. Então convoca-se uma pessoa para o serviço de guerra e, depois que esta volta da refrega, combalida, nervosa, desambientada, deixa-se essa criatura entregue ao léo da sorte, sem auxílio, sem uma orientação profissional, sem uma assistência compreensiva e confortante, sem um emprego sem uma garantia para seu futuro? Que estranha noção de dever é essa, unilateral e injusta que somente vê o dever que os indivíduos para com a pátria e não vê os deveres da pátria para com seus filhos?[37]

Em seus estudos, Ferraz encontrou um processo omisso, e que a única forma possibilitada aos ex-combatentes que adquiriram doenças e que foram feridos na frente de combate provar sua incapacidade foi através da via burocrática.[38]

3.1.3 A Retomada das Relações Sociais e Profissional

A reintegração à vida diária anterior à participação na guerra foi mais um dos problemas encontrados pelos ex-combatentes. Por um lado, retomar as relações sociais com pessoas que vivenciaram os horrores da guerra apenas pelas notícias dos cinejornais, da imprensa, dos noticiários das rádios; e por outro, a procura por um emprego. Embora existissem leis que garantiriam o seu emprego, elas não foram cumpridas, dificultando a reintegração dos ex-soldados da FEB.

A grande maioria das memórias escritas pelos expedicionários são encerradas nas festividade do retorno ao país e, até mesmo quando ainda encontravam-se na Itália. Todavia não significa que os problemas de reintegração não tenham sido vividos por aqueles que estiveram no *front*. O desafio de recomeçar a vida civil por parte dos ex-combatentes os leva em duas direções. A primeira, diz respeito a uma minoria de ex-combatentes que antes da guerra tinham uma condição econômica e social melhor e que possuíam formação escolar e habilitação profissional. Estes tiveram dificuldades menores, conseguindo retomar suas ocupações ou iniciando novas atividades e interesses.

---

[37] CALDAS, M. **O posto avançado...,** op.cit., p. 120.
[38] FERRAZ, F.C.A . **A Guerra que não...,** op.cit., p. 190-193.

E é na segunda direção que se encontram a massa dos expedicionários agora civis, em busca da reintegração social e profissional. Uma parcela considerável desses homens não conseguiu alcançar direito algum. Errantes pelos hospitais, manicômios e pelas ruas, quase todo o tempo estavam desempregados, e a sucessão dos anos só agrava os casos inicialmente brandos de neurose e alcoolismo. Para o ex-combatente Lima Júnior "..transformando-se em molambos humanos, desmemoriados e perdidos, maltrapilhos, passando as noites ao relento vivendo na mais negra miséria".[39]

> … Impossível seria citar tantas ocorrências ... mas ao acaso uma noticia publicada em jornal. Na cidade de Olímpia, no Estado de São Paulo, alguém encontrou num terreno baldio... o corpo de um indigente. Dentro de um saco plástico, o corpo baixou à sepultura nº 4382, da quadra 19, destinada, exclusivamente, a indigentes. Na guia de sepultamento não constou nome, nem outros dados que o identificassem, constando apenas a palavra brasileiro. Ser brasileiro era tudo que se sabia do infortunado cadáver. Meses depois a polícia encontrou os pertences do morto e os relacionou: "um saco de farrapos, dentro do qual, envolvidos em jornais velhos e amarrados com barbante, estavam as coisas que o identificavam: uma foto da pessoa em tela; uma foto da embarcação SS. Mariposa; uma medalha de combatente da FEB; uma plaqueta de identificação de combatente da II Guerra Mundial; um emblema de condecoração; dois emblemas da FEB; dois certificados de nº 08612 e 2916161..."
> E o nome? Não! Respeitemos, pelo menos, o nome. Porque para morrer assim, tão desgraçadamente, é preferível permanecer no anonimato.[40]

A respeito dos expedicionários que contraíram doenças na Campanha da Itália e que no Brasil vieram desenvolvê-las ou agravá-las por não terem vínculos formais com o Exército nem recursos para tratamento médico ou hospitalização, dependeram literalmente dos favores dos comandos militares das regiões onde viviam para serem internados nos hospitais militares. A legislação em favor desses casos e para amparar as famílias dos falecidos por enfermidades só vai entrar em vigor mais tarde. Antes disso, ficaram completamente desprotegidos, contando na maioria das vezes apenas com o apoio dos seus companheiros do *front:* [41]

> Você sabia?
> Que os expedicionários paranaenses Santo Menon, José da Cruz Filho, Miguel Florz e outros, morreram tuberculosos, como indigentes, sem outro auxilio a não ser o que lhes deu a Legião Paranaense do Expedicionário e alguns companheiros de luta mais favorecidos?
> Que a LPE não permitiu que o expedicionário Miguel Florz, falecido no dia 1º de janeiro deste ano, no sanatório para Tuberculosos do Portão, fosse enterrado como indigente, e promoveu uma subscrição entre seus associados afim de custear um funeral de 4ª classe para aquele companheiro.

---

[39] LIMA JÚNIOR. R. da C. **Quebra-Canela**. A engenharia brasileira na Campanha da Itália. 2 e. Rio de Janeiro, 1982, p. 203; FERRAZ, F.C.A . **A guerra que não...,** op.cit., p. 202-228.

[40] SOARES, L. **Verdades e Vergonhas**..., op.cit., p. 347-348. Em sua tese Ferraz (2002) pelo número do certificado chegou ao nome do ex-combatente Liberato José dos Santos, p. 218.

[41] REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO, março de 1948, p. 15-17.

> E finalizando, você não acha que já se faz bastante demagogia em torno da FEB e dos "pracinhas", e que já é tempo de se passar ao terreno das realizações práticas dando-lhes o auxílio e amparo que merecem? [42]

No decorrer das décadas, a situação do ex-combatente pouco mudou. Muitas são as histórias de veteranos de guerra que passaram a viver de favores dos amigos, dos parentes ou até na mendicância. Foram centenas de casos relatados por veteranos e jornalistas, onde a incompreensão e o desajuste social perpassaram a realidade do ex-combatente. Muitos morreram e foram sepultados como indigentes, outros identificados posteriormente. É do paranaense Leonércio Soares a afirmação:

> E o que vemos hoje, lá num pedaço da Itália algumas centenas de cruzes pequeninas e brancas, aqui, centenas de mutilados arrastando suas mutilações pelos quatro cantos do Brasil, centenas de ex-combatentes sendo recolhidos nos hospitais de caridade, sanatórios, manicômios como INDIGENTES! EXPEDICIONÁRIOS INDIGENTES!... o que pedimos, e desejamos é apenas compreensão e boa vontade, paciência e esforço no sentido de reajustar os ex-combatentes em suas atividades, auxílio aos mais necessitados, que com isto grandes benefícios terá a Pátria e o Povo, porque o ex-combatente produzirá muito se for compreendido e aproveitado. E acima de tudo respeito, pedimos respeito a tudo que envolva o assunto da FEB.[43]

O febiano não reivindicava glórias, mas respeito e cuidado para aqueles cidadãos que tinham na memória a sobrevivência ao horror da guerra. Pediam que o desaparecimento dos companheiros da frente de luta, que suas dores físicas e psicológicas não fossem tratadas com indiferença e sim com compreensão por parte do governo e demais cidadãos. Estava sendo quase impossível enfrentar o estigma, que agora carregavam de ter pertencido à FEB.

Dez anos após o final da guerra, entrou em vigor a lei chamada pelos ex-combatentes de "Pensão do Louco de Guerra"[44], que passou a garantir atendimento médico-hospitalar, conceder pensão e aposentadoria apenas aos veteranos que sofressem de enfermidades graves como alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, tuberculose ativa ou enfermidades que os incapacitassem para o trabalho. Assim:

> ... havia algumas exigências embaraçosas para ser obtida a "pensão de louco de guerra", tais como anexar ao requerimento um atestado fornecido por psiquiatra e sujeitar-se ainda a um internamento até 15 dias a um mês, numa das Enfermarias Psiquiátricas do Hospital Central

---

[42] REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO, março de 1948, p. 17.
[43] SOARES L. **Verdades ...,** op.cit., p. 349
[44] Foi a Lei n.º 2579 de 23 de agosto de 1955,

> do Exército... Para o infeliz veterano de guerra, que desde a desmobilização fora esquecido pelos poderes públicos, marginalizado, envelhecido e atacado de mazelas várias resultantes da dura campanha que participou, vivendo na angustia e na miséria, qualquer coisa que lhe ofereçam, serve! Qualquer coisa que lhe acenem, por minguado, sórdido e infame que seja, como essa maldita pensão, é sempre recebido como uma dádiva dos céus, capaz de minorar seus sofrimentos... acontece que não são apenas os antigos soldados que estão se submetendo a essa terrível humilhação; os antigos oficiais também. É doloroso e revoltante assistir-se o que se está assistindo no Brasil: ver os antigos tenentes comandantes de pelotões, na Itália, heróis e bravos que foram, agora envelhecidos, doentes e também marginalizados, encontra-se, no final da vida, de mãos vazias!... E, como último e deprimente recurso, subjugados pelas circunstâncias, encaminharem-se, alquebrados e mal vestidos para uma dessas juntas médicas militares, que lhes fornecerá o sórdido e infame atestado de "louco de guerra". A Pátria lhes deve muito mais; e, acima de tudo, deve-lhes respeito.[45]

Durante anos os ex-combatentes passaram por exigências não previstas em leis, como o informal atestado de neurótico de guerra, de doutrinação política. Eles não aceitavam esta atitude, como mostra o ex-combatente Francisco Morais "... pergunto eu: por que não nos fizeram essas perguntas quando nos convocaram ou quando nos mandaram para além mar?".[46]

Marcando a diferença entre direitos e deveres, os expedicionários sabiam (e sabem) perfeitamente quais foram as perguntas que a eles fizeram na convocação:

> Os homens foram mandados para o serviço de saúde. Ficamos descalços e de busto nu. Andando de sala em sala da Policia Militar. De vez em quando, entravam na sala, Quando eram submetidos a exames sumário. O médico militar encarregado do Exame Neuro-psíquico nem erguia os olhos do papel em que vinha impressas as perguntas que devia fazer:
>
> - Gosta da vida militar?
> - Não, senhor.
> - Houve algum louco em sua família?
> - Não, senhor.
> - O médico rabiscava "normal" na ficha e gritava:
> - O seguinte![47]

A memória acima citada mostra o reflexo do descaso no processo de seleção, e este tornou-se o grande problema no processo de reinserção profissional e social do ex-combatente.

---

[45]SOARES, L. **Verdades...,** op.cit., p. 355

[46] MORAIS. F. S de. A burocracia dos ministérios e a readaptação dos veteranos da FEB. **Ex-Combatente**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 13, janeiro de 1948.

3.1.4 A Reintegração Profissional

A reintegração profissional foi tão difícil quanto a reinserção social. As promessas de emprego, proferidas no auge das festas de retorno foram esquecidas. Até mesmo os empregos de antes de partirem para a guerra, agora eram ocupados por outras pessoas, mesmo com as garantias da legislação quando da convocação dos expedicionários. De acordo com o decreto lei que regeu a convocação e mobilização dos cidadãos brasileiros que formaram o corpo expedicionário, independente de ir ou não para a guerra, deu a cada convocado o direito após sua desmobilização retornar ao lugar ou cargo que ocupava. Além disso, deveria receber do proprietário do estabelecimento ou da fábrica 50% de seu ordenado enquanto estivesse licenciado.[48]

Todavia, desde o começo da convocação a lei foi desrespeitada. Os empregadores acabaram fraudando as leis, demitindo seus empregados convocados. Os transgressores foram multados e punidos por decreto lei.[49] Cabe ressaltar alguns problemas causados aos expedicionários em função do não cumprimento da legislação. Em primeiro lugar a insegurança, que acabou prejudicando o moral do soldado que foi para a guerra. O segundo diz respeito à incerteza sobre suas vidas e sobre o que aconteceria depois que retornasse ao país e por fim estaria a falta de amparo à família caso morresse ou ficasse inválido. [50]

Algumas leis relativas à reintegração social e ao reaproveitamento profissional foram sancionadas algum tempo mais tarde. São de setembro de 1945 as primeiras leis que beneficiaram os estudantes expedicionários, que dispõem sobre a retomada de estudos, as garantias nas condições e avaliações especiais no caso de reajustamento psíquico e físico, promovendo a qualidade na formação escolar dos ex-combatentes, concessão de bolsas de estudo e gratuidade de ensino até a conclusão do curso.[51]

---

[47] SCHNAIDERMAN, B. **Guerra em surdina...,** op.cit., p. 9.

[48] BRASIL – Decreto Lei nº 4548 – 04/08/1948- regula a situação dos convocados para a prestação de serviços militares. Decreto lei nº 4902-31/10/1942, dispõe sobre a garantia de lugar e sobre a remuneração dos brasileiros convocados para qualquer encargo de natureza militar. In: MELLO, J. L. R. **A Legislação...,** op.cit., p 149/153.

[49] BRASIL – Decreto Lei nº 5689-22/07/1943 –as sanções aos patrões transgressores. In: MELLO, J. L. R. **A Legislação...,** op.cit., p. 158/59.

[50] Tais problemas foram o objeto dos relatórios do major Mirandolino Caldas Chefe do Serviço Psiquiátrico do Exército. CALDAS, M., **O posto Avançado...,** op.cit., p. 117-123.

[51]MELLO, J. L. R. **A Legislação...,** op.cit., p. 187, 195 O Decreto Lei n.º 8019 de 29/09/1945

Foi através de um sistema de cotas que se oportunizou emprego para o ex-combatente seja como convocado, voluntário ou que houvesse tomado parte em operação de guerra, garantindo o ingresso no serviço público federal daqueles que fossem habilitados em concurso, através de duas listas. Na primeira, por ordem de classificação os concursantes que fossem veteranos de guerra. Quando esgotada a primeira lista, os demais candidatos seriam classificados na segunda.[52]

O grande problema foi o desconhecimento por parte dos ex-combatentes desses direitos e benefícios, fossem eles moradores das zonas rurais ou dos centros urbanos. Fora das associações, poucos tinham conhecimento das garantias asseguradas pela legislação, pois as repartições públicas e a burocracia impunham obstáculos. Para o ex-combatente paranaense Leonércio Soares , num pronunciamento em reunião na LPE: "...Fez-se promessas e mais promessas, dizia-se de benefícios e mais benefícios que íamos receber, e tudo parece servir para atrapalhar o ex-combatente, que procura firmar-se nesta ou naquela atividade, do que realmente para lhe auxiliar...".[53]

A sucessão dos anos tornou perceptível a lacuna entre o que a lei garantia e o que era realizado. O clientelismo[54], tão comum na política brasileira do período, foi um dos obstáculos no processo de reintegração do ex-combatente, pois a legislação privilegiava a reinserção social através do serviço público. A opção pela repartição pública estava diretamente ligada à idéia de estabilidade, seguridade, sem pressão sobre produtividade, garantia de aposentadoria, assistência médica e hospitalar e outras vantagens, igualando-os aos trabalhadores da iniciativa privada. Mas o que acontecia, na maioria das vezes, é que essas vagas eram retidas e concedidas aos "indicados" por políticos.

A preocupação pelas dificuldades da reinserção profissional sempre foi manifestada por oficiais de baixa patente, os quais pediam a intervenção do alto comando da FEB para os casos de indicação de vagas. Como podemos ver neste trecho do discurso do Cordeiro de Farias:

---

[52] Ibid. Decreto Lei n.º 8361,

[53] REVISTADO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba: 1948 p.8– Discurso pronunciado pelo ex-combatente Leonércio Soares no encerramento da 1ª Convenção Estadual dos Expedicionários -1948 em Curitiba.

[54] Tipo de relação política em que uma pessoa dá proteção a outra em troca de apoio, estabelecendo-se um laço de submissão pessoal que, por um lado, não depende de relações de parentesco e, por outro, não tem conotação jurídica.

> Difícil, dificílima é a missão de interprete do pensar, do sentir e das necessidades de uma coletividade que vive esparsa por este Paraná....sentimos quantas dificuldades e quanto sacrifício tem enfrentado os organizadores e diretores da Legião; quantos casos a atender, quantos problemas a solucionar e para isso dispondo de tão parcos recursos... foram e tem sido incansáveis... na sua obra de reajustamento, de amparo, de conforto moral, de assistência aos mais necessitados...[55]

Como observamos no discurso acima, a ausência de iniciativa neste sentido era justificada em função da falta de prestígio político junto ao governo federal, por parte da alta oficialidade do Exército como o caso de Cordeiro de Farias, que no momento deste discurso era comandante da 5ª Região Militar, bem como o próprio Mascarenhas de Moraes, os quais reconheciam publicamente a dimensão dos problemas enfrentados pelos ex-combatentes, mas evitavam qualquer tipo de mobilização, pois temiam um arroubo por parte das associações e procuravam então evitar a todo custo as manifestações e críticas ao governo.

Ao longo dos anos, assiste-se a um processo de lenta desvalorização, por diversos setores da sociedade e das suas instituições, particularmente o Exército e o Poder Executivo, da história e da memória do veterano, em alguns momentos de forma involuntária, em outros nem tanto. Na sociedade percebe-se uma resistência em compreender a situação e as condições de vida dos ex-combatentes. Nas instituições, a diminuição dos seus feitos efetuou-se na distribuição generalizada e indiscriminadas dos benefícios que lhes seriam restritos, nivelando os seus feitos aos daqueles que ficaram no país.

Se a guerra que participaram já há muito havia acabado, a batalha pela preservação, valorização da história e memória da FEB vai se estender por muito tempo. Foram com palavras de amparo e conforto que os combatentes brasileiros partiram rumo à Europa para lutar em nome do governo e dos brasileiros pela democracia. Partiram sentindo-se seguros e confiantes quando do seu retorno. E assim ao voltarem, jamais imaginavam as dificuldades que os aguardava.

3.2 A LBA -

O primeiro orgão de assistência ao combatente brasileiro foi criado em 1942 Em função da série de ataques aos navios brasileiros pelas forças do Eixo, o

---

[55] Discurso na 1ª Convenção Estadual dos Expedicionários em 1948. **REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO:** março de 1948, p. 8.

governo Vargas criou a Legião Brasileira de Assistência – LBA. Este órgão foi destinado a assistir aos brasileiros que haviam sido atacados e os familiares daqueles que perderam a vida naquele momento. Posteriormente, em 1943, a LBA passou a atender aos que foram chamados a participar da guerra e, durante todo o período do conflito, procurou assistir às famílias dos combatentes.

A LBA foi fundada na capital do país, tendo à frente de sua direção a primeira dama Darci Vargas e pode contar com o apoio da iniciativa privada através das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Industria. Seu caráter estritamente social esteve ligado à iniciativa voluntária, às campanhas de arrecadação de fundos e donativos em favor do "esforço de guerra" brasileiro e aliado. Por contar com sub-sedes pelos municípios do país,[56] foi considerada a primeira instituição de assistência social de âmbito nacional.

A LBA foi criada para coordenar recursos arrecadados através de campanhas da iniciativa privada, centralizando e redimensionando estas campanhas ao alcance nacional. Por contar com sub–sedes por todo o país, envolveu diretamente os governos estaduais, interventores federais e prefeitos através de suas respectivas primeiras damas[57].

3.2.1 O Núcleo Paranaense da LBA

O núcleo paranaense da LBA, criado em 1942 na capital Curitiba teve sub-sedes fundadas em grande parte das cidades do interior do Estado, de onde vieram os convocados para a guerra. Desde sua fundação, contou com o apoio da Associação Comercial, tendo como principal atribuição assistir às famílias dos convocados. Os seus trabalhos foram realizados em conjunto com a Liga de Defesa Nacional, atuando na organização de várias campanhas e na arrecadação de contribuições junto aos industriais, comerciantes e a sociedade civil. Para o trabalho voluntário, contou com o apoio das mulheres curitibanas que promoviam reuniões e

---

[56] Em pouco tempo a LBA passou a existir em todo território nacional, tendo representantes em 1562 municípios dos 1740 existentes em todo país. Segundo os registros e informações, o Corpo de Voluntárias atingiu cerca de 1 milhão de inscritas numa população de 20 milhões de mulheres no Brasil no período.

[57] Fundação Legião Brasileira de Assistência. **As origens da LBA**. Rio de Janeiro: s/ed., 1977, faz parte do Acervo da Biblioteca Pública do Paraná – seção Paranaense. Sobre a LBA ver FERRAZ, F.C.A. **A guerra que....,** op.cit., p. 197-200.

palestras em escolas, coordenavam trabalhos de costura, buscavam informações sobre os ex-combatentes junto ao Ministério da Guerra, escreviam e liam cartas a pedido das famílias e amigos dos expedicionários, distribuíam alimentos e brinquedos para as famílias dos combatentes, procurando, na medida do possível, amenizar a ausência dos soldados junto às famílias.[58]

O corpo de voluntárias tornou-se responsável em executar vários trabalhos assistências. Dentre suas atividades, destacam-se a campanha de auxílio ao esforço de guerra através da venda do bônus de guerra [59], as campanhas de coleta de materiais estratégicos para as Campanhas da Borracha[60]; do Aço[61]; do Ferro Velho; do Vidro; do Metal[62], a Campanhas de Madrinha de Combate; do Agasalho para o pracinha; de Presentes de Natal; de Correspondência; de Serviço Permanente; de Apoio a Economia de Guerra através das Hortas da Vitória e dos Clubes Agrícolas, cujo objetivo era minorar a crise de abastecimento através da distribuição de sementes. Estas e outras atividades fizeram parte do rol das ações da LBA.[63]

---

[58] Fundação Legião Brasileira de Assistência. **As origens da LBA**. Rio de Janeiro: s/ed., 1977, faz parte do Acervo da Biblioteca Pública do Paraná – seção Paranaense; BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. O Cotidiano de Curitiba durante a segunda guerra mundial. Curitiba. Fundação Cultural de Curitiba. v.22, nº 107, out. 1995. p. 20-30.

[59]BOSCHILA, R. . **O Cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial**. Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba. Fundação Cultural de Curitiba. v. 22, nº 107, out. 1995. Em função das despesas com a Segurança Nacional a Presidência da República, decretou a emissão de títulos da Dívida Pública, denominados Obrigações de Guerra. Eram títulos ao portador, com valores nominais que variavam entre 100 e 5.000 cruzeiros, cujo resgate seria fixado no final da guerra, já com os acordos de paz. Segundo o governo Vargas, a contribuição de guerra era um dever que se impunha a todos os brasileiros e estrangeiros amigos do Brasil, não sendo visto como um sacrifício, pois resultava em economia para o subscritor, rendendo juros de 6% ao ano, sendo pago semestralmente. A subscrição compulsória atingia a todos os cidadãos, de acordo com as faixas salariais, ficando isento apenas aqueles que recebiam menos de 250 cruzeiros mensais. No Paraná foi lançada em junho de 1942, subsidiada pela Interventoria Federal e a Associação Comercial. A campanha contou com o amplo apoio de estudantes universitários que saíram às ruas em passeata recomendando a aquisição dos bônus de guerra e das voluntárias da LBA.

[60] Ibid., p. 20-30. E o grande destaque ficou com a campanha da "borracha usada", promovida por escolas públicas e particulares da capital, sendo o Colégio Estadual do Paraná responsável por arrecadar quatro toneladas de borracha. Em junho de 1943 o Cine Odeon promoveu a Matinée da Borracha, a entrada era um pedaço de borracha usada.

[61]Idem. Dentre os órgãos de comunicação de Curitiba, o jornal a Gazeta do Povo promoveu a "campanha do aço" pedindo a doação de lâminas de barbear usadas. Da mesma forma as associações participaram, dentre elas o Clube Atlético Nilo Cairo colaborou com a campanha "30 dias de Alumínio", e o professor Ângelo Antonio Dallegrave esteve à frente da "Campanha do Estanho" com a doação de tubos de pasta dental, de cremes de beleza e de medicamentos.

[62] Idem. Outra das atribuições da LBA, que foi organizar e realizar campanhas de arrecadação de sucata, como borracha ou metal para serem reciclados pela industria norte-americana. *Em todo o Brasil* várias campanhas foram encabeçadas por instituições públicas ou particulares. *Na capital paranaense* desde agosto de 1942, tem inicio várias campanhas em favor da defesa nacional dentre elas a "Pirâmide de Metal" que ocorreu no espaço da Grande Exposição de Curitiba, sendo promovida pela Escola Normal e o Aéro-Clube do Paraná, que a título de ingresso solicitou a doação de uma peça de metal (alumínio, bronze e chumbo).

[63] Idem.

Se durante o período da guerra as prioridades da LBA foram assistir aos convocados da frente de combate e garantir a assistência às suas famílias, no final da guerra, a prioridade centralizou-se no cuidado dos feridos que estavam nos hospitais no Brasil e na organização das festividades e recepção dos expedicionários que retornavam da Itália. No decorrer do pós-guerra, a LBA voltou-se para o assistencialismo de forma generalizada, relegando a segundo plano os ex-combatentes.

O que infelizmente não ocorreu em relação a estrutura da LBA, foi o seu aproveitamento para o processo de reinserção social dos veteranos de guerra, pois, com o alcance que teve em todo o país, possibilitaria tanto nos municípios como nas grandes cidades a reintegração do expedicionário de forma mais amena, também em função do apoio econômico das federações e confederações da indústria e do comércio. A reinserção social tão buscada pelo ex-combatente irá ocorrer por sua própria iniciativa através das associações de ex-combatentes.

3.2.2 A CRIFA

No Brasil, diferente das demais nações que participaram da guerra, nada havia sido pensado ou criado até janeiro de 1945 em relação às políticas de desmobilização, planejamento de reinserção social e readaptação do veterano de guerra.

Um dos órgãos criados pelo governo Vargas para prestar assistência aos ex-combatentes da FEB foi a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas – CRIFA.[64] Esta comissão ficou diretamente subordinada à Presidência da República, não apenas para resolver os problemas dos incapacitados oficiais e praças, o intuito maior seria de restituí-los à sociedade em condições de prover seu próprio sustento, através de procedimentos técnicos de readaptação profissional. Da mesma forma, deveria atender a todos os incapazes das três Forças, Exército, Marinha e Aeronáutica que necessitassem dos seus serviços. A princípio este orgão ficou responsável pela orientação no processo de reintegração dos componentes da FEB.

A comissão era composta por representantes dos Ministérios da Aeronáutica, Educação e Saúde, da Guerra, da Marinha, do Trabalho, da Indústria e Comércio e do Departamento do Serviço Público. A CRIFA podia utilizar os serviços públicos médico hospitalar, de readaptação e também de serviços particulares de natureza técnica ou médico hospitalar indispensável ao seu funcionamento, mediante indenização pelo Estado.

Embora contasse com ilimitados recursos financeiros e materiais aplicados neste programa, não obteve sucesso nem atingiu os objetivos propostos pela sua comissão. O fracasso deste órgão, para Castello Branco, estaria na falta de interesse por parte dos ex-combatentes internados e na falta de ânimo para retornar às atividades normais. Estas questões fizeram com que uma minoria apenas se readaptassem a vida civil.[65]

Para o historiador Francisco Ferraz "a CRIFA poderia ter se tornado um *lugar de memória* da FEB, sua estrutura, seus arquivos e documentos são o primeiro depositário da história e da memória do pessoal que compôs a FEB." [66] Já o ex-combatente José Luís Mello, destaca as atividades do Serviço Especial da FEB, cujas funções eram orientar consultas para obter informações sobre os expedicionários, expedir atestados e certidões; emitir pareceres sobre os direitos e benefícios requeridos. O Serviço Especial procurou dar assistência aos ex-combatentes na sua reinserção social, independente deste serem incapacitados ou sem seqüelas comprometedoras para o desempenho profissional. Entretanto, na sua opinião, a inoperância e a limitação do alcance de sua principal função, que seria a de assistir os veteranos de guerra, fez com que o funcionamento da CRIFA fosse alvo de críticas mordazes, sendo desativada pelo governo federal na década de 70.[67]

3.3 AS ASSOCIAÇÕES DE EX-COMBATENTES

O século XX marcou a humanidade por guerras aniquiladoras. Os estudos de Keegan (1995) e Francisco Ferraz (2002) Jay Winter e Emmanuel Sivan (1999)

---

[64] MELLO, J.L.R. **A Legislação...,** op.cit., 169-174 - Decreto Lei 7.270 de 25 de janeiro de 1945.

[65] BRANCO, M. T. C. **O Brasil na....,** op.cit., p. 540 e seg.

[66] FERRAZ, F.C.A . **A guerra que não...,** op.cit, p. 193-197.

apontam o surgimento das associações nos países como a França, Inglaterra e EUA. A luta dos veteranos europeus por direitos a benefícios e amparo aos milhões de associados, transformou as associações em uma grande força social e política. As suas funções e atribuições eram: pressão por empregos e pensões, reintegração social e maior participação política.

No que diz respeito à vida social dos ex-combatentes, suas sedes tornaram-se lugar de encontro e eventos sociais de seus afiliados e familiares. Para difundir e preservar a memória do grupo, organizaram comemorações através de desfiles e cerimônias cívicas, editando e divulgando a memória dos veteranos através da publicação de livros, revistas e jornais, criando e administrando museus e monumentos, entre outras coisas.[68]

Assim, as associações de ex-combatentes tornaram-se "lugares de memória". Para Pierre Nora, o intento dos "lugares de memória" seria manter na memória dos homens o tempo vivido, afastando a possibilidade do esquecimento. Para ele, a memória torna-se uma experiência isolada se permanecer dentro dos limites de um grupo, aumentado as razões para que se construam *lugares de memória*, visto que instintivamente a memória já deixou de existir. Uma vez que a história oficial com seu caráter unificador elege tanto o que será eternizado quanto o que deverá ser esquecido, provoca a necessidade, daqueles que são afetados e sentem-se omitidos da história oficial, criarem seus *lugares,* em três sentidos: o material – os locais como monumentos, prédios, praças; o simbólico – onde os significados, as representações e o imaginário podem ser materializados, e o funcional, que refere-se às interações entre o grupo e a sociedade, os quais constituem a interação entre a História e a memória.[69]

Se as associações de ex-combatentes européias tiveram grande força social e no aspecto político exerceram pressão por uma maior participação e formação de grupos de veteranos com finalidades político-partidárias, no Brasil, a literatura existente demonstra que essas dimensões não foram alcançadas pelas associações dos ex–combatentes febianos. Embora o recrutamento da FEB tivesse ocorrido

---

[67] MELLO. J. L. R. (org) **A Legislação...,** op.cit., p. 169/174 e181/184; FERRAZ, F.C.A. **A guerra...,** op.cit., 196-197. BRANCO M. T. C. **O Brasil na...,** op.cit., p. 541

[68] KEEGAN, J. **Uma história da guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 248,360 e segs. FERRAZ, F C A. **A Guerra que não ...,** op.cit., p. 248, 360 e segs; WINTER, J.; SIVAN, E. (eds.). **War and remembrance in the Twentieth Century.** London: Cambridge University Press, 1999.

nacionalmente e a mobilização não passasse despercebida pela sociedade, a importância política do grupo de ex-combatentes, como grupo de pressão política é quase irrelevante. No entanto, seu desempenho sobressaiu como agente de memória, ou seja , enquanto "um conjunto de cidadão que desempenham esforços de rememoração e valorização permanente de suas ações no passado, não apenas com o objetivo de comemorar os seus feitos mas como condição de sobrevivência concreta e identidade social" .[70]

3.3.1 A Associação dos Ex-Combatentes do Brasil

Após as festas e homenagens, e da maneira triunfal com que foram recebidos os "heróis da pátria", agora desprovido de seu fardamento, de condecoração e de seu apetrechos de guerra assumem rapidamente o seu lugar de "homem comum". A realidade agora é que o ex-combatente passa a enfrentar uma outra luta pelo seu lugar na sociedade e no seu país, a luta do "cidadão" que não é mais soldado.

A reintegração à vida civil mostrou-se extremamente dificultosa. A falta de assistência por parte do governo, as necessidades financeiras, o sentimento de abandono, a discriminação e restrições das instituições militares, a depreciação da sua participação na guerra fez com que os ex-combatentes se unam em busca de soluções para seus problemas e pela construção da identidade social do grupo, que segundo Roger Chartier:

> pode ser pensada com resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detém o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma, ou ainda, considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade, ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social.[71]

A busca por construir uma identidade social do grupo, ou seja, dar conhecimento imediato a ausência do que representou a luta e o ex-combatente deve ser capaz de criar uma imagem para repô-la na memória de forma concreta.[72]

---

[69] NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. n.º 10. dez 1993. p. 21-22.

[70] WINTER, J; SIVAN, E.(eds.) **War and remembrance...,** op.cit., p. 17-18.

[71] CHARTIER, R. O mundo como Representação. In: **Revista Estudos Avançados,** nº 11 (5) . 1991.p. 173-191.

[72] Ibid., p. 184

Como esse processo não era claro para os combatentes brasileiros, estes ainda em solo italiano já cogitavam uma maneira de manter o sentimento de camaradagem surgida no *front* e reforçar os laços de solidariedade e ajuda mútua. Surge então a idéia entre os soldados de fundar uma associação de ex-combatentes quando retornassem ao Brasil.

A queda da Ditadura Vargas, em outubro de 1945, coincidiu com o movimento pela organização das associações dos ex-combatentes. As argumentações por reconhecimento social pleiteado junto à sociedade e apoio financeiro por parte do governo, estruturaram um discurso político e social de caráter legitimador colocando os ex-combatentes na mira das autoridades governamentais e militares, que desde a formação e envio da FEB estabeleceram um corpo de idéias de unidade do grupo conduzida por um ideal político, e que neste momento, contaminada pelas idéias comunistas de alguns de seus membros representavam um perigo e deveriam estar sob controle.[73]

Em 01 de outubro de 1945, foi registrada a fundação da primeira associação de ex-combatentes na cidade do Rio de Janeiro, a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, doravante AECB. Aos poucos, a AECB foi centralizando naturalmente a organização associativa dos veteranos de guerra. As associações fundadas em várias cidades brasileiras ou já nasciam como seções municipais ou estaduais da AECB, ou acabavam por incorporar-se a ela. Eram baseadas geograficamente, e não nas unidades combatentes. Significa que uma seção como a do Paraná, por exemplo, reunia expedicionários de todas as unidades que compuseram a FEB, desde que residissem no Paraná ou arredores.[74]

Desde o inicio da AECB os ex-combatentes que faziam parte do seu quadro, deslocavam-se do Rio de Janeiro à capital ou cidades dos Estado do país onde havia expedicionários e realizavam reuniões buscando auxiliar na organização das seções estaduais. Cumpre notar que os laços de solidariedade consolidaram os caminhos que possibilitaram as associações constituírem a memória do grupo de ex-combatentes em todo o país.

Os estatutos que regem, de modo geral, as entidades de ex-combatentes seguiram os mesmos objetivos de criação e funcionamento, subsidiadas em seus

---

[73] SINTONI, E. **Em busca do inimigo...,** op.cit., p. 68-70

[74]VIDE anexo - ESTATUTO da Legião Paranaense do Expedicionário; FERRAZ, F.C.A . **A guerra que não acabou...,** op.cit., p. 251-268

estatutos os quais propunham promover a integração social entre os veteranos de guerra, representar seus interesses coletivos junto as autoridades federais, estaduais e municipais; preservar e promover a memória dos feitos dos brasileiros na Segunda Guerra, oferecer assistência social e jurídica na medida do possível aos ex-combatentes em dificuldades, e lutar pela valorização da paz nas relações sociais nacionais e internacionais. Entretanto, as associações não poderiam assumir políticas de cunho partidário.

O primeiro Estatuto da AECB foi elaborado e aprovado na sua primeira Convenção Nacional em novembro de 1946. Como outras agremiações do gênero, a associação de ex-combatente organizou-se de maneira colegiada, sendo os representantes que compõem as diretorias eleitos em chapas, apresentadas e votadas em assembléias gerais, para períodos delimitados em seus estatutos internos. Além de proceder aos ritos eleitorais, essas assembléias gerais eram ainda convocadas ocasionalmente, para debater e deliberar sobre questões consideradas importantes e de interesse geral. A rotina das seções, contudo, era a de discutir e deliberar sobre as ações que diziam respeito à seção nas reuniões periódicas da diretoria. [75]

Outro orgão da AECB é o Conselho Nacional da AECB (1948), é formado por delegados, que são eleitos por representantes de todas as seções presentes nas Convenções Nacionais. As Convenções Nacionais são eventos que ocorrem a cada dois anos, onde são debatidas propostas elaboradas em forma de tese e defendidas pelos delegados. Caso sejam aprovadas as proposições constituirão a política a ser seguida pelas sessenta e uma seções existentes por todo o país.[76]

3.3.2 A Associação Paranaense – Legião Paranaense do Expedicionário

No caso do Paraná, alguns meses após a fundação da AECB, iniciou em Curitiba o movimento em prol da organização de uma associação de ex-combatentes. Movidos como os demais expedicionários, pelas dificuldades de reinserção à vida civil, necessidades de assistência econômica e social somaram-se aos vínculos de camaradagem desenvolvidos no outro campo de batalha levaram a os paranaenses fundarem a seção do Paraná. Em 12 de janeiro 1946, reuniram-se,

---

[75] REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba, nov. 1953.
[76] FERRAZ, F.C.A . **A guerra que não acabou...,** op.cit., p. 251-268.

em um quarto de pensão na Rua do Rosário nº 195 do expedicionário Albor Pimpão, um grupo de ex-combatentes paranaenses para estudar a fundação de um núcleo da Associação de Ex-Combatentes da seção do Paraná dentre eles: o soldado Albor Pimpão, o 1º Tenente Felipe Aristides Simão, 1º Tenente Mário Montanha Teixeira.[77]

Como já vimos anteriormente, tornou-se praxe da AECB, os membros da diretorias visitarem os estados do país, realizando reuniões com o intuito de auxiliar a organização das seções estaduais, como foi o caso do Paraná, em pesquisa realizada junto ao Arquivo Público do Paraná, encontramos o dossiê do DEOPS,[78] o qual menciona que no dia 11 de janeiro de 1946, encontrava-se em Curitiba o ex-combatente da FEB Carlos Scliar, membro da Associação de Ex-combatente do Rio Grande do Sul e do Partido Comunista, para participar da elaboração da seção paranaense de ex-combatentes. Os relatórios informam ainda que foram designados pelo DEOPS dois agentes para participarem da reunião: Wilson Sella e Adão Cardoso. Os relatórios e correspondências entre 11/01/1946 a 29/04/1946, reafirmam o caráter de amparo mútuo da associação, frisando que os expedicionários não seguiam regime político-partidário.

Em relação a presença da policia política – DEOPS, desde a sua primeira reunião revela a permanência do caráter autoritário, e a acentuada representação anticomunista por parte do Estado, nas exigências feitas aos membros da associação, de em toda reunião que realizassem estivesse sempre presente um agente do DEOPS, e que a cada reunião marcada ela deveria ser anunciada nos jornais da cidade. A representação anticomunista, evidencia-se no discurso dos agentes da policia política , cuja opinião que importava era considerar a difusão oral de qualquer debate, pois, na sua opinião as reuniões convertiam as pessoas menos esclarecidas e indecisas, transformando-as em divulgadoras dos ideais subversivos, ou em outras palavras reprodutoras de uma nova cultura falada, que sob sua ótica, deveria ser impedida. Segundo Ansart é por intermédio do debate e do aliciamento verbal, que se difunde um imaginário vivo, eficaz e irredutível, envolvendo cada

[77] Felipe Aristides - proprietário da gráfica A Imprensa; Mário Montanha – advogado e professor de Direito. Ambos pertencem a famílias tradicionais da sociedade paranaense, com uma boa situação sócio econômica para os padrões da época.

[78] ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – DOPS. – Delegacia de Ordem Política e Social - Dossiê: Associação dos Ex-Combatentes da FEB. N.º 0072; Caixa 10; período – 1946.

participante nos seus próprios instrumentos culturais, permitindo dessa forma a sua afirmação pessoal no interior do grupo. [79]

Ao mesmo tempo, no período analisado, o anticomunismo pensado como um conjunto de idéias, representações e práticas e enquanto fenômeno de ocorrência mundial, constituía-se em um sentimento difundido entre os liberais ou conservadores da sociedade. Contudo os movimentos sociais que a partir de 1943, pelo clima de efervescência reformista, atuaram com eficiência na mobilização do medo da desintegração do todo social e da quebra da hierarquia e dos privilégios estabelecidos, os soldados da FEB foram enquadrados sob esta perspectiva, afinal haviam lutado em uma guerra, assimilado valores democráticos e agora partiam para a organização de suas instituições baseados em sua experiências, não deixaram de serem um perigo a ser controlado.

A reunião, promovida pelo expedicionário Albor Pimpão Ferreira, em 12/01/1946 traçou os seguintes propósitos: partindo sempre do pressuposto de que os expedicionários se manteriam sem qualquer credo político-partidário, buscando preservar a união dos ex-combatentes da FEB que lutaram nos campos da Itália e procurariam a integração entre os veteranos das demais força da Terra, Mar e Ar. Dentre os propósitos do primeiro grupo paranaense estavam: preparar seus associados para uma ocupação que lhes garantissem subsistência e proporcionar a todos os seus associados uma assistência médica integral. Sua preocupação igualmente era zelar pela educação cultural dos expedicionários abrangendo, caso fosse possível, suas respectivas famílias. Assim foram lançadas as bases da fundação da LPE, garantindo sua instituição jurídica.

Os encontros e reuniões dos ex–combatentes durante os primeiros tempos da associação aconteciam em ambientes informais como os cafés e confeitarias. Pouco a pouco o grupo de expedicionários vai ganhando adesões de outros ex–combatentes, empresários, intelectuais e de pessoas da sociedade em geral, criando a necessidade de um local adequado para que pudessem desenvolver o seu trabalho.

Por falta de recursos financeiros, a associação de ex-combatentes paranaense contou com a colaboração de instituições, empresas e associações recreativas as quais cederam locais para a realização das suas reuniões de trabalho. A primeira sede foi na sociedade recreativa Britânia Esporte Clube, que cedeu salas

[79] ANSART, P. Ideologia, Conflit e podr, Rio de Janeiro. Zahar Editora,

para as reuniões. Posteriormente a direção da Legião Brasileira de Assistência, na Praça Tiradentes em Curitiba, cedeu um espaço. Igualmente a associação dos ex-integrantes do Tiro Rio Branco, o Circulo de Estudos Bandeirantes, local freqüentado por escritores, intelectuais, políticos e poetas, através do tenente Mário Montanha, que era poeta e convivia com a elite intelectual curitibana, abriu espaço para estabelecer relações entre a associação e este segmento da sociedade. Entre 1949-51 a associação funcionou em uma sala na praça Osório, onde permaneceram até a construção e término da sede própria, a Casa do Expedicionário (1951). [80]

Desde os primeiros momentos de suas atividades, a associação procurou atender às necessidades mais prementes dos seus afiliados, especialmente as reivindicações de interesses coletivos referentes a reintegração social e profissional e amparo aos ex-combatentes. Neste primeiro momento, ela foi percebida pelos associados mais como um local de atendimento de necessidades imediatas, do que um lugar de formulação de posicionamentos políticos.

Diariamente, dezenas de ex-combatentes recorriam a entidade, solicitando assistência e encaminhamento para atendimento médico-hospitalar. Os relatórios da associação confirmam que os casos de veteranos mais carentes eram encaminhados para ex-combatentes médicos que se dispunham a atender voluntariamente os companheiros de Campanha. Os casos mais graves e que necessitavam de atendimento hospitalar eram encaminhados para o Hospital Militar, Santa Casa de Misericórdia, e Asilos Nossa Senhora da Luz e Bom Retiro, Sanatório São Sebastião da Lapa. Na maioria dos casos, os ex-combatentes foram internados nestas instituições como indigentes por falta de recursos.[81]

A cada dia aumentava o número de expedicionários que se dirigiam à associação em busca de amparo. No relatório do biênio 47-48, são mencionados os auxílios em dinheiro para compra de remédios, intervenções cirúrgicas, hospitalização, tratamento, roupas, funerais e alimentos a 58 expedicionários doentes e sem recursos. Da mesma forma, aqueles que careciam de assessoria jurídica, eram atendidos por ex-combatentes advogados. A associação também informava sobre oportunidades de empregos no setor público e na iniciativa privada – consta no relatório que foram atendidos e solucionados 168 pedidos de empregos. Desta maneira, a associação procurava, ao mesmo tempo, lutar por conquistas

[80] RELATÓRIO –BIENIO 1947-48 –1ª Diretoria da LPE.
[81] Idem.

coletivas, sem descuidar do atendimento diário de problemas dos expedicionários carentes de assistência.[82]

3.3.3 A Atuação Política da LPE

Na concepção dos ex-combatentes, o que define a associação como um espaço *sem características políticas*[83] foi (e ainda é) o fato de serem as associações formadas por um grupo de pessoas que em nome de valores como democracia versus totalitarismo colocaram suas vidas em risco e à disposição de uma nação. Ou seja, as representações sociais que circulavam na associação eram fruto de uma determinada interpretação do seu papel social – "guardiões da democracia ".

As tensões sociais e políticas em função da representação do anticomunismo espalhadas na sociedade e direcionadas ao grupo de ex-combatentes serviram como um meio de auto defesa, um dispositivo de proteção e de repressão acionado pelos ex-combatentes que se sentiam agredidos em seus direitos e estruturas caso se envolvesse em alguma atividade político-partidária de esquerda.[84]

A efervescência política pela redemocratização do país refletem no interior das entidades que faziam parte da AECB. Durante o primeiro encontro nacional, em 15 de novembro de 1946, as discordâncias políticas acabaram levantando questões sobre a orientação política seguida pela AECB. Por serem contrárias à linha política adotada pela Associação Nacional, seis estados afastam-se da AECB: Paraná, Minas Gerais , Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e São Paulo.

A noticia do rompimento com AECB foi mencionada pela imprensa de todo o pais. O fato encontrou grande repercussão nos jornais da capital federal. Constam em suas páginas que a seção do Paraná abandonou o local de reunião por não concordar com as atividades político-partidárias da associação nacional como também de outras seções estaduais. Declararam-se contrários ao envolvimento dos ex-combatentes com o Partido Comunista, precisamente pelo fato do presidente da AECB Pedro Sampaio Lacerda, ser afiliado ao PCB e candidato a vereador pelo partido. Em carta de repúdio ao povo brasileiro, além das considerações já citadas,

---

[82] REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba: 1948.
[83] grifo meu.
[84] BACZKO, B. "Imaginário Social". In: **Enciclopédia Enaudi.** (Antropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983.p. 299

os representantes paranaenses enfatizaram a necessidade de manter-se o caráter apolítico nas associações e comunicou seu desligamento. [85]

A questão do processo de politização das associações transformou-se na "maldição", assunto de acusação aos ex-expedicionários de esquerda. A grande maioria dos ex-combatentes, fortemente influenciados pelo discurso anticomunista, queriam ver a politica-partidária fora das associações. Para eles, as discussões políticas eram diretamente responsáveis pela desagregação dos companheiros na "luta pela democracia", pois temiam que os expedicionários que um dia combateram juntos contra o totalitarismo, traíssem os valores democráticos da nação. Apesar dos estatutos das associações não permitirem atitudes por parte dos associados que, de alguma maneira, pudessem ser interpretados como viés político-partidário, a política sempre esteve presente, seja de uma forma aberta ou velada nas associações.

Havia pelo menos duas propostas diferentes para as práticas públicas das associações. Uma, de esquerda mais contestadora e que propunha ir além de reclamar dos problemas específicos dos ex-combatentes, ao mesmo tempo que associava os problemas nacionais aos dos expedicionários. Suas relações com as autoridades governamentais, tanto federal quanto estadual e municipal, eram tensas, não apenas por cobrar seus direitos e não esperar por favores dos governantes mas, principalmente, porque suas práticas eram associadas com o comunismo pelas instituições nacionais. As reivindicações de expansão dos direitos políticos, sociais e civis que tivessem o apoio de grupos de esquerda, eram de imediato taxadas de comunistas ou subversivas e seus defensores acusados de "inocentes úteis" na melhor hipótese e na pior de estarem a "soldo de Moscou". [86]

Outra característica foi o número de expedicionários militantes ou simpatizantes do PCB na organização de algumas das associações como a AECB, a seção do Rio Grande do Sul, de São Paulo dentre outras. Habituados aos trabalhos de organização sindical e associativa, esses militantes ocupavam posições nas diretorias das seções e, posteriormente, no Conselho Nacional. No início das associações, seus membros de esquerda, filiados ou não ao PCB eram os mais entusiasmados. Alguns veteranos militantes comunistas acabaram estendendo suas

---

[85] RELATÓRIO das atividades da 1ª Diretoria da LPE- período 18/03/47 a 18/03/48. REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba, nov/1953, p. 45-47.

[86] MOTTA, R.P.S. **Em Guarda contra o perigo vermelho.** O anticomunismo no Brasil (1917-1964}.São Paulo: Perspectiva, 2002. FERRAZ. F C A. **A Guerra que não acabou...,** op.cit., p. 275-282.

atividades partidárias às associações, liderando debates políticos e fazendo propostas de ações públicas mais incisivas com relação aos problemas enfrentados pelos ex-combatentes e se pronunciando sobre a situação política nacional.[87]

As atividades político partidárias de esquerda não foi bem visto e aceito pelos grupos mais conservadores, como no caso da associação paranaense, onde a grande maioria do quadro associativo e sua liderança resistiam incorporar outros objetivos em seus pronunciamentos públicos que não fossem rigorosamente os problemas dos ex-combatentes. Procuravam manter um bom relacionamento com as autoridades civis e militares, a fim de conseguir, sem muitos confrontos e mobilizações, as reivindicações almejadas. Sempre consideraram que os direitos dos ex-combatentes deveriam ser mantidos e defendidos, mas sem a necessidade de mobilizar politicamente os membros da associação.

Desde sua fundação, a LPE evidenciou o caráter conservador da associação que irá se acentuar no início da década de 50, com a ocupação da presidência das diretorias por oficiais militares da ativa dentre eles: Coronel José Antonio Machado Lopes presidente no biênio 1949/50; Coronel Hugo Panasco Alvim 1950/51, Tenente–Coronel Lourival Campelo 1951/52; e o General de Brigada Jayme Araújo dos Santos 1952/55. A participação destes militares da ativa foi consensual pela maioria dos associados. A justificativa por parte do grupo que liderava a LPE e os motivos que levaram os febianos paranaenses a elegerem como seus representantes os militares da ativa, segundo a documentação do período, foi ter à frente da diretoria uma voz que seria ouvida, e por isto possibilitaria acesso aos "canais de poderes públicos, suas reivindicações seriam aceitas e processos acelerados. [88]

Este discurso expressa as representações do imaginário coletivo que perpassava por toda a sociedade paranaense: o desejo de segurança e os sonhos de um passado idealizado, institucionalizado e oficializado. No imaginário dos ex-combatentes, particularmente quando elegeram Machado Lopes para a presidência da LPE, vem à tona a imagem do líder, do combatente que enfrentou o nazismo e libertou os povos de sua opressão. Os expedicionários acreditavam que o seu poder vinha do apoio implícito das instituições – governo Federal e Exército, e que ambos lhes dariam suporte político, militar e moral.

---

[87] REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO, Curitiba, mar. de 1948, pg. 22
[88] REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO, Curitiba, dez. 1953 / jan. 1954.

As imagens vitoriosas de suas ações frente ao 9º Batalhão de Engenharia de Combate foram disseminadas entre os ex-combatentes e a sociedade paranaense, aparecendo como elemento fundamental para a construção da imagem do Coronel (como todos os ex-combatentes paranaenses o chamam) como o 'grande guia, protetor, dotado de qualidades e poderes dando sentido à historia' [89], consolidando assim a função essencial ao herói Salvador.[90]

Segundo Girardt, ao recorrer a um protetor, no caso os oficiais da ativa, ocorre no grupo de expedicionários algo como a substituição da autoridade paterna. Neste pai, que buscaram e revelaram, depositaram os sentimentos de veneração e respeito, concedendo-lhe o poder de orientá-los pelos caminhos do futuro, pois a ele caberia o "encargo de restaurar a confiança, de restabelecer a segurança comprometida ... o cuidado primordial de garantir a perpetuação da comunidade da qual carrega doravante a responsabilidade."[91]

No imaginário do ex-combatentes, os militares da ativa estão representado por esse pai que transmite aos filhos os conhecimentos e experiências vividas, abrindo-lhes as portas, libertando-os da dor do esquecimento e isolamento, construindo o seu lugar de memória: "o passado de ordem e glória, que se viu conclamado a socorrer um presente de confusão e derrota".[92]

Para Ferraz, que estuda a associação paulista, se compararmos à LPE perceberemos o mesmo discurso, a opção por uma política conservadora e a opção de uma diretoria formada por oficiais da ativa é fruto da percepção dos próprios ex-combatentes que se viram como um grupo numericamente inferior politicamente. E que sua inferioridade numérica era uma das impossibilidade em reivindicar e ter seus direitos conquistados numa estrutura política e culturalmente dependente organicamente do Estado e dos seus representantes.[93]

De volta à Curitiba, agora desligada da associação nacional, o grupo que estava a frente da associação convocou uma reunião extraordinária em 18 de março de 1947 no Circulo Bandeirantes e por aclamação elegeram a primeira diretoria da associação.[94] Com o consenso de todos os membros, mudam o nome da

---

[89] BACZKO, B. "*Imaginário Social*"..., op.cit., p 330
[90] GIRARDT, **Mitos e Mitologias,** op.cit., 91-93, 188.
[91] Ibid, p. 90-91
[92] Ibid, p. 74
[93] FERRAZ. F C A. **A Guerra que não acabou**..., op.cit., p. 289-293.
[94]Primeira Diretoria da LPE - Presidente Felipe Aristides Simão, 1º Tenente; vice-presidente José Machuca, 2º tenente; Secretário Geral Mário Montanha, 1º tenente; Tesoureiro João Trela 1º

associação para Legião Paranaense do Expedicionário – LPE, e instituem-se juridicamente aprovando o Estatuto[95] que vai reger a entidade confirmando a sua autonomia. O discurso abaixo mostra a postura dos ex-combatentes da LPE.

> foram os acontecimentos que determinaram uma nova reunião...já não se tratava mais da mágoa coletiva dos veteranos, face a incompreensão de tantos e a insinceridade de muitos e a propósitos escusos de outros. É que, por vezes os ataques aos veteranos eram frontais; os próprios amigos erguiam o véu da desconfiança....os ex-combatentes não passavam de inconformados.... eram todos transviados, queriam todos arregimentar-se politicamente, e quem sabe? sob bandeira alienígena. Urgia, pois, que eles tomassem uma atitude decisiva, que mostrassem ao povo quem eram eles de fato e a pureza de seus intentos.....Eis como nascia a Legião do Expedicionário do Paraná , com um gesto de pura coragem, de puro civismo, de pura franqueza, lembrando bem outros nobres gestos coletivos que passam à história. Ao final da reunião reafirmaram as finalidade da nova instituição,...ficara bem patente que não haveria lugar para debates políticos, nem religiosos, nem filosóficos; crença, convicção e credos seriam respeitados, mas não discutidos.[96]

Implica aqui atentar para o fato da LPE ao deixar voluntariamente de fazer parte da AECB pressupôs uma nova identidade social para o grupo de ex-combatentes *apolíticos.* Vinculando os argumentos utilizados à repressão por parte das instituições governamentais sobre o PCB, os expedicionários buscaram princípios que os capacitassem a identificar os problemas individuais ou na vida privada de seus associados, no entanto a defesa de seus ideais foram constantemente voltados para a vida pública.

A partir de 1947 com a associação já organizada os ex-combatentes e as suas entidades começam a reivindicar com mais ênfase junto as instituições governamentais leis de amparo e assistência. Torna-se perceptível que estes não se sentem como “cidadãos” participantes. A conseqüência dessa situação foi a entrada nas arenas decisórias através da competição político partidária.

Para os ex-combatentes mais e mais torna-se evidente a necessidade de conseguirem representação política em torno da causa febiana. Assim, as alianças com os poderes públicos foram sendo estabelecidos e a participação de alguns

---

tenente, depois Afonso Carsten, 1º tenente, depois Ítalo Anderson 1º tenente; Secretário de Finanças Thomaz Walter Iwersen, 1º tenente; Secretario de Assistência Ítalo Conti, Capitão; Secretário de Intercâmbio e Cultura João Borges do Amaral, 1º tenente; Secretário de Propaganda e Publicidade Nelson Justus, 1º tenente; Secretário de Recreação e Esportes Adelio Conti 1º tenente; depois Namur Paraná – cabo. Suplentes João Manoel de Faria Filho, 1º tenente; Thadeo Sobocinsk, 1º tenente; Albor Ferreira Pimpão, soldado ; Oswaldo C. Mueller . Fonte: Revista do Expedicionário**.** Curitiba, mar. 1948. Vale observar que as patentes citadas referem-se ao posto ocupado na FEB.

[95] Registro no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, à folhas 129 do livro 2 de Registro de Pessoas Jurídicas, sob nº de ordem 326, e com data de 24 de abril de 1947. VIDE - ANEXO

[96] REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO**.** Curitiba, nov. 1953, p. 44,

febianos em cargos do governo estadual começam a aproximar o grupo de seus objetivos. Neste mesmo ano, 1947, ingressam no processo eleitoral estadual lançam e elegem José Machuca como deputado estadual pelo PTB. O ex-combatente, advogado, vice-presidente Estadual do PTB, como deputado constituinte assume como 2º secretário da Mesa Executiva, torna-se um expoente da LPE no meio político[97]. Autor da lei da doação do terreno para a construção da Casa do Expedicionário e a declaração da entidade como de Utilidade Pública pela Assembléia Legislativa Estadual, este ato passa a contar do próprio texto da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 12 de junho de 1947.[98]

A LPE também contou como representante no quadro político paranaense com Mário Montanha Teixeira, que se elegeu suplente de deputado federal pela UDN[99] em 1954 e, novamente em 1958 pelo PRP[100] de Plínio Salgado. E em 1966 elegeu-se deputado federal Agostinho José Rodrigues pela ARENA.[101] Cumpre destacar que o ex-combatente Agostinho Rodrigues foi Comandante da Guarda Civil, Secretário de Segurança, deputado estadual e federal por várias legislaturas, Governador de Estado interino, membro da Academia Paranaense de Letras, autor de vários livros sobre a FEB, considerado como historiador oficioso da LPE.[102]

O envolvimento político dos ex-combatentes na criação de leis de benefícios aos febianos de forma geral tanto na esfera municipal, estadual quanto federal é

---

[97] Em 1951 reelege-se como suplente de Deputado e alinha-se ao governo Bento Munhoz, enquanto esteve no legislativo torna-se líder da bancada. Dentre seus projetos aprovados estão o da estrada que liga Cacatu a Antonina , reabertura das atividades portuárias do Barão de Teffé (Porto de Antonina). A convite do governador assume a Diretoria Geral do Departamento Estadual de Compras do Estado do Paraná, exonerou-se em 1953 assume novamente como deputado. E como Assistente da Cadeira de Ralações Humanas do Curso de Legislação Sindical e o Trabalho do Estado. Como Advogado atuou não só em Curitiba como também em São José dos Pinhais e Araucária, e por longo período foi Procurador Autárquico do IPASE.

[98] RELATÓRIO das atividades da 1ª Diretoria da LPE- período 18/03/47 a 18/03/48; AMARAL, M.C. **O Museu...,** op.cit., p. 29-39

[99] UDN- União Democrática Nacional; PARANÁ, Secretaria da Cultura do Estado- Museu do Expedicionário- Legião Paranaense do Expedicionário.' Uma Vida , uma História". Agostinho José Rodrigues. s.d.

[100]PRP- Partido de Representação Popular; PARANÁ, Secretaria da Cultura do Estado- Museu do Expedicionário- Legião Paranaense do Expedicionário.' Uma Vida , uma História". Mário Montanha Teixeira. s.d.

[101] ARENA- Aliança Renovadora Nacional.

[102] O sucesso na aprovação de leis que privilegiaram os expedicionários e possibilitaram a arrancada para a construção de uma casa sede para a instituição. Foi de autoria do deputado José Machuca a lei de doação do terreno para a construção da sede da entidade bem como o dispositivo de lei que considerou a associação como de Utilidade Pública, determinando que após vinte e cinco anos a Casa do Expedicionário, deveria ser transformada em escola pública, ao mesmo tempo que atribuiu ao governo do Estado o compromisso de cooperar com um quarto das despesas necessária para a construção do prédio, sendo que essa lei passou a fazer parte da Constituição Estadual

significativa, no final dos anos 40 e início de 50. No caso dos políticos paranaenses as leis reivindicadas por eles, procuravam beneficiar e resolver situações sócio-econômicas como por exemplo: a lei aprovada pelo governador Moyses Lupion que determinava a incorporação de ex-combatentes à cargos públicos, ou ainda a lei de isenção de impostos de transmissão de imóvel adquirido por febianos durante um período de quinze anos, e a lei municipal que autorizou a doação de área de terreno no bairro de Santa Quitéria, para construção de casa populares, destinadas aos ex-combatentes que não tivessem possibilidade de adquirir de outra forma.

Outra lei que fez parte do rol de leis defendidas pelo expedicionário Agostinho Rodrigues junto ao então Ministro da Agricultura Bento Munhoz da Rocha, considerado pela associação como um dos seus grandes colaboradores, foi de doação de terras, estabelecimento de financiamento e aos ex-combatentes a qual foi sancionada. Cabe destacar a lei que concedeu pensão mensal de mil cruzeiros às viúvas e filhos menores dos expedicionários paranaenses não amparados por lei federal, teve grande repercussão junto as autoridades federais.[103]

Há de se considerar que a projeção dos paranaenses na área legislativa, através de aprovações de leis que beneficiaram não apenas o grupo local, mas estendia-se através da legislação federal a todos os ex-combatentes, estabelecendo assim a base para a relação de poder do grupo junto às instituições públicas e privadas, além de obter benefícios materiais alcançam seu objetivo maior a construção, transmissão e manutenção da sua memória, através do apoio político, a conquista da credibilidade junto às autoridades civis, militares legitimou o grupo e a instituição diante da sociedade. E a manutenção destas conquistas irá se traduzir na construção de um monumento: a Casa do Expedicionário e a inserção na memória coletiva da sociedade.

Nas atividades culturais desenvolvidas pela LPE chama a atenção pelo projeto na área educacional a Escola de Alfabetização de Adultos. A justificativa do projeto foi o do desejo de cooperar com a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, promovida pelo Ministério da Educação. Com essa finalidade a diretoria da LPE instalou em sua sede um Curso Noturno de Alfabetização. O projeto ficou à cargo do expedicionário Sebastião Carneiro de Campos, ex-professor primário, e

---

MELLO, J. L. R. **A Legislação...,** op.cit., p.351; REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba, nov. 1953, p. 47-51.

[103] MELLO, J. L. R. **A Legislação...,** op.cit., p. 353.

sob a orientação da Diretoria da LPE. As aulas iniciaram em 8 de outubro de 1947e foram ministradas de segunda a sexta-feira das 20 às 22 horas, contou com 13 alunos. Cabe ressaltar que o curso foi aberto as pessoas da comunidade que tivessem interesse em participar, pois para a direção: "o intuito da LPE é colaborar na emancipação do povo brasileiro, libertando da cegueira intelectual todos aqueles que se debatem nas trevas do analfabetismo".[104]

Fez parte dessas atividades culturais a criação do jornal "O Expedicionário", tinha como finalidade manter os associados e demais pessoas da comunidade informados sobre as atividades e realizações da LPE e basicamente divulgar as ações e feitos da FEB. Foi criado em 27 agosto de 1947, de caráter oficioso, seu primeiro número continha 12 páginas e foram impressos 2 mil exemplares distribuídos gratuitamente entre os afiliados da instituição e a sociedade.[105]. O jornal foi responsabilidade da direção da Secretaria de Intercâmbio e Cultura.

A partir do segundo semestre de 1947 várias atividades culturais em parceria com associações recreativas e culturais foram apresentadas á comunidade curitibana. Dentre essas atividade destacaram-se os festivais. Em julho, no Clube Concórdia o Concerto da cantora Nadir Figueiredo. No mês de agosto no Cine-Teatro Avenida a *avant-premier* do filme "Os melhores anos de minha vida", patrocinado pela primeira dama do Estado a Sr. Hermínia Lupion, sendo grande sucesso de renda. E no mês de outubro, novamente no Clube Concórdia em parceria com o Instituto de Música do Paraná "Menssing", realizou-se um Festival de Artes. Todas essas atividades tiveram a finalidade de arrecadar fundos em benefício dos ex-combatentes bem como para a construção da casa sede da LPE.[106]

3.4 A CASA DO EXPEDICIONÁRIO

As relações sociais e políticas entre o grupo de ex-combatentes as autoridades do governo, a instituição militar e com a sociedade foram se transformando. Se a princípio a imagem do ex-combatente estava ligado a um estado patológico (neurose, alcoolismo) ao abandono e à marginalização com o

---

[104] **RELATÓRIO** das atividades da 1ª Diretoria da LPE- período 18/03/47 a 18/03/48. AMARAL, M. **O Museu ...,** op.cit., p. 39-74.

[105] Foram produzidas apenas cinco edições por falta de recursos financeiros: 18 de setembro –12 p. e 500 exemplares; 14 de outubro – 8 p.1000 exemplares, 15 de novembro – 6 p. 500 exemplares; 03 fevereiro de 1948- 8 p. , 500 exemplares

correr do tempo essa concepção acaba se modificando. Num primeiro momento todos estiveram interessados nas “histórias de guerra” e em poucos meses a sociedade foi se desinteressando e as histórias foram diluindo no dia a dia.

Não obstante, os ex-combatentes estavam dispostos a inserir a memória de guerra na memória social, através da mobilização da sociedade civil e autoridades governamentais, ou seja, para construir e manter sua memória significava estender à elaboração [da memória] as pessoas comuns que simpatizavam com a causa do expedicionário, bem como as personalidades sociais e autoridades políticas. Talvez esteja aqui a explicação para o fato de auto nomearem-se apolíticos, uma postura de não comprometimento com o discurso político, segundo eles, o discurso construído pela associação era exclusivamente voltado para o beneficio da LPE e de seu associado.[107]

Entre 1947-48 o projeto para a construção da sede da LPE tornou-se o objetivo principal dos expedicionários. Pela imprensa e pelo rádio se manifestaram a elite intelectual curitibana Plácido e Silva, Walfrido Piloto e Romário Martins, com palavras ardorosas e entusiastas, com artigos eloqüentes e cívicos colocam a construção da sede da LPE obrigatoriamente como a ordem do dia da sociedade curitibana e paranaense[108]

Inicialmente o grupo optou por lançar a campanha para arrecadação de fundos através da imprensa. O meio de comunicação convidado a participar das reuniões foi o jornal *Gazeta do Povo,* através do ex-combatente Nelson Justus cuja amizade com Plácido e Silva diretor do jornal tornou possível esta parceria*,* garantindo também a confiabilidade do grupo junto a população e ao governo do Estado, promovendo os ex-combatentes diante da opinião pública e consequentemente, possibilitando o apoio financeiro que a associação pudesse reivindicar junto a população e autoridades para a construção da sede própria.

As campanhas de arrecadação de fundos para a entidade foram feitas através de um leque de atividades, e contando com a participação das elites curitibanas, como: festas, jogos de futebol, bailes, quermesses, churrascadas, *avant-premier*, ampliando as relações sociais e os laços de solidariedade junto a comunidade Posteriormente ampliam a arrecadação para as Sub-sedes do interior, e para a

---

106 Relatórios –biênio 1947-48,1949-51.
107 Idem
108 Idem

ampliação do quadro associados. O auxílio mais representativo foi obtido através de instituições particulares, de campanhas entre a população, de sócio-cooperador e incluindo a participação da elite social curitibana.[109]

A cooptação de novos sócios para a LPE foi baseada no discurso paranista, a representação de uma identidade social única para o paranaense, construída sob um código de comportamento relacionado à construção e desenvolvimento do Estado. Enquanto paranaense o veterano da FEB era "trabalhador", "empreendedor", "ordeiro", "orgulhoso" e "orgulho" de seu Estado, integrado nos usos e costumes e nas tradições da gente paranaense. Para Baczko, o controle do imaginário social por parte de um grupo, bem como seus meios de reprodução e manejo , asseguram em grau variável, uma real influência sobre o comportamento e atividades individuais e coletivas, permitindo obter resultados práticos desejados.[110]

O primeiro passo rumo a construção da sede foi em 1948, decretada pela Câmara Municipal de Curitiba e sancionada pelo Prefeito Municipal a lei n.º 23 de 22 de março de 1948, em seu artigo 2º autoriza ao Poder Executivo a doar uma área de terreno na Praça do Expedicionário para a construção da Casa do Expedicionário.[111] O governo do Estado por ocasião da fundação da Legião e até a construção da casa, colaborou de forma modesta, segundo relatórios das diretorias e na matérias encontrados na Revista do Expedicionário entre 1948/54. Foi através do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Art. 18 reconhecido pela Assembléia Legislativa promulgado em 12/01/1947 que assegurou à Casa do Expedicionário, a contribuição pelo Governo do Estado, com um quarto, no mínimo, de seu valor.[112] A partir desta data a Legião Paranaense do Expedicionário passou a ser considerada "utilidade pública" e a casa como "monumento histórico", através do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Art. 19, da Constituição do Estado do Paraná de 1947.

Nos primeiros anos de funcionamento da LPE foi grande a afluência de associados, principalmente com a ampliação das leis de amparo. A LPE em 1948 contava com 2.688 sócios, dos quais apenas 478 pagavam regularmente as mensalidades o que vai acarretar dificuldades financeiras e a comprovação que a

---

[109] Idem
[109] Idem
[109] Idem
[110] BACZKO, B. "Imaginação Social'..., op.cit., p. 312.
[111] REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO, março de 1948, p. 25.

maioria dos ex-combatentes procuravam associar-se as entidades para que estas os orientassem, lutassem por seus direitos, assistissem financeiramente ou lhes arrumassem emprego.[113]

A construção da Casa do Expedicionário vai mobilizar politicamente toda a diretoria e associados da LPE. A partir de 1949, deixando de lado o idealismo, os ex-combatentes paranaense viram que só conseguiriam concretizar seu projeto de construir a sede da LPE através de acordo e influência políticas. Buscam na pessoa do Coronel Machado Lopes, então presidente da Rede Ferroviária Paraná - Santa Catarina o apoio e alicerce para concretizar seu objetivo final.

A presença de Machado Lopes na presidência da LPE a partir de 1949 foi peça fundamental. Entre a data que o coronel assume a presidência e a edificação do prédio foram pouco mais de dois anos. Envolvido diretamente na campanha e arrecadação de fundos Machado Lopes passou a contar com o apoio das autoridades políticas, sendo seu prestígio pessoal a tônica do crescimento da instituição no campo político.

A sua área de atuação e influência não se restringiu apenas à capital, as cidades do interior do Estado foram conclamadas para que aderissem a campanha de arrecadação e apoio. O seu discurso sobre o caráter filantrópico da entidade traria benefícios à toda sociedade paranaense, garantindo a credibilidade do grupo expedicionário junto sociedade e as instituições.

Ao utilizar a imprensa, o jornal Gazeta do Povo foi o grande porta voz da LPE neste momento Machado Lopes não informou apenas o andamento da construção da sede da LPE, como transformou a intensa propaganda pelos meios de comunicação num instrumento de poder na pressão política sobre o governo do Estado em busca de colaboração para a associação.

Outra figura do cenário político nacional foi o General Cordeiro de Farias, nesse período foi designado comandante da 5ª Região Militar. Ao afiliar-se a entidade paranaense proporcionou ao grupo de ex-combatentes legitimação, pois fora comandante da Artilharia da FEB, agora um dos ex-combatentes em busca de direitos como os demais “companheiros”, um “amigo”, que segundo GIRARDT[114], os dispositivos simbólicos cria uma certa identidade e reconhecimento de valores e

---

[112] MELLO, J. L. R **A Legislação...,** op.cit., p..

[113] REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO, Curitiba, mar. de 1948 / nov. de 1953; RELATÓRIOS Bienais- 1948/1954.

[114] GIRARDT, R. **Mitos e Mitologias...,** op.cit., p.74.

qualidade, um modelo exemplar que legitima a sua autoridade, reconhecida pelo grupo como instrumento de restruturação e reabilitação tanto pessoal como coletiva.[115]

A LPE foi a exceção entre as associações, por contar, entre seus primeiros dirigentes, com profissionais liberais, pequenos empresários e militares de carreira. Para se traçar a características dos pessoas que vão fazer parte da associação paranaense e melhor compreender sua formação, constituição e atitude tomamos uma amostra entre 1946-51. O conjunto de dados, apesar de lacunares, oferecem sobre a evolução das afiliações, o perfil geral dos associados e dos seus fundadores.

Em anexo constam os quadro de cinco diretorias entre os anos de 1946-51, neles foi possível traçar um perfil da diretoria da LPE. Como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Perfil da diretoria- posto e graduação

	Tenente. coronel	Coronel	Capitão	1º tnt	2º tnt	1ºsgt.	2ºsgt	3ºsgt	Cabo	Soldado
1ª Dir.	–	–	01	11	01	–	–	–	01	01
2ª Dir.	-	-	01	12	01	-	-	02	03	-
3ª Dir.	-	01	01	07	01	-	05	-	01	-
4ª Dir.	01	02	01	08	04	-	01	04	01	-
5ª Dir.	01	-	01	06	03	01	01	03	02	-

A primeira diretoria da LPE foi composta pelo seu grupo fundador. Nos cargos ocupados predominou a oficialidade, o único soldado, nesta e nas demais diretorias foi o ex-combatente Albor Pimpão, que como já vimos anteriormente, foi quem cedeu o seu quarto para a realização da primeira reunião com a finalidade de fundar a associação. O soldado Albor Pimpão aparece essa única vez como suplente e em nenhum dos outros quadros diretores da casa foi encontrado o seu nome. Nem dele e de nenhum outro soldado. A justificativa para tal composição talvez esteja na própria hierarquia militar ocupada durante a guerra, os tenentes tomaram para si a

[115] RELATÓRIOS BIENAIS – 1948-1954; AMARAL, M. C. **O Museu...,** op.cit., p.74-93

tarefa de conduzir o grupo. Ou ainda, como sabemos, o Paraná contribuiu com pouquíssimos oficias de alta patente.

QUADRO 2 – Paranaenses que participaram da FEB/FAB –Posto de Graduação –

Posto e Graduação	Ativa	Reserva	FAB	R1	R2
Tenente Coronel	01	-	-	-	-
Major	02	01	-	-	-
Capitães	09	-	01	-	-
1º s Tenentes	08	-	01	-	15
2º s Tenentes	09	06	-	03	-
Sub-Tenente	01	-	-	-	-
1º s Sargentos	09	-	-	-	-
2º s Sargentos	17	10	-	-	-
3º s Sargentos	48	-	-	-	-
Cabos	113	-	-	-	-
Soldados	1307	-	-	-	-
Enfermeiras	08	-	-	-	-
TOTAL	1532	17	02	03	15

Fonte: 2ª Grande Guerra Mundial – Contribuição do Paraná – Organizado pelo Diretor do Museu do Expedicionário - Rubens Kryzanovski -1983

A justificativa para compor a diretoria com membros da oficialidade de alta patente, foi poder contar com a influência e destaques dos mesmos nos círculos sociais e políticos estadual e federal. Podemos também concluir que a grande maioria do grupo que compôs a diretoria sempre participaram em combate na linha de frente, os Sacos A. Esse grupo irá manter o comando da Legião ainda por muitos anos.

Ao examinar o quadro da diretoria evidencia-se as relações de poder fundamentados na coesão social e esta por sua vez legitima as práticas políticas conservadoras, autoritárias com relação a manutenção da ordem e das estruturas sociais e das relações de poder estabelecida pelo grupo fundador da LPE, o qual faz parte da elite militar e social curitibana.

O fato da composição da diretoria privilegiar um grupo “eletizado” de homens, cria no imaginário social da coletividade uma certa representação de grupo, estabelece a distribuição de papeis e das posições sociais.[116] Ou seja, cabe aos oficiais da FEB, ontem traçando os planos na guerra para a vitória nas batalhas, hoje na direção da associação representando o grupo de soldados empenhados na vitória.

[116] BACZKO, B. *Imaginário Social,* op.cit, p. 309.

Uma outra questão que envolveu as associações foi quanto as profissões do paranaense, consequentemente seu grau de instrução.

PROFISSÕES

1º) Lavradores	628	16º) Datilógrafos	6
2º) Func. Públicos	184	17º) Fotógrafos	6
3º) Operários	140	18º)Pescadores	5
4º) Comerciários	126	19º) Dentistas	4
5º) Artifices	121	20º) Estudantes	4
6º) Militares	95	21º)Químicos indust.	4
7º) Pedreiros	95	22º)Capataz / fazenda	3
8º) Motoristas	92	23º) Radio telegrafistas	3
9º) Mecânicos	25	24º) Contadores	2
10º) Ferroviários	20	25º) Engenheiros	2
11º) Estivadores	14	26º) Farmacêuticos	2
12º) Pintores	11	27º) Médicos	2
13º) Enfermeiras	8	28º) Músicos	2
14º) Professores	7	29º) Viajantes	2
15º) Bancários	6	30º) Advogado	1
TOTAL			

Fonte: 2ª Grande Guerra Mundial – Contribuição do Paraná –

È possível afirmar que o perfil dos associados da LPE, é de uma grande maioria oriundos da zona rural os lavradores (628) com instrução primária compreendem cerca de 38,76%. Nas atividades da zona urbana cabe destacar uma grande maioria trabalhava em serviços do setor secundário (528), prevalecendo a instrução primária com 32,59%. As profissões com certa representatividade e instrução secundária (445) em torno de 27,46%. E os profissionais liberais concentram uma minoria (19), com grau de instrução superior. 1,19% dos associados.

Como é evidente no discurso dos expedicionário paranaenses e até mesmo em seu estatuto[117] a edificação da Casa do Expedicionária transcendia a preocupação e o compromisso em assistir a comunidade febiana paranaense, evidenciava-se dia a dia a intenção por um espaço onde a memória dos feitos dos expedicionários pudessem ser materializados.

Ao pensar a arquitetura do prédio que abrigaria a memória de guerra do febiano o grupo paranaense concebeu um monumento aos “heróis”, celebrizando e perpetuando a sua memória.[118] Para Le Goff “ o monumento possui dois sentidos:

[117] Art. 2º inciso d’- criar a “Casa do Ex-Combatente do Paraná” em Curitiba e em outras cidades, quando a sua situação financeira o permitir. Vide Estatuto em ANEXOS.

[118] BICHARA, R. Um primeiro olhar sobre o Museu e a Praça do Expedicionário. In: OLIVEIRA, D. & LINDSTRON, M. C. **O Museu e a Sala de Aula** – um espaço único de ensino – aprendizagem. Curitiba: outubro de 2001.

uma obra comemorativa de arquitetura (..) ou um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte."[119]

Figura 9 - Museu do Expedicionário – Fonte – Acervo do Museu do Expedicionário.

O projeto arquitetônico da Casa do Expedicionário foi escolhido através de um concurso, organizado no final de 1950. Foram cinco projetos que passaram pela avaliação dos membros da diretoria da LPE. O projeto vencedor foi do arquiteto Euro Brandão, engenheiro da Rede Viação Paraná Santa Catarina, e colaborador da entidade. Dentre os critérios estabelecidos pela diretoria estava o estilo clássico da arquitetura, possuir traços monumentais que refletissem a glória, os feitos a honra dos soldados que estiveram em combate.

[119] LE GOFF, J. Documento Monumento. In. **História e memória**. Campinas/São Paulo: UNICAMP, 1996, p. 535-569.

A máxima: “resistir ao tempo”, transcender as transformações na sociedade. Confirmada na noticia da *Gazeta do Povo :* “A casa do expedicionário, um monumento arquitetônico que orgulhara a nossa capital ... Os feitos da FEB, permanecerão vivos no coração das gerações vindouras. Ela perpetuará a gloria dos nossos heróis”.[120] A arquitetura monumental, eis como se define o edifício em honra aos ex-combatentes. A sua fachada é ornamentada com quatro colunas representando um arco do triunfo, simbolizando a honra e a vitória aos combatentes paranaenses. Fazem parte ainda no alto das laterais da fachada do prédio as inscrições: “Monte Castelo,” “Castelnuovo”, “Montese” e “Fornovo”, referendando as conquistas da FEB na campanha da Itália.

Figura 10 Fachada do Museu do Expedicionário – Fonte : Acervo do Museu do Expedicionário.

Também chamado de “Panteão dos Heroes” por constar de sua fachada a escultura em alto relevo dos combatentes em patrulha do escultor Humberto Cozzo, representa o memorial do herói. A escultura chama a atenção pela imponência e orgulho dos soldados, que apontam e tem o olhar voltado para frente.

Em sua parte interna a Casa foi projetada para guardar o acervo de peças e documentos referentes ao conflito. Segundo Rodrigo Bichara(2001) o que chama a

[120] GAZETA DO POVO, Curitiba, 15 de junho p.4, 1951. Acervo Hemeroteca Museu do

atenção na arquitetura é uma característica que a associa ao modernismo, as amplas janelas no sentido vertical, que priorizam a iluminação natural, igualmente no salão central do prédio que é circundado por dois pátios internos os quais possuem vãos no telhado proporcionado ao ambiente uma maior claridade. Para Bichara a luz natural, proporciona ao ambiente, uma amplidão, tornando-o harmônico e monumental, ao mesmo tempo rompe com a sensação de opressão causada pelo acervo de armas e peças utilizadas em combate, ou ainda pelas imagens das batalhas, como podemos observar na imagem abaixo.[121]

Figura 11- parte interna do museu Fonte: Acervo Museu do Expedicionário

A imprensa paranaense foi responsável em divulgar a noticia a toda a sociedade do beneficio a a Casa do Expedicionário traria ao seus associados.

> Contará a Casa do Expedicionário, com grande salão para conferências e comemorações, museu e biblioteca destinados exclusivamente a cultuar os feitos da FEB, Ambulatório médico e dentário. Instalações para a administração e para fins culturais e recreativos, além de dez

---

Expedicionário

[121] BICHARA, R. Um primeiro olhar..., op.cit. s.p

quartos perfeitamente mobiliados, que servirão para os expedicionários de todo o Brasil, em transito por nossa capital.[122]

A parte interna da casa tem no seu salão o espaço das interações sociais , seja com os "ilustres visitantes", seja para os encontros com o próprio grupo de ex-combatentes. A parte administrativa conta com a sala da diretoria, a tesouraria , o ambulatório odontológico e médico. No andar superior os quartos que abrigaram aqueles ex-combatentes do interior do Estado que procuravam a LPE em busca de assistência. Faz parte da planta superior o espaço criado para receber o museu Tenente Max Wolff Filho, que reuniu objetos doados pelos ex-combatentes e seus familiares.

Segundo Dennison Oliveira o museu foi um espaço pedagogicamente concebido para transmitir o cotidiano da guerra mas principalmente tornando cada visitante do museu um veículo de armazenamento e transmissão das memória do grupo, consolidando seu reconhecimento.

Ao prédio junta-se a praça em frente. Faz parte do cenário arquitetônico um avião[123]. uma âncora e um torpedo[124], um carro de combate e um obuseiro alemão[125] , um carro blindado meia lagarta[126] , todos " hoje faz vezes de troféu à sombra de uma araucária".[127] A lápide negra com o nome dos soldados paranaenses que morreram durante a guerra encontra-se sob os mastros das bandeiras, as calçadas em *petit-pavé* com o desenho do brasão do exército completa o conjunto arquitetônico da praça.

A praça em frente ao Museu tornou-se um espaço destinado realização de cerimonias de comemorações e homenagens aos feitos dos expedicionários e das datas cívicas instituídas pelo calendário da LPE. O espaço, sempre foi pensado para possibilitar a participação da sociedade civil e militares nas atividades públicas da LPE, ou seja foi destinado a ritualização pública das memórias de guerra.

---

[122] GAZETA DO POVO, Curitiba, 15 de jun., 1951 p. 3.

[123]P-47 Thunderbolt, assinalando a participação da FAB na guerra

[124] Para homenagear a Marinha

[125]capturado pelos combatentes brasileiro, doados a LPE como homenagem a sua participação na guerra.

[126] nos fundos do prédio, quase sem visibilidade.

[127] BICHARA, R. 'Um primeiro olhar... op.cit. s.p.

Figura 12 – A praça em frente ao Museu.- Fonte- Acervo do Museu do Expedicionário.

3.4.1 COMEMORAÇÕES E CERIMÔNIAS

Se a reintegração social e profissional do expedicionário significou a construção de seus "lugares de memória" e o reconhecimento por parte das instituições civis e militares, já as cerimonias e celebrações significaram (e significam) a inserção e a manutenção desse reconhecimento da memória febiana na memória coletiva.

A busca por eternizar a memória do grupo faz parte das finalidades do estatuto da LPE: " j) comemorar as datas históricas dos feitos, das Forças Brasileiras na Segunda Guerra Mundial, cultuando a memória dos que nela tombaram, bem como associar-se às comemorações das grandes datas nacionais;".[128] Torna-se

[128] Vide Anexo- Estatuto da LPE.

evidente nesta alínea o propósito dos expedicionários de cultuar seus feitos mas agrega-los á memória nacional, às celebrações já instituídas.

De acordo com Le Goff :"(...) o calendário nacional pode ser entendido como importante instrumento de manipulação da memória coletiva de uma sociedade, é através dele que os detentores do poder impõem uma memória que deve ser inserida no imaginário social".[129] Ou seja, as comemorações e as cerimônias de uma memória nacional e sua transmissão á sociedade é "a escolha do que deveria ser mantido e celebrado".[130]

Ao definir as datas, os personagens e os acontecimentos dos quais se deve ter lembranças, as instituições detentoras do poder negam outras possibilidades de memória, resultando o conflito entre essa memória nacional instituída e a memória de grupos específicos que não são socialmente reconhecidos. O não reconhecimento das memórias desse grupo minoritário os leva a produzir meios para reivindicar seu espaço e seu papel na memória coletiva.

No caso do grupo de ex-combatentes o meio encontrado para a inserção da memória do grupo na memória nacional foi um calendário especial onde seus feitos são incorporados às datas nacionais instituídas, sendo sua intenção tentar incutir na memória social. Embora estas datas comemorativas sejam restritas ao grupo, a expectativa fundada em supostos direitos é que passem a fazer parte da memória nacional, e que as os acontecimentos e os seus personagens sejam valorizados.

As primeiras cerimonias e celebrações do grupo de expedicionários foram de caráter civil[131], e remetem as cerimônias e festejos de retorno ao país, sendo a preocupação do grupo, das instituições e da sociedade celebrar a participação na guerra, o fato de retornarem vitoriosos. Nos meses que sucederam o retorno e o grupo iniciam as suas comemorações, coube aos jornais, iniciarem o processo de inserção da memória do grupo na memória coletiva através da divulgação do calendário comemorativo da LPE.

Os jornais noticiam e convidam a população para participar nas sociedades recreativas (Thalia, Concórdia, Britania dentre outras), das sessões solenes, das cerimonias, das missas promovidas pelos expedicionários. Organizam sessões

---

[129] LE GOFF, J. Documento Monumento ... op.cit., p. 485.

[130] Ibid. p. 486.

[131] embora CAPELLATO, em seus estudos afirme que nas décadas de 30/40, leia-se Estado Novo, todas as cerimônias predominava o caráter militar, nos desfileis eram trabalhadores, crianças,

cívicas com projeção de filmes e documentários sobre a Guerra. realizam eventos sociais como bailes, torneios em homenagem a tomada de Monte Castelo, sendo todos esses eventos abertos à sociedade civil. Além das solenidades em recinto fechado os ex-combatentes passam a participar dos desfiles locais em datas cívico-militares, aliando o calendário do grupo ao calendário nacional .[132]

Com a fundação da LPE(1946), tendo metas mais definidas pelos seus estatutos as poucas as experiências vividas durante a guerra, vão sendo introjetadas na memória social. O fato dos expedicionários associarem as suas datas comemorativas ao calendário cívico local e nacional eles elaboram o que POLAK chamou *enquadramento da memória* para que a memória de um grupo seja enquadrada na memória nacional implica ela *"se alimente do material fornecido pela história"*[133]*.* Sobre este processo de enquadramento serão visto três momentos da LPE: a inauguração da Casa do Expedicionário, as cerimônias de Monte Castelo e os desfiles de 7 de setembro.

A inauguração da Casa do Expedicionário em de 15 de novembro de 1951, é um exemplo de apropriação da data nacional – Proclamação da República. O relatório da inauguração descreve que as cerimônias de inauguração tiveram início no ponto central de Curitiba, na Praça Osório, onde os ex-combatentes perfilados desfilaram por toda rua XV de Novembro em direção ao ponto mais alto da cidade onde se encontrava erigida a Casa do Expedicionário.

Na praça em frente ao prédio autoridades civis, militares, religiosas e algumas centenas de pessoas aguardavam o cumprimento do ritual de corte da fita simbólica da inauguração. A data escolhida , marco da instauração da democracia no pais, teve a finalidade de valorizar o grupo que lutou para manter a democracia, a Casa que abrigaria as memórias dessa luta, as instituições civis, militares e religiosas que foram beneficiadas por essa luta, ali se encontravam confirmando este discurso.

Segundo o artigo de Dennison de Oliveira[134], a celebração da tomada de Monte Castelo, é uma cerimônia realizada em todas as associações do Brasil, a

---

jovens em marcha, saudações à bandeiras, cerimonias . todo o aparato do espetáculo era militarizado,

[132] são vários recorte de jornais que fazem parte do acervo da hemeroteca do museu do expedicionário – arquivados nas datas 1946/47; 1948/49.

[133] POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In : **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3,1989,p3-15. p. 9 .

[134] OLIVEIRA, D. Cultura e Poder nas cerimônias militares das Forças Armadas Brasileiras: O caso de Monte Castelo. www.geocites.com/academiamontese/artigot2.htm. consultado em 10-05-2003

mais importante por se tratar de uma glória exclusiva da FEB nos combates travados no Teatro de Operação da Itália. A cerimônia é promovida pela LPE. Governo do Estado do Paraná e a 5ª Região Militar. em geral é uma cerimônia que ocorre em instituições militares e de ex-combatentes, as solenidades são abertas ao público embora seja de natureza militar.

A solenidade realizada na praça em frente ao Museu do Expedicionário, é perfeitamente igual à realizada no interior de qualquer quartel. Conta com a presença de militares do Exército, passando pelos rituais de formação da tropa, apresentação ao Comandante da 5ª RM, maior autoridade militar presente, em seguida o hasteamento das bandeiras ao som do Hino Nacional. Faz parte do ritual a condecoração de pessoas que se destacaram em atividades que são desenvolvidas pela LPE.

Completam a cerimonia os discursos das autoridades e convidados a se pronunciarem sobre o "fenômeno histórico" a tomada de Monte Castelo. Destacam-se na fala dos palestrantes a importância moral da vitória , enfatizam o mérito combativo do soldado febiano e o valor do povo brasileiro, bem como a importância da vitória para o êxito dos Aliado na Itália e a série de vitórias que ocorreram em favor das tropas da FEB após a conquista do Castelo.

O destaque da comemoração são os simbolismos da vitória de Monte Castelo, uma conquista precedida de três derrotas, sob a intempérie do tempo, um grupo de soldados nunca antes submetido ao combate bem como a pesadas baixas, e a intensa "boataria no território nacional" sobre os "massacres" a que estavam sendo submetidos e a crítica pelo "insuficiente espírito ofensivo". No entanto dentro da memória de Monte Castelo existem apenas eventos e heróis de indiscutível apelo mítico, foram 400 baixas entre mortos e feridos, e encontrados os seus corpos insepultos sob a neve meses após os ataques precedentes. Agora na cerimônia, o que são ressaltados, confirmados por todos são as noções de dever cumprido, obediência às ordens, menção aos heróis revelados naquela ocasião. [135]

Na comemoração as memórias que o grupo paranaense deseja cultuar é o espírito de sacrifício, a glória e a honra da FEB na batalha e no imaginário militar brasileiro o ponto de inflexão da Campanha da Itália. Para isso escolhem testemunhas sóbrias, confiáveis aos olhos dos dirigentes, pois "a inevitável diversidade dos fatos corre sempre o risco de ser percebida como prova de

autenticidade de todos os fatos relatados”[136] a memória dos fatos narrados vão solidificando a memória do grupo à medida que são incorporadas à memória coletiva.

As cerimônias de 7 de setembro, dia da Independência, é sem dúvida as solenidade onde o enquadramento da memória pela história e as imagens simbólicas e míticas definem como meio de inserção social. No desfile cívico militar da Independência segue, aquilo que Hobsbawn chamou “tradição inventada” cujo objetivo foi de criar e comunicar a identidade nacional, través de uma relação baseada na memória social. O desfile conta com a presença dos soldados de todas as armas, fardados e em marcha relembram um passado de libertação do jugo e do poder. Entre os soldados, os ex- combatentes (agora à paisana), encerrando o desfile ocupam o lugar que para eles foi conquistado na luta pela manutenção da democracia no mundo, que para Pollak: “quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua freqüentemente os integramos em nosso próprio sentimentos de filiação e ordem”.[137]

Neste sentido a memória da luta do grupo é colocada coincidindo com o acontecimento histórico (a Independência) e imagéticamente com o caráter de quem rejeita a sujeição e busca a autonomia, conferindo-lhes o direito à inserção da memória e interdição do esquecimento. A apropriação das imagens do conjunto de elementos materiais específicos de que se lança mão para mostrar poder, força (canhões, jipes, armas, soldados em fardas camufladas) por parte dos ex-combatentes é no sentido de representar para sociedade as suas memórias, a sua origem enquanto grupo. O propósito é atribuir-se dos mesmos atributos pessoais e coletivos, a mesma identidade.

Por décadas e de forma ininterrupta a Casa do Expedicionário proveu auxílio médico, profissional e previdenciário a todos os febianos que procuraram a LPE. Realizou reuniões, assembléias, definindo a luta e a conquista dos direitos a todos os seus associados, sediando eventos, congressos organizou politicamente as lutas pelo reconhecimento público. Passadas três décadas após sua fundação as lutas iniciais por pensões, serviços de saúde foram cessando de forma gradual, segundo

---

[135] AMARAL, M.C. **O Museu...,** op.cit., p. 94-123.
[136] POLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio ..., op.cit., p. 11.
[137] Ibid, p. 11-12.

Dennison de Oliveira, “no final daquela década [1970] a Casa do Expedicionário podia dar como cumprido o essencial de sua missão associativa”.[138]

Todavia a proposta que surge é de transformar todo o prédio em museu. Em um acordo com o governo do Estado do Paraná ,o prédio passa por uma reforma e a Casa do Expedicionário que desde 15 de novembro de 1951, transforma-se no Museu do Expedicionário Paranaense em 19 de dezembro de 1980 . Ganha amplas instalações, um acervo que gradualmente vai aumentando com a colaboração dos ex-combatentes, bem como das organizações públicas. Na parte administrativa mantém-se à frente da Direção do Museu os expedicionários, o acervo passa a ser administrado por funcionários (10) da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná. E a partir de 2000 organizou-se a Associação dos Amigos do Museu do Expedicionário – AMEXP , tal associação tem a finalidade de suceder a LPE nas gestões, ampliar e expandir o acervo do Museu.[139], garantindo a sua permanência física, simbólica e funcional.

[138] OLIVEIRA, D. Um breve histórico do Museu. In: OLIVEIRA, D. & LINDSTRON. M. C. (orgs.) **O Museu do Expedicionário e a sala de aula** – um espaço único de ensino aprendizagem. Curitiba, outubro - 2001.

[139] Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vocês, pracinhas, estão ficando impertinentes. Impertinentes e importunos. Ora, já se viu...Só porque estiveram na guerra, se julgam com uma porção de direitos, chegando ao cúmulo de terem preferência até na admissão em cargos públicos. Sim senhores. Conheço muitos de vocês, que em igualdade de condições com outros candidatos, tiveram preferência, para a admissão. Isso sem falar daqueles que já eram funcionário, e que quando voltaram, parece que não ficaram muito satisfeitos, em voltar para o antigo logar. Queriam ainda que se contasse o tempo em que estiveram na Itália. A guerra já foi a tanto tempo e vocês ainda estão se movimentando. o que é que vocês querem mais? Não tiveram uma recepção bonita? Não receberam flores e vivas? Então?....Enquanto vocês estavam lá, em turismo, pelas terras da Europa, nós aqui nos sacrificávamos, mandando cigarros e agasalhos. É verdade que os cigarros não era de boa qualidade; e que os cigarros chegavam mofados, e os agasalhos depois que o inverno passou. Mas disso, nós não tivemos culpa. Não sabíamos que o inverno lá, era no verão. O fato é que sofremos muito mais que vocês, e não estamos exigindo nada. Vocês estão reclamando que têm pracinhas doentes, tuberculosos, desempregados, neuróticos e indigentes. E o que é que tem isso? Tem muita gente assim, também, que não reclama nada, e nem por isso se julga com direitos. O Governo tem mais o que pensar; tem outras preocupações; não pode estar perdendo tempo em atender os expedicionários, só porque estiveram na guerra. Ora, grande coisa! Dizem que a guerra, já estava terminada, quando vocês chegaram lá. E depois, uma guerrinha atoa, em que só morreram uns quinhentos e poucos homens. Ainda si os navios que levavam vocês tivessem sido torpedeados, ainda vá... Mas nem isso... Sou capaz de jurar, que vocês, pensam que fizeram mais pelo Brasil, que o quadro de futebol que tirou o vice-campeonato Sul Americano. Esses sim, é que merecem nosso reconhecimento. Lutaram como bravos, no campo. Enfrentaram a Polícia e a fúria da assistência. E eram só onze. E vocês mais de quinze mil. E depois, foram vocês mesmos, que pediram para ir. Eu não fui, porque não me mandaram. Mas eu ia... Ia sim, porque sabia, que ia ser fácil. Era só chegar lá, beber bom vinho, fumar bons cigarros americanos, conhecer novas terras, e voltar depois como herói. Foi pena não terem me chamado. Eu ia me apresentar, mas disseram que já tinha gente demais... A guerra já acabou há três anos, e vocês ainda estão pedindo coisas. Querem emprego para os desempregados. Querem remédio para os doentes. Querem hospitalização par aos tuberculosos. Querem ampara para as famílias dos que morreram. Querem paciência e compreensão para os neuróticos. Querem isso, querem aquilo... Ora, onde é que nós vamos parar? Estou desconfiado que o que vocês são é comunistas. Ou então fascistas...

(PATRIOTA)[1]

A história é feita pelos homens não como desejam, mas como decidem faze-la, a partir das condições materiais e culturais que encontram. É um espaço aberto, cujos destinos continuam a ser decididos pela luta social, política e cultural entre os homens, individual e coletivamente.

A memória, por sua vez, é instrumento falaz. As recordações não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam, incorporando outros elementos. Sabemos que nunca acontece de duas testemunhas oculares do mesmo fato descreverem do mesmo modo e com as mesmas palavras, ainda que o fato seja recente e que nenhum dos dois tenha interesse em deformá-lo. Todavia, ocorre uma lenta degradação, um ofuscamento, um esquecimento, e poucas memórias resistem.

1 Revista do Expedicionário- Legião Paranaense do Expedicionário – de 21 de fevereiro de 1948, p. 6. Transcrito na integra.

O usual então é a sua evocação freqüente, na tentativa de manter viva essa memória.

Esta carta publicada na Revista do Expedicionário em março de 1948, é a chave das considerações finais desta pesquisa, pois ela confirma, a cada parágrafo, o embate que foi o processo de reintegração social do ex-combatente febiano. Menos de três anos separam o final da guerra e a sua publicação. No entanto, ela informa que a luta dos febianos por reconhecimento e inserção social foi marcada pela desvalorização da memória e da história dos expedicionários.

Quando o autor da carta autodenomina-se “Patriota”, identifica-se como uma pessoa que ama a pátria e que como cidadão procura servi-la, diferente de “Vocês, pracinhas, que estão ficando impertinentes. Impertinentes e importunos”. Na opinião do autor os expedicionários estão incomodando e aborrecendo a sociedade e o governo com pedidos insistentes, perturbando a todos com suas súplicas repetidas, provocando com a sua presença transtornos e, muitas vezes, embaraço.

A análise documental comprova que esta opinião foi concebida antes mesmo da participação do Brasil na guerra, sendo formada dentro de uma ditadura monolítica, com centralização de poder no Executivo e fortalecimento pessoal do governante, gerando alto grau de autonomia do governo nas relações com a sociedade. Ou seja, o Estado brasileiro através da montagem de um complexo quadro jurídico institucional estabeleceu mecanismos de controle, com os quais jogou com o medo e a esperança, conquistou corações e mentes de uma grande parcela da população. Ao mesmo tempo com mão de ferro controla as crises internas, as cisões política e os movimentos populares, os quais se opunham e criticavam o governo e pediam garantias constitucionais.

A idéia de que os expedicionário brasileiros “...estavam lá, em turismo, pelas terras da Europa [a] beber bom vinho, fumar bom cigarro americano conhecer novas terras, e voltar depois como herói.”, demonstra o desconhecimento antes, durante e depois , da participação brasileira no conflito. Para a opinião pública o combatente febiano foi à Europa apenas à passeio. Todavia os relatos históricos comprovam que a participação brasileira ocorreu através de uma politica ambígua e astuciosa e que o governo Vargas negociou a adesão e o envio das tropas ao teatro de guerra europeu.

Igualmente é fato que desde a formação da FEB, o Estado e o Ministério da Guerra, pela sua declarada simpatia ao nazi-fascismo, mostraram-se temerosos e

relutantes, na participação e envio das tropas à Itália. Sua indecisão fica explicitada no processo de convocação para a guerra, no qual predominou a morosidade no recrutamento, a desorganização e a desobediência nas premissas dos padrões no processo de seleção. Tal processo foi disperso, com falhas nos objetivos e na diversidade dos convocados os quais foram selecionados aleatória e indistintamente.

Os absurdos cometidos na seleção médica, onde homens considerados incapazes física e psicologicamente foram empregados com o restante da tropa e enviados à frente de combate, nunca chegou ao conhecimento da sociedade brasileira. Isto gerou uma falta de credibilidade por parte das instituições com relação ao mérito combativo do soldado febiano, a qual irá se estender durante a atuação e na volta ao país, como podemos perceber nesta outra passagem comentada pelo “Patriota”: “ ...vocês estão reclamando que tem pracinhas doentes, tuberculosos, neuróticos, desempregados e indigentes. E o que é que tem isso? Tem muita gente assim, também, que não reclama de nada e nem por isso se julga com direitos”.

A falta de uma campanha maciça de recrutamento e esclarecimento à população das reais razões que o Brasil estava lutando na guerra, certamente gerou comentários como este: “... e depois, foram vocês mesmos, que pediram para ir . Eu não fui porque não me mandaram. Mas eu ia, ...ia sim, porque sabia , que ia ser fácil... e depois voltar como herói”.

O comando da FEB estava plenamente conscientes de todos os problemas que a tropa iria enfrentar no Teatro de Operação. Contudo, não foi dada atenção necessária à estrutura material, como por exemplo, uniformes e calçados adequados ao clima europeu e a alimentação.

As recomendações sobre as dificuldades não foram feitas com a eloquência necessária, consequentemente não encontraram ressonância junto aos responsáveis, acarretando constrangimentos e muito desconforto às tropas, durante e depois da guerra, como cita esta passagem da carta do “Patriota”: “enquanto vocês estavam lá, nós aqui nos sacrificávamos, mandando cigarro e agasalhos. É verdade que os cigarros não eram de boa qualidade, e que os cigarros chegavam mofados, e os agasalhos depois que o inverno passou. Mas disso, nós não tivemos culpa. Não sabíamos que o inverno lá, era no verão”.

Quando o “Patriota” afirma: “ dizem que a guerra já estava terminada, quando vocês chegaram lá. E depois uma guerrinha à toa, em que morreram uns quinhentos e poucos homens”, reproduz o discurso da sociedade brasileira, que acompanhou a campanha militar da FEB à distancia. Assim a coletividade foi poupada das calamidades, das perdas maciças de vida humana, dando uma visão distorcida da participação brasileira, gerando o descrédito e a difamação pessoal do expedicionário.

No que se refere à luta armada, o expedicionário não teve escolha, combateu as tropas inimigas que tinham superioridade armamentística, estratégica e motivação moral. Os relatos oficiais e as memórias dos combatentes do *front* revelam que o expedicionário lutou com igual determinação contra as adversidades climáticas, geográficas, com a falta de uniformidade moral e de motivação para o combate.

Embora se defrontasse com tantas adversidades, demonstrou capacidade de improvisação, rápida adequação, grande resistência física, agressividade, não faltando exemplo de valor e coragem. Mesmo assim persistiram no país boatos do fracasso da FEB em função do seu despreparo para o combate, mantendo a desconfiança.

O processo de desmobilização da FEB em território italiano, as noticias nos jornais das vantagens e benefícios que seriam proporcionados aos “guardiões da democracia” na volta ao Brasil, vão repercutir negativamente no meio da sociedade, igualmente atingindo o processo de reinserção profissional e social dos febianos, causando comentários com este do “Patriota”:

> Ora já se viu. Só porque estiveram na guerra se julgam com uma porção de direitos, chegando ao cúmulo de terem a preferencia até na admissão em cargos públicos. Sim senhores. Conheço muitos de vocês, que em igualdade de condições com outros candidatos, tiveram preferencia, para a admissão. Isso sem falar daqueles que não ficaram satisfeitos em voltar ao seu antigo logar. Queriam ainda que se contasse o tempo em que estiveram na Itália.

Embora algumas leis de amparo, como a garantia de emprego, fossem do período de convocação, a readaptação profissional foi um dos entraves na reinserção social. A falta de um conjunto de leis que concedessem direitos adquiridos aos febianos, foram criadas com os passar dos anos, diante de cada nova reivindicação ou dificuldade apresentada pelo grupo. Até mesmo os orgãos

governamentais e as associações, com o fim de amparo foram, na maioria, criados após o retorno dos expedicionários.

A desintegração da FEB e a dispersão dos expedicionário na volta ao Brasil demonstra falta de apreço e confirma a idéia de temor por parte das autoridades governamentais ao poder que a FEB supostamente passou a ter. Os atos proibitivos, as portarias e as censuras ocorreram em função do propagado caráter político militar da FEB, que se difundiu no Exercito e no Estado. Sem dúvida, tais procedimentos refletiram na memória da FEB. O processo de dissolução imposto pelo Ministério da Guerra confirmou a distinção entre os oficiais da ativa ,considerados o Exército, e a grande massa de soldados convocados, os quais estiveram no Exército apenas de passagem.

O isolamento, a que foi submetida a memória febiana, foi justificado pelas instituições pelo fato destas acreditarem que os febianos tinham consciência da relevância dos seus feitos na guerra como determinante na ordem mundial e no retorno ao país na ordem nacional em conseqüência direta de suas ações. Para o Estado e Exército naquele momento histórico do Brasil era perigoso ter um grupo unido, por esta razão o Estado brasileiro desmobilizou, dispersou a FEB.

Todavia as evidências comprovam que o Estado não se preparou, não preparou a sociedade e nem ao ex-combatente para o choque da volta, transformando o processo de reintegração tarefa difícil para todos. O Estado brasileiro ocultou sua debilidade institucional para a reintegração através das festas e comemorações.

Durante a guerra, quando ainda se encontravam no teatro italiano, o descrédito geral foi uma constante da sociedade em relação a tropa febiana. Na volta, a situação agravou-se, pois eram inúmeros os comentários depreciativos sobre os ex-combatentes, e uma recusa do reconhecimento histórico e da memória da participação na guerra era explicitada de forma contundente, como podemos observar neste trecho da carta do “Patriota”:

> sou capaz de jurar , que vocês, pensam que fizeram mais pelo Brasil, que o quadro de futebol que tirou o vice-campeonato Sul Americano. Esses sim, é que merecem nosso reconhecimento. Lutaram como bravos no campo. Enfrentaram a polícia e a fúria da assistência. E eram só onze. E vocês mais de quinze mil...

A analogia reflete o imaginário encontrado na imprensa, no governo e na sociedade nos fins da década de 40 e nas décadas seguinte. Um imaginário de desqualificação do “cidadão-soldado”, que transformou o futebol e os atletas na personificação social máxima da nação brasileira.

O transcorrer do tempo não abrandou os comentários sobre as circunstâncias que se desenvolviam na busca pela reintegração social dos expedicionários. Como é possível neste trecho da carta:

> ... a guerra foi a tanto tempo e vocês ainda estão se movimentando o que é que vocês querem? Não tiveram uma recepção bonita? Não receberam flores e vivas?.. A guerra já acabou a três anos e vocês ainda estão pedindo coisas. Querem emprego para os desempregados. Querem remédio para os doentes. Querem hospitalização para os tuberculoso. Querem amparo para as famílias dos que morreram. Querem paciência e compreensão para os neuróticos. Querem isso, querem aquilo.. Ora, onde é que nós vamos parar?”.

O comentário critica o movimento em busca de garantias que assegurassem os direitos adquiridos e que até então não haviam sido efetivados por parte do governo. Todas as reivindicações eram prova da falta de estabilidade social dos ex-combatentes. Estas reivindicações passaram a incomodar àqueles que já achavam que o reconhecimento devido havia sido expressado nas comemorações e nas homenagens.

Embora as apreciações desfavoráveis levassem ao isolamento da memória febiana, a luta pelo significado da FEB na história e na memória do país iniciou pelo espírito de camaradagem e solidariedade iniciadas no *front* com a organização das associações, com as comemorações dos feitos realizados, através dos relatos de suas memórias. Este conjunto de ações, no transcorrer dos anos irão dar o significado da FEB há história.

Uma das formas buscadas para a inclusão da memória do ex-combatente está na sua produção literária. Apenas uma minoria deles teve a oportunidade de exteriorizar sua experiência do campo de batalha. Certamente se o fizeram, divulgaram as conseqüências das decisões tomadas pelos generais na frente de combate. Os que conseguiram falar, apesar das paixões e ressentimentos, demonstraram que os fatos ocorridos não foram exagerados. Acreditamos que a realidade ou qualquer falha da memória supera o imaginário da sociedade, pois a maioria desses fatos conferem, se confrontados com os relatos oficiais.

Embora os combatentes tenham sido recrutados em base regimental, as associações foram criadas em todo o Brasil com base regional. A análise da documentação consultada demonstrou que, a partir do retorno dos expedicionários aos seus locais de origem, o soldado que havia lutado pelo Brasil, passou a ser o soldado de cada Estado do país, forjando um sentimento de identidade mais regional que nacional, contrariando o imaginário militar do período “Ser soldado é ser brasileiro”.

Este fato definiu comportamentos e valores na sociedade em que estavam inseridos, resultando em atribuição e juízos que condenaram as atividades dos febianos, as quais lhes atribuem méritos, confirmam ou condenam atitudes, promovendo a sua legitimação social.

No caso do combatente febiano paranaense, sua reintegração ocorreu através da sua associação, a Legião Paranaense do Expedicionária, a qual assume uma dupla dimensão: um “espaço de memória” que buscou bloquear o movimento do tempo e do esquecimento, imortalizando e materializando a memória e de valorização da história através da sua organização, das ações políticas e da sua atuação.

Desde sua fundação, a LPE primou pela luta dos direitos sociais de seus afiliados, os quais buscavam seu amparo material. Adotando um caráter político conservador, seus dirigentes e associados incorporaram um discurso em que os interesses da entidade estariam voltados exclusivamente para busca de soluções dos problemas dos ex-combatentes, sem um aparente envolvimento ou mobilizações políticas partidárias.

A análise feita nos possibilita afirmar que a reintegração e reconhecimento do expedicionário paranaense tem na construção de seu *espaço de memória,* a sua instituição, os seus arquivos, suas celebrações, suas solenidade, a instância de manutenção da sua história. A fundação da Casa do Expedicionário foi a concretização material e simbólica da memória, reconstruindo a história do palco da guerra através do prédio, da simbologia da sua arquitetura, nas peças utilizadas em combate distribuídas na praça em frente ao prédio, onde as cerimônias celebrativas instituídas simbolizam as suas experiências. Ao mesmo tempo que reconstroem e inserem a memória do grupo na memória coletiva. Da mesma forma, a parte interna do prédio através dos arquivos, da biblioteca, do acervo de fotos e dos objetos,

cumpre o seu papel pedagógico na manutenção da memória funcional do reconhecimento da história do grupo.

O resgate de um fato histórico – a participação na Segunda Guerra – aconteceu em detrimento de uma memória silenciada pelo descaso dos orgãos governamentais e da sociedade, os quais justificaram suas ações no processo de esquecimento da memória febiana ora pela falta de apreço à história da participação do Brasil na guerra, ora pelo o repúdio à instituição militar pela repressão das ditaduras, e até mesmo pelo esquecimento próprio da natureza humana.

Neste trabalho, procuramos refletir como as diversas memórias institucionais interferiram no processo de reintegração dos febianos paranaenses. A análise documental demonstrou que luta por reintegração social, reconhecimento histórico e inserção da memória dos febianos alcançou êxito através dos espaços de memória, e que a articulação material, simbólica e funcional da memória possibilitou aos ex-combatentes resgatarem o direito de não mais serem submetidos ao exercício de uma cidadania imperfeita.

Todos sabemos que a História é inesgotável, com o transcorrer da pesquisa abriram-se possibilidades para se pensar temas como por exemplo: como se construiu historicamente a identidade do grupo, ou ainda como ocorreu a inserção política do grupo de ex-combatentes; como foi a trajetória das enfermeiras paranaense; as relações com a policia política –DOPS e com as representações anticomunistas. Um rol de temas se apresentam a novas interpretações, possibilitando novos trabalhos a serem realizados.

FONTES DOCUMENTAIS

Impressas – Memórias, relatos, histórias institucionais

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. As origens da L.B.A Rio de Janeiro: s/ed., 1977. Biblioteca Pública do Paraná.

KRYZANOWSKI, R. **2ª Grande Guerra Mundial**. Contribuição do Paraná. Legião Paranaense do Expedicionário. Curitiba, s.e., 1983.

MELLO, J L. R.(org.). **A legislação do ex-combatente**. Compilada e organizada pelo Conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Expedicionário, 1983.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – DOPS. – Delegacia de Ordem Política e Social - Dossiê: Associação dos Ex-Combatentes da FEB. N.º 0072; Caixa 10; período – 1946.

MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO

Hemeroteca – recortes de vários jornais entre 1946-1951

Estatuto da Legião Paranaense do Expedicionário

Material de Divulgação para Associados (jornais, informativos, panfletos, cartazes, etc.)

REVISTA DO EXPEDICIONÁRIO. Curitiba, 1948; 1953;1954 n.2 e n.3; 1955 n.4

Relatórios das Atividades das Diretorias –entre 1947-1955.

Calendário Comemorativo da LPE.

Periódicos

A Noite

Folha de São Paulo;

Gazeta do Povo

O Dia

O Estado de São Paulo

O Globo

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMARAL, Maria do Carmo. **O Museu do Expedicionário**: um lugar de memórias. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

AMARAL, Mário. Instrução da FEB. In: ARRUDA, Demócrito Cavalcanti de. **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: [s.n], 1950. p. 157-182.

ANDRADE, José Goes Xavier. Espírito da FEB e Espírito "de Caxias". In: ARRUDA, Demócrito Cavalcanti de. **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: [s.n], 1950. p. 309-392.

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflito e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia.(orgs). **Memória e (res)sentimento.** Indagações sobre uma questão sensível. Tradução Jacy Alves de Seixas. Campinas/São Paulo: UNICAMP, 2001.

ARRUDA, Demócrito Cavalcanti de. A nossa participação na I e II Guerras Mundiais. In: ARRUDA, Demócrito Cavalcanti de. **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: [s.n], 1950. p.25-58.

ARRUDA, Demócrito Cavalcanti de. Impressões de um infante sobre o comando. In: ARRUDA, Demócrito Cavalcanti de. **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo:[s. n], 1950. p.59-75.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Enaudi** (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.

BENJAMIM, Walter. O narrador. In: **Os pensadores** – textos escolhidos. Walter Benjamim, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgem Habermas. Tradução de José Lino Grunnewald. Et al. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, Obras escolhidas; v.1, 1986.

BARBOSA, João Felipe Sampaio. Regresso e desmobilização da FEB: problemas e conseqüências. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 71, Nº 719, maio./jun., 1985.

BICHARA, Rodrigo. Um primeiro olhar sobre o Museu e a Praça do Expedicionário. In: OLIVEIRA, Dennison. & LINDSTRON, Maria Cristina.(orgs.). **O Museu e a Sala de Aula – um espaço único de ensino–aprendizagem**. Material didático e instrucional de apoio à visitas monitoradas de estudantes de nível fundamental e médio ao Museu do Expedicionário. Curitiba: outubro de 2001.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** tradução Carmem C. Varriale. et al. v. I. Brasília: UnB, 1994.

BÖHMLER, Rudolph. **Monte Cassino**. São Paulo: Flamboyant, 1966.

BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra**: os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BOSCHILA, Roseli. **O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial.** Curitiba: Boletim Informativo da Casa Romário Martins / Fundação Cultural de Curitiba. v. 22, n. 107, out. 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, José. **Liras e baionetas**. Uma antologia brasileira da poesia da 2ª Grande Guerra –1939-1945. São Luís: Ed. Sioge, 1977.

BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB** (memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Luzes sobre memória**. Rio de Janeiro: São José, 1973.

_____. **Recordando os bravos**: eu convivi com eles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **Luzes no Crepúsculo:** contos e evocações. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

BRANCO, M. T. C. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades da história cultural**. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURMESTER, A. M. de O., et al. O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50. In SILVA, M A de. (coord.) **República em Migalhas**: História Regional e Local**.** São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

CABRAL, Francisco. **Um Batalhão no Monte Castelo**. São Paulo, 1982 Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

CALDAS, Mirandolino. **O Posto Avançado de Neuro-psiquiatria da FEB**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1950.

CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência:** a policia na era Vargas. Brasilia: Editora Universidade de Brasilia, 1994.

CAPELLATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena:** Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Papirus, FAPESP, 1998.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **A serviço do Brasil na Segunda Guerra.** 2ª edição. Rio de Janeiro: [s.n], 1952

CARVALHO, Nelson Rodrigues de. **Do terço Velho ao Sampaio da FEB**. Rio de Janeiro: Americana, [19 -]

CASTRO, Ismaelino de. **Gotas de glória.** Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.

CHARTIER, Roger. O mundo como Representação. In: **Revista Estudos Avançados,** nº 11 (5) , [s.l.], 1991.p.173-191.

CIDADE, Francisco de Paula**. Nápoles e... pouco mais; ligeiras observações de um expedicionário**. Rio de Janeiro: Laemmert, [19–].

COELHO, Edmundo Coelho. **Em busca de identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COSTA, Octávio . **Trinta anos depois da volta**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1975.

_____. **Cinquenta anos depois da volta**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura,1995.

COUTINHO, Lourival. **O General Goes depõe..**. Rio de Janeiro: Coelho Ramos, 1955.

CYSNEIROS, Amador. **Expedicionários da Itália** (crônicas). Rio de Janeiro: [s.n],[19–].

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: EDUSP / Geração Editorial, 2000.

DINIZ. Eli. O Estado Novo estrutura de poder: relações de classe. In: FAUSTO, Boris. (org.) **Historia Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, v. 10, 1982. p.79.

DONGHI. Tulio. H**. História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

FALCÃO, João. **O Brasil na II Guerra Mundial.** Brasilia: Ed. UnB, 1999.

FARIAS, O C. de. **Meio século de combate**. Diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Goes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou:** a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945–2000). São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FONSECA, Pedro Cézar Dutra. **Vargas:** o capitalismo em construção (1906-1954). São Paulo: Brasiliense, 1987.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas.** São Paulo: Símbolo, 1977.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias**. São Paulo : Companhia das Letras. 1987.

GONÇALVES, Carlos Paiva. **Seleção Médica do Pessoal da FEB,** História, funcionamento e dados estatísticos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.

GONDIN, N. V. **Liberdade escrita com sangue:** um manezinho na Segunda Guerra Mundial. Florianópolis: Insular, 2000.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH / Marco Zero, v. 15, n. 28, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Lion Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990. p.25-52.

HILTON. Stanley. O Brasil e a crise internacional (1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBSBAWN, Eric J. History from Below – Some Reflection. In: **History from Belowed.** Krantz: 1985. p.15.

_____. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). 2. ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história.** Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O novo século.** Tradução Cláudio Marcondes. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

HOLANDA Heloísa Buarque de ; GONÇALVES, Maria Aparecida. Política e Literatura: a Ficção da Realidade Brasileira, In "**Anos 70**" v. 2. Leitura, Rio de Janeiro: Europa Gráfica e Editora, 1979. p. 17

IPARDES – Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado:** política e governo. Curitiba, 1989. Projeto História Política do Paraná, primeiro documento. Convênio IPARDES/SEPL/FUEM.

KEEGAN, John. **The Second World War**. New York: Penguin Books, 1989.

_____. **O rosto da batalha**. Lisboa: Editorial Fragmentos Ltda., 1991.

_____. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEGOFF, Jack. Memória. In.: **Enciclopédia Enaudi**. Porto: Imprensa Nacional,Casa da Moeda, v.1, 1984. p.45

_____.**História e memória**. 4. ed. Tradução Bernardo Leitão. São Paulo: UNICAMP, 1996.

_____. Documento Monumento. In: **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1996. p.535-569.

LIMA JÜNIOR, Raul da Cruz. **Quebra-Canela**. A Engenharia brasileira na Campanha da Itália. 2ed. Rio de Janeiro, 1982.

LIMA, Valentina da Rocha. **Getúlio**: um história oral. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. **A Força Expedicionária Brasileira**: uma tentativa de interpretação. São Paulo: Ed. Unidas, 1975.

LOPES, José Antonio Machado. **100 vezes responde a FEB.** [Si, s.n]. Curitiba: Acervo Casa da Memória. s.d.

_____. **9º Batalhão de Engenharia de Combate da Campanha da Itália.** Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1981.

LYRA TAVARES, Aurélio de. **O Brasil de minha geração**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.

MACHADO, Joaquim de Araújo. **Eu vi o *front*.** Rio de Janeiro: departamento de Imprensa Nacional, 1953.

MAXIMIANO, César Campiani. **Onde estão os nossos heróis?** Uma breve história dos brasileiros na 2ª Guerra. São Paulo: Edição do Autor, 1995.

MAXIMIANO, C. C., & OLIVEIRA, D. Raça e Forças Armadas: O caso da Campanha da Itália (1944/45). **Revista de Estudos de História,** São Paulo, v.8, nº 1, p.157-184, 2001.

McCANN JR, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-194**5). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora., 1995.

MEDEIROS, Elza Cansação. **Nas barbas do tedesco.** Rio de Janeiro: Americana, 1955.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2.v., 1983.

MELLO, Newton Cavalcantti de Andrade. **Meu diário na Guerra da Itália;** de 30.VI.1944 a 18.II.1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

_____. **A epopéia de Montese**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1954.

_____. **Causas e consequências da participação do Brasil na II Guerra.** Curitiba: [s.n], 1958.

MENDES, C. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO. B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, Difel, v.10 1982. p. 225-256.

MENDES, Wilson Teixeira. **Escola americana de treinamento e comando de pelotão Santa Ágata Dei Goti-Itália.** Rio de Janeiro: Laemmet, 1949.

MERÇON, José Waldir. **A minha guerra**. Brasília: Thesaurus, 1985.

MOCELIN. Fernando Péreyron. **A missão 60;** memórias de um piloto de guerra brasileiro. Porto Alegre: Sulina, [19–].

MONJARDIM, Adelpho Poli. **O Exército visto por um civil.** Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1968.

MORAES, Antonio Henrique Almeida de . **No Teatro do Mediterrãneo;** diário de um observador militar brasileiro. Rio de Janeiro: Laemmert, [s.d.].

MORAES, J. B. M. de. **A FEB pelo seu Comandante**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947

_____. **Memórias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2 v., 1984.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em Guarda contra o perigo vermelho.** O anticomunismo no Brasil (1917-1964).São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURA, Gérson**. Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **Tio Sam chega ao Brasil.** A penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Sucessos e ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1991.

NEVES, Luís Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação(Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. A Força Expedicionária Brasileira: 1944-1945. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico.** São Paulo: Xamã / Universidade de São Paulo / FFLCH, 1995.

NORA, Pierre. Entre mémoire et historie**.** In: **Les lieux de mémoire.** Paris: Galimard, 1984.
_____. Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n.10, dez 1993.

NORA, Pierre, *apud* BREFE, Ana Claudia Fonseca. In: Pierre Nora: da história do presente aos lugares da memória – uma trajetória intelectual. **História–Questões e Debates**, n.º 24, Curitiba, jul./dez., 1996. p.105-125.

OLIVEIRA, Dennison de. Cultura e Poder nas cerimônias militares das Forças Armadas brasileiras: o caso de Monte Castelo. Disponível em:
http://www. geocities.com/academiamontese/artigot2.html. Acesso em 10 de maio de 2003.

OLIVEIRA, Dennison de. Um breve histórico do Museu*.* In: OLIVEIRA, D. & LINDSTRON. M. C. (orgs.) **O Museu do Expedicionário e a sala de aula** – um espaço único de ensino aprendizagem. Curitiba, outubro - 2001.

OLIVEIRA, Dennison. Poder Militar e identidade de grupo na Segunda Guerra Mundial: a experiência histórica da Psiquiatria Militar Brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.18, n. 35, jul./dez. 2001.

PALHARES, Gentil. **De São João Del Rei ao Vale do Pó;** ou a epopéia do 11º RI na 2ª Guerra Mundial. São João Del Rei: Diário do Comércio, 1951.

PEIXOTO, Gilberto. **A Campanha da Itália.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1949.

PERDIGÃO, Luís F. **Missão de Guerra.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

PEREIRA, Luís Fernando L. **O Paranismo, o Paraná inventado:** cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1997.

PESSANHA, Gilberto. Saco “B”. **Revista Militar Brasileira**. Número comemorativo do 30º aniversário da organização da Força Expedicionária Brasileira. Brasília, Ano 59, v.102,1975. p. 142- 145.

PIASON, J. A .Alguns erros fundamentais observado na FEB. In: ARRUDA, D. C. de. **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: [s.n], 1950. p.77-112.

PINHEIRO, José Juarez Bastos. **A Força Expedicionária na Segunda Guerra Mundial;** resumo histórico. Rio de Janeiro: Polar, 1976.

PIRES, Waldir Magalhães. **Sangue; amor e neve.** Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1950.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. In **Estudos Históricos,** v. 2, Rio de Janeiro: Vertice, 1989. p. 3-15.

PRADO, Maria Lígia. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra. **Revista da USP**, n.26. São Paulo, jun-jul-ago, 1995.

QUINTANILHA, Dirceu. **Somos os mortos,** novela. 2. ed. Rio de Janeiro: 1980.

RAMOS. José de Oliveira. A epopéia dos Apeninos. Rio de Janeiro: Laemmert, [19–].

REIS, Edgard Moutinho dos. **Hospital 32,** memórias de um médico expedicionário. São Paulo: Fernando Camargo, 1947.

RIBEIRO, Patrícia da Silva**. As batalhas da memória**: uma história da memória dos ex-combatentes brasileiros. Niterói, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense.

RIGGONI, Carmen Lúcia. **“La Forza di Spedizione Brasiliana” (FEB) – Memória e História na Monumentalística Italiana.** Curitiba, 2003. Dissertação, (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

RODRIGUES, Agostinho José. **O Paraná na FEB**. Documentário. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1954.

_____. **Pé de trincheira.** Curitiba: Forma, 1966.

_____. **Segundo Pelotão, Oitava Companhia**. São Paulo: Edameris, 1969.

_____. **Terceiro Batalhão; o Lapa Azul.** São Paulo: Edameris, 1969.

_____. **Trinta e cinco anos depois da Guerra**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1981.

ROUQUIÉ, A. **O Estado Militar na América Latina**. Tradução Leda Rita Cintra Ferraz. Editora Alfa–Omega.São Paulo, 1984.

_____. (coord). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Record, [199-]

SALUM, Alfredo Oscar. **Zé Carioca vai à Guerra**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SALLES, Oscar Ferreira de. O meu tenente na guerra. In: **In Memoriam. Eurípedes Simões de Paula**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983.

SANTOS, Francisco Ruas. **Fontes para a história da FEB:** ensaio. Rio de Janeiro: Laemmert, 1958.

SANTOS, Paulo D. Observações de um oficial de informações de Batalhão. In: ARRUDA, D. C. de. **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: [s.n], 1950. p.297-308.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos**. Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHNAIDERMAN, B. **Guerra em surdina**: histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SETARO, Frei Alfredo. **Do convento para o *front*.** Lajes: Guia Serrano, 1946

SILVA, Hélio. **1944**: O Brasil na guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____.**1945**: Por que depuseram Vargas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Ernani. Ayrosa. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

SILVEIRA, Antorildo. **O sexto regimento de infantaria expedicionária;** fatos da campanha do 6º RI em território da Itália. Rio de Janeiro, Laemmert, [19–].

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **Cruzes brancas**: diário de um pracinha. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
_____. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SILVEIRA, Joel. **As duas guerras da FEB**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1965.

_____. **Histórias de Pracinha**. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1945.

SILVEIRA, Joel ; MITKE, Thassilo. (orgs.). **A Luta dos Pracinhas**. A FEB 50 anos depois – uma visão crítica. Rio de Janeiro: Record, 1993.

SIMÕES, Raul Matos. **A presença do Brasil na 2ª guerra mundial:** uma antologia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966.

SOARES, Leonércio. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira.** Curitiba, [s.n], 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUZA. Maria do Carmo Campello de. **Estados e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa – Omega Ltda, 1974.

SOUZA, Roberto de Mello e. **Mina R: narrativa.** São Paulo: Duas Cidades, 1973.

SOUZA, Túlio C. Campello de. Instantâneos de um Tenente em Campanha. In: ARRUDA, Demócrito Cavalcanti de. **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: [s.n], 1950. p.201-230.

STAL, Gustavo Carlos Alexandre. Prisioneiros de Guerra da FEB. In ARRUDA, Demócrito Cavalcanti de. **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: [s.n], 1950. p.233-245..

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Mudança de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

THOMPSON, Edward. Palmer. History from Below.In: **The Times Literary Supplement.** 07 de abril de 1966. p. 279/80.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRONCA, Ítalo. O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta redonda (1930-1942). In: FAUSTO. B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, v. 10, 1982. p. 353-60.

UZEDA, Olívio Gondin de. **Crônicas de Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.

VAROLI, Emílio. Aventuras de um prisioneiro na Alemanha nazista. In: ARRUDA, Demócrito Cavalcanti de. **Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. São Paulo: [s.n.], 1950. p.435-466.

VIDAL, Paulo. Heróis esquecidos. Rio de Janeiro: GRD, 1960.

VIOTTI, Cassio Abranches. **Crônicas de guerra**. A Força Expedicionária Brasileira na Itália. Belo Horizonte: [s.n], 1998.

WAACK, William. **As duas faces da glória**. A FEB vista pelos seus aliados e inimigos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WINTER, Jay.; SIVAN, Emmanuel. (eds.). **War and remembrance in the Twentieth Century**. London: Cambridge University Press, 1999.

ANEXOS

QUADRO 01 – 1ª Diretoria – 18 de março de 1947 a 18 de março de 1948

CARGO	NOME	POSTO na FEB
Presidente	Felipe Aristides Simão	1º Tenente
Vice- Presidente	José Machuca	2º Tenente
Secretário Geral	Mário Montanha	1º Tenente
Tesoureiro	João Trela Afonso Carstens(depois) Ítalo Anderson(depois)	1º Tenente 1º Tenente 1º Tenente
Secretário de Finanças	Thomaz Walter Iwersen	1º Tenente
Secretário de Assistência	Ítalo Conti	Capitão
Secretário de Intercâmbio e Cultura	João Borges do Amaral	1º Tenente
Secretário de Propaganda Publicidade	Nelson Justus	1º Tenente
Secretário de Recreação e Esportes	Adélio Conti Namur Paraná (depois)	1º Tenente Cabo
Suplentes	João Manoel de Faria Filho Thadeo Sobocinsk Albor Ferreira Pimpão Oswaldo C. Mueller	1º Tenente 1º Tenente Soldado –

Fonte: Revista do Expedicionário 1948/ 1953.

Quadro 02 – 2ª Diretoria – 18 de março de 1948 a 18 março de 1949

CARGO	NOME	POSTO na FEB
Presidente	Felipe Aristides Simão	1º Tenente
Vice- Presidente	José Machuca	2º Tenente
Secretário Geral	Mário Montanha Thomaz Walter Iwersen (depois)	1º Tenente 1º Tenente
Tesoureiro	Ítalo C Anderson	1º Tenente
Secretário de Finanças	Thomaz Walter Iwersen Lauro Regner	1º Tenente 1º Tenente
Secretário de Assistência	Ítalo Conti Colmar P. Chinasso	Capitão 1º Tenente
Secretário de Intercâmbio e Cultura	João Borges do Amaral	1º Tenente
Secretário- Propaganda Publicidade	Nelson Justus	1º Tenente
Secretário de Recreação e Esportes	Namur Paraná	Cabo
Comissão Fiscal	João Manoel de Faria Filho Thadeo Sobocinsk Oswaldo C. Mueller	1º Tenente 1º Tenente –
Suplentes	Confúcio Pamplona João Trela Lauro C. Regnier Rui Ferreira Darcy N. Samwais Durval R. Teixeira	– 1º Tenente 3º Sargento Cabo 3º Sargento Cabo

Fonte: Revista do Expedicionário –1948/1953 –

Quadro 03 – 3ª Diretoria – 18 de março de 1949 a 18 março de 1950

CARGO	NOME	POSTO na FEB
Presidente	José Machado Lopes	Coronel
Vice- Presidente	Thomaz Walter Iwersen	1º Tenente
Secretário Geral	Thadeo Sobocinski	1º Tenente
Tesoureiro	João Maria Pimpão	2º Sargento
Secretário de Finanças	Ítalo C Anderson	1º Tenente
Secretário de Assistência	Noé Pereira	Capelão
Secretário de Intercâmbio e Cultura	João Manoel de Faria Filho Hercilio de Souza (depois)	1º Tenente –
Secretário- Propaganda Publicidade	João Trela	1º Tenente
Secretário de Recreação e Esportes	Flavio Ribeiro dos Santos	2º Sargento
Comissão Fiscal	José Machuca Felipe Aristides Simão Adelio Conti	2º Tenente 1º Tenente 1º Tenente
Suplentes	Darcy Bonfim Ítalo Conti João Borges do Amaral Hercilio de Souza Benedito Ravedutti João Rebello Vieira José Moreira Matos	2º Sargento 1º Tenente – – 2º Sargento 2º Sargento cabo

Fonte: Revista do Expedicionário –1948/1953 –

Quadro 04 – 4ª Diretoria – 18 de março de 1950 a 18 março de 1951

CARGO	NOME	POSTO na FEB
Presidente	José Machado Lopes Hugo Panasco Alvim (depois)	Coronel Coronel
Vice- Presidente	Thomaz Walter Iwersen	1º Tenente
Secretário Geral	Mário Montanha Teixeira	1º Tenente
2º Secretário	Leonércio Soares – 7/11/1950	3º Sargento
Tesoureiro	João Maria Pimpão	2º Sargento
2º Tesoureiro	João Rebelo Vieira – 7/11/1950	Cabo
Secretário de Finanças	Eurico Muller	Cabo
Secretário de Assistência	Felipe Aristides Simão Ítalo Conti (depois)	1º Tenente Capitão
Secretário de Intercâmbio e Cultura	Narciso Marques	Cabo
Secretário- Propaganda Publicidade	Darcy N. Samways	3º Sargento
Secretário de Recreação e Esportes	Thadeo Sobocinski	1º Tenente
Diretor da Casa do Expedicionário	Felipe Aristides Simão – 07/11/1950	1º Tenente
Diretor Social	Luciano C. Benradt – 07/11/1950	2º Tenente
Bibliotecário e Encarregado do Museu	Hercílio dos S. Souza – 07/11/1950	–
Comissão Fiscal	Ítalo C. Anderson José Machuca João Trela Agostinho J. Rodrigues - 07/11/1950 Edson Lima –07/11/1950 Mozart Tavares –07/11/1950	1º Tenente 2º Tenente 1º Tenente 2º Tenente - 1º Sargento
Suplentes	Hugo Panasco Alvim Alceu Baracho (depois) Lourival Campelo Ítalo Conti Ebanir Bley Cornelsen (depois) Adelio Conti Lauro C. Regnier Afonso Carsten Ernani Vidal	Coronel - Tenente-Coronel Capitão Cabo 1º Tenente 3º Sargento 3º Sargento 2º Tenente

Fonte: Revista do Expedicionário –1948/1953 –

Quadro 05 – 5ª Diretoria – 18 de março de 1951 a 18 de março de 1952

CARGO	NOME	POSTO na FEB
Presidente	Lourival Campelo	Tenente-Coronel
Vice- Presidente	Mário Montanha Teixeira	1º Tenente
Secretário Geral	Thomaz Walter Iwersen	1º Tenente
2º Secretário	Darcy N. Samways	3º Sargento
Tesoureiro	João Maria Pimpão	2º Sargento
2º Tesoureiro	João Rebello Vieira	Cabo
Secretário de Finanças	Ítalo C. Anderson	1º Tenente
Secretário de Assistência	Ítalo Conti	Capitão
Secretário de Intercâmbio e Cultura	Luciano C. Benradt	2º Tenente
Secretário- Propaganda Publicidade	Leonércio Soares	3º Sargento
Secretário de Recreação e Esportes	Ernani Vidal	2º Tenente
Diretor da Casa do Expedicionário	Felipe Aristides Simão	1º Tenente
Diretor Social	Thadeo Sobocinski	1º Tenente
Diretor Jurídico	João Borges do Amaral	–
Bibliotecário e Encarregado do Museu	Narciso Marques	Cabo
Comissão Fiscal	José Machuca Adélio Conti Florimar Campelo Alfredo Sachs Agostinho José Rodrigues Milton Pedro de Carvalho	2º Tenente 1º Tenente – 1º Sargento 2º Tenente –
Suplentes	Joaquim Marcondes Casemiro Mazur Alceu Baracho Hercilio dos Santos Souza Durval R. Teixeira Leonel Santiago Afonso Carstens	– 1º Sargento – – Cabo – 3º Sargento

Fonte: Revista do Expedicionário –1948/1953 –

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo